



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GISLAINE DOMINGUES

**DESCRIÇÃO MORFOSSINTÁTICA DO NOME E DO VERBO
NO KAINGANG**

Londrina
2013

GISLAINE DOMINGUES

**DESCRIÇÃO MORFOSSINTÁTICA DO NOME E DO VERBO
NO KAINGANG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali dos Santos.

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D671d Domingues, Gislaine.
Descrição morfossintática do nome e do verbo no Kaingang / Gislaine
Domingues. – Londrina, 2013.
115 f. : il.

Orientador: Ludoviko Carnasciali dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual
de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação
em Estudos da Linguagem, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Língua Kaingang – Morfologia – Teses. 2. Índios Kaingang – Brasil,
Sul – Teses. 3. Índios – Línguas – Teses. 4. Língua Jê – Teses. I. Santos,
Ludoviko Carnasciali dos. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de
Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da
Linguagem. III. Título.

CDU 809.812-55

GISLAINE DOMINGUES

**DESCRIÇÃO MORFOSSINTÁTICA DO NOME E DO VERBO NO
KAINGANG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador. Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali dos Santos
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof.^a Dr.^a Fabiane Cristina Altino
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof.^a Dr.^a Rosane de Sá Amado
Universidade de São Paulo – USP

Londrina, 08 de julho de 2014 .

Ao meu companheiro Marcelo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me sustentado e me capacitado para a realização deste trabalho.

Ao meu marido Marcelo pelo companherismo de sempre, pela dedicação e apoio. Por ter me suportado nos momentos de estresse e me animado nas horas em que eu achava que nada iria dar certo, compartilho com ele mais esta vitória.

Aos nossos filhos Pedro, Renan e Vitor, por estarem sempre ao meu lado e entenderem as minhas necessárias ausências.

À minha mãe Maria, minha irmã Angélica e ao meu padrasto José por todo incentivo e amor a mim dedicado.

Ao meu orientador Prof. Dr. Ludoviko dos Santos, por ter aceitado o desafio de me orientar, mesmo sabendo que eu ainda não havia realizado nenhum trabalho na área de descrição de língua indígena. Agradeço não somente pela orientação mas, também, pela amizade, pelo incentivo e pelas palavras de consolo e esperança recebidas por ele nos momentos difíceis desta pesquisa.

Ao meu informante, Prof. Pedro Krage Kág Cândido de Almeida, e aos índios da Terra Indígena Apucarantina.

À amiga Luciana Tabosa agradeço pela amizade, o companherismo, as infindáveis conversas ao telefone, ocasião em que compartilhávamos os dados e os resultados de nossas pesquisas, obrigada pelas sua bondade e por ter me ajudado a realizar esta dissertação.

À Prof.^a Dr.^a Fabiane Cristina Altino que se mostrou sempre solícita, desde o tempo da Especialização. Agradeço especialmente pelas contribuições dadas na minha qualificação e por ter aceitado compor a banca de defesa deste trabalho.

À Prof.^a Dr.^a Rosane de Sá Amado pelas contribuições dadas na minha qualificação e por ter me honrado com sua presença na banca da defesa desta dissertação.

À Rosely, secretaria do Programa de Pós-Graduação, e à Durva por sempre me auxiliarem e me incentivarem.

Aos docentes do Programa, sobretudo à Prof.^a Dr.^a Esther Gomes de Oliveira e à Prof.^a Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera, pela ajuda no decorrer do curso.

Às companheiras e amigas do curso, em especial à Anna (amiga desde a graduação), Marilze e Maria Evilma pela força e encorajamento que sempre me deram.

À amiga Grazielle que me incentivou a tentar a seleção de mestrado e, de certa forma, me introduziu nesse campo de investigação.

À amiga Rosana pela amizade, incentivo, colaboração e pelos momentos de poesia.

Por fim, quero agradecer a todos que de alguma forma estiveram presente nesta minha caminhada. São muitas as pessoas que me ofertaram amizade, apoio e amor, seria impossível referenciar todas neste curto espaço, porém quero esclarecer que no meu coração todas estarão sempre bem marcadas.

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos!!!!

*Porque dele e por ele, e para ele, são
todas as coisas; glória, pois, a ele
eternamente. Amém.*

Carta de São Paulo aos Romanos (11:36)

*" Nas comunidades indígenas, o homem é
o dono da aldeia; o velho, o dono da
história e a criança, a dona do mundo"*

Orlando Villas Bôas

*" O índio tem isso de bom,
não pretende aculturar-nos."*
Carlos Drummond de Andrade

DOMINGUES, Gislaine. **Descrição morfossintática do nome e do verbo no Kaingang.** 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2013.

RESUMO

Esta dissertação apresenta a descrição morfossintática das classes gramaticais dos nomes e dos verbos no Kaingang, língua indígena pertencente à família Jê, Tronco Macro-Jê, falada por aproximadamente 30.000 indígenas distribuídos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Neste trabalho aponto os passos metodológicos seguidos durante o desenvolvimento da pesquisa: elaboração do questionário, informações acerca do informante, coleta e seleção dos dados. Apresento, em linhas gerais, os trabalhos linguísticos voltados à língua Kaingang, realizados por diversos pesquisadores da área da linguagem. Em seguida, trago informações acerca do povo e da língua Kaingang. Partindo de uma abordagem tipológico-funcionalista (focalizando especificamente no modelo dos protótipos givoniano), descrevo as duas classes mais comuns de serem observadas entre as línguas naturais do mundo, isto é, nome e verbo. A partir das análises dos dados, foi possível observar que, quanto às propriedades distribucionais, os nomes no Kaingang desempenham função de sujeito e objeto. Em relação às propriedades estruturais, recebem modificadores (numerais, especificadores, marcação de plural, dentre outros). Também comprovou-se, por meio dos dados, que há definida, na língua Kaingang, a classe dos adjetivos. Sobre a posse nominal, os dados apontam para a marcação do tipo pronominal. Em relação aos verbos, estes se dividem em intransitivos e transitivos. Os intransitivos se dividem em simples (ativo e estativo/descriptivo) e estendido. Os verbos transitivos, por sua vez, dividem-se em ativos e estendidos. Foram apresentados, também, alguns fatores que condicionam a alternância de forma do verbo no Kaingang (mudança de estativo para ativo, marcação do plural, mudança segundo a forma do objeto). A análise deste trabalho se fundamentou nos preceitos de Anderson (1984), Dik (1997), Givón (1984, 2001), Payne (1997) e Thompson (1988).

Palavras-chave: Kaingang. Morfossintaxe. Classe de palavras. Nome. Verbo.

DOMINGUES, Gislaine. **Morphosyntactic description of the name and the verb in Kaingang**. 2013. 115 p. Thesis (MA in Language Studies) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2013.

ABSTRACT

This dissertation presents the morphosyntactic description of grammatical classes of names and verbs in Kaingang, an indigenous language belonging to the Jê family, Trunk Macro-Jê, spoken by approximately 30,000 indigenous people distributed in the states of Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná and São Paulo. This paper points out the methodological steps followed during the development of the survey: designing the questionnaire, information about the informant, collection and selection of data. I present, in general, focused in linguistics work about language Kaingang, carried out by several researchers in the area of language. Then bring information about the people and the language Kaingang. From a typological-functionalist approach (focusing specifically on the model of Givón's prototypes), it describes the two most common classes observed among the natural languages of the world, ie, noun and verb. From the analysis of the data, it was observed that, for the distributional properties, names in Kaingang works as subject and as object. Regarding structural properties, receive modifiers (numerals, specifiers, marking plural, among others). Also it was shown, by means of the data, there is defined in the language Kaingang, the class of adjectives. About the nominal possession, the data point for marking the pronoun type. In verbs, these are divided into transitive and intransitive. Intransitive are divided into simple (active and stative/descriptive) and extended. Transitive verbs, in its turn, are divided into active and extended. Were also outlined some factors that influence the alternation of verb form in Kaingang (stative change to active, plural marking, change according to the shape of the object). The analysis of this study was based on the precepts of Anderson (1984), Dik (1997), Givón (1984, 2001), Payne (1997) and Thompson (1988).

Key words: Kaingang. Morphosyntax. Word classes. Nouns. Verbs.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações e Teses sobre a língua Kaingang (ordem cronológica)	19
Quadro 2 – Composição do Tronco Macro-Jê	48
Quadro 3 – Vogais (ortograficamente).....	52
Quadro 4 – Consoantes.....	52
Quadro 5 – Marcadores de sujeito.....	53
Quadro 6 – Pronomes possessivos	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

?	Quando não se tem certeza da tradução
1.p.poss.sing.	Primeira pessoa posse singular
3.p.poss.sing.	Terceira pessoa posse singular
art.	Artigo
comp.	Companhia
conj.	Conjunção
exist.	Existência
fut.	Futuro
head	Núcleo do sintagma nominal
ind. modo.	Indicador de modo
ind.cir.	Indicador de circunstância
ind.erg.	Indicador de ergativo
ind.top.	Indicador de tópico
loc.	Locativo
m.asp.	Marcador de aspecto
m.f.pl.	Marca de plural fêmea/ feminino
m.f.	Marcador de feminino
m.m.	Marcador de macho/masculino
m.pl.	Marcador de plural
m.s.	Marcador de sujeito
M.ULN	Modelo de usuário de língua natural
n.marc.	não marcado
n.próprio	Nome próprio
neg.	Negação
NP.	Noun phrase (sintagma nominal)
p.r.	Prefixo Relacional
pl.	Plural
posp.	Posposição
pr.dem.	Pronome demonstrativo
pr.pess.	Pronome pessoal
pr.poss.	Pronome possessivo
sing.	Singular

TI	Terra Indígena
TI-A	Terra Indígena Apucarantina
ULN	Usuário de língua natural
verbo posic.	Verbo posicional

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
2	BREVE PANORAMA A RESPEITO DOS ESTUDOS DA LÍNGUA KAINGANG	17
2.1	ESTUDOS SOBRE A LÍNGUA KAINGANG	17
3	METODOLOGIA	21
3.1	A RESPEITO DO INFORMANTE	21
3.2	OS DADOS.....	32
4	REFERENCIAL TEÓRICO	25
4.1	LINGUÍSTICA DESCRITIVA E LINGUÍSTICA COMPARATIVA	25
4.2	O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO	31
5	KAINGANG: POVO E LÍNGUA	35
5.1	O POVO.....	35
5.1.1	Os Povos Jê do Sul.....	35
5.1.2	O Povo Kaingang.....	38
5.1.3	Cosmovisão – as Metades Clânicas	43
5.1.4	A Terra Indígena Apucarantina.....	44
5.2	A LÍNGUA	47
5.2.1	Breves Considerações a Respeito do Tronco Macro-Jê e da Família Jê (Kaingang)	47
5.2.2	Sistema Ortográfico	51
5.2.3	Ordem Oracional e Marcadores Gramaticais de Sujeito.....	52
5.2.3.1	Marcadores de sujeito	52
6	CLASSES DE PALAVRAS (NOMES E VERBOS)	54
6.1	CATEGORIZAÇÃO	54
6.2	NOME.....	59
6.3	ADJETIVO.....	60
6.4	VERBO	61

6.4.1	Transitividade (Argumento, Valência, Termo Oblíquo).....	63
7	NOMES NO KAINGANG	65
7.1	PROPRIEDADES DISTRIBUCIONAIS.....	65
7.2	PROPRIEDADES ESTRUTURAIS.....	67
7.3	SUBCLASSES DOS NOMES.....	73
8	OS VERBOS NO KAINGANG	80
8.1	CLASSIFICAÇÃO SEMÂNTICA DOS VERBOS, SEGUNDO PAYNE (1997).....	80
8.2	DIVISÃO DA CLASSE DOS VERBOS QUANTO AO NÚMERO DE ARGUMENTOS	86
8.3	VARIAÇÃO DE FORMA DOS VERBOS NO KAINGANG.....	94
	CONCLUSÕES	107
	REFERÊNCIAS	110

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A proximidade com a temática deste trabalho ocorreu por meio de minha participação na equipe multidisciplinar da escola onde atuo. As equipes multidisciplinares das escolas públicas do estado do Paraná têm por finalidade subsidiar a implementação da Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008), que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras, públicas e privadas, ressaltado a importância de se incluir no currículo escolar a história e contribuição dos povos indígenas na constituição sociocultural brasileira.

Paralelamente às atividades da equipe multidisciplinar, entrei em contato com integrantes do Projeto de Pesquisa “Elaboração da gramática Kaingang”, desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e coordenado pelo professor Ludoviko dos Santos. Esse projeto suscitou e ainda tem suscitado pesquisas, diversos trabalhos acadêmicos, monografias de Especialização *lato sensu*, dissertações de Mestrado e, em andamento, uma tese de Doutorado, todos com o objetivo central de descrever e analisar a língua Kaingang.

Outro interesse é que essas pesquisas possam servir de subsídio à elaboração de uma gramática pedagógica a ser utilizada pelos professores bilíngues das escolas indígenas, pois, ainda que existam trabalhos importantes sobre a escrita e a gramática da língua Kaingang, faz-se essencial a elaboração de um material de apoio que atenda às necessidades das escolas indígenas e supra a falta de um material próprio, voltado à instrução da língua e que auxilie aos professores bilíngues em suas aulas.

Segundo informações do Instituto Socioambiental (ISA)¹, as Terras Indígenas (TIs) somam 682 áreas, ocupando uma extensão total de 1.128.702 Km² do território brasileiro, ou seja, 13,3% da extensão territorial do país é reservada aos povos indígenas.

Reforçando o exposto, os dados do censo demográfico² realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, aponta que, dos 191 milhões

¹ O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 1994. O ISA incorporou o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil (PIB/CEDI) e o Núcleo dos Direitos Indígenas (NDI) de Brasília. Ambas as organizações têm atuação reconhecida nas questões de direitos indígenas no Brasil. Para maiores informações, acessar <<http://www.socioambiental.org/index.shtm>>.

² A pesquisa desenvolvida pelo IBGE apresenta um conjunto de informações sobre a quantidade e a distribuição da população indígena no Brasil, nas Grandes Regiões, nas Unidades da Federação e nos Municípios. A situação do domicílio (rural ou urbano) também é considerada. As informações tiveram por base a população que se declarou indígena no quesito cor ou raça no Censo Demográfico, realizado em 2010.

de habitantes do Brasil, cerca de 0,4% se autodeclarou indígena, o que supõe um número de 817 mil índios vivendo em território brasileiro.

O IBGE (2010) também investigou o número de etnias indígenas brasileiras, utilizando, como critério de análise, comunidades definidas por afinidades linguísticas e socioculturais. Esse critério permitiu constatar 305 etnias e 274 línguas indígenas.

Rodrigues (2002a) já havia afirmado que os índios brasileiros não são um povo homogêneo, mas muitos povos, cada qual com usos próprios, costumes peculiares e línguas diferentes.

Dentre os povos indígenas do Brasil, estão os Kaingang. A língua (Tronco Macro-Jê, família Jê), que recebe o mesmo nome do povo, é falada por mais de 30.000 pessoas, distribuídas em mais de 30 Terras Indígenas³ nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. É a língua Jê com maior número de falantes, tendo em vista que o povo Kaingang corresponde a mais de 45% da população total dos povos de língua Jê (IBGE, 2010).

Diante dos fatos até aqui expostos, ocorreu-me o interesse em saber um pouco mais sobre o povo Kaingang e contribuir para a descrição da língua falada por eles. Candidatei-me, então, a uma vaga oferecida pelo professor Ludoviko dos Santos no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, nível Mestrado, da Universidade Estadual de Londrina.

Por meio das leituras prévias que realizei para a elaboração do meu projeto de Mestrado, pude notar que ainda há muito a se fazer no campo linguístico em relação à descrição das línguas indígenas brasileiras, no sentido de contribuir para seu conhecimento e manutenção.

Outra questão bastante relevante diz respeito à falta de conhecimento que grande parte da população brasileira tem em relação aos povos indígenas que aqui habitam. Portanto, é de grande valia trabalhos que, de algum modo, exponham o modo de vida, as crenças e os costumes desses grupos, enfatizando as peculiaridades de cada povo.

Nesse sentido, esta dissertação tem como objetivo geral contribuir para a ampliação dos estudos linguísticos indígenas no Brasil, sobretudo aqueles voltados à língua

Para maiores esclarecimentos, indico o site institucional do órgão de pesquisa: <<http://www.ibge.gov.br/indigenas/index.htm>>.

³ De acordo com o primeiro parágrafo do artigo 231 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), Terras Indígenas são aquelas “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias as suas reproduções física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Kaingang. O objetivo específico é descrever, principalmente, sob o viés morfossintático, as classes de palavras dos nomes e dos verbos dessa língua.

Compreendo que este trabalho é apenas um recorte de um todo altamente complexo, pois a língua não é um fato isolado ou apenas um instrumento passível de análise, antes reflete as particularidades de um povo, apresenta a visão de mundo, exterioriza o pensamento e promove a interação entre os falantes.

Ainda assim, espero que esta pesquisa possa se juntar a tantas outras que atendam ao mesmo interesse, qual seja o de conduzir o leitor a um olhar diferenciado para a questão indígena, no sentido de fortalecer os laços históricos e culturais desses povos e contribuir para a divulgação, a visibilidade e o prestígio das línguas por eles faladas.

A pesquisa está estruturada da seguinte forma: o capítulo 2 apresenta um levantamento geral dos estudos voltados à língua Kaingang. No capítulo 3, são apontados os passos metodológicos seguidos durante a pesquisa.

O capítulo 4 trata do referencial teórico que sustentou a pesquisa: relaciona as correntes da Linguística Descritiva e Funcional, além de mencionar um pouco da história da Linguística Comparativa, tendo em vista que os trabalhos descritivos, em geral, servem como base para os trabalhos comparativos. No capítulo 5, “Kaingang: povo e língua”, estão expostas informações a respeito do povo Kaingang, com ênfase ao dialeto falado pelos índios da TI Apucarantina, comunidade abordada neste trabalho. Também, aponto informações relevantes tais como: o sistema ortográfico, marcadores de sujeito e ordem das orações.

No capítulo 6, “Classes de Palavras (Nomes e Verbos)”, apresento a discussão sobre o fenômeno da classificação, primeiro numa perspectiva generalizada, depois com ênfase no modelo dos protótipos utilizado pelo Funcionalismo givoniano. No mesmo capítulo, são apresentadas, com base no referencial teórico, algumas características semânticas e morfossintáticas das classes dos nomes e dos verbos observadas no processo de classificação dessas palavras. O capítulo 7 apresenta a descrição da classe gramatical dos Nomes no Kaingang. E, por fim, o capítulo 8 expõe a descrição e a análise da classe dos Verbos no Kaingang. As Conclusões apresentam um resumo geral dos dados da pesquisa e as Referências Bibliográficas apontam as obras que embasaram o trabalho.

2 BREVE PANORAMA A RESPEITO DOS ESTUDOS DA LÍNGUA KAINGANG

O presente capítulo tece considerações acerca dos estudos linguísticos voltados à língua Kaingang, apresentando, em linhas gerais, desde os trabalhos pioneiros até os mais recentes.

2.1 ESTUDOS SOBRE A LÍNGUA KAINGANG

Por muito tempo, os trabalhos voltados ao conhecimento das línguas indígenas brasileiras foram desenvolvidos como interesse em facilitar o processo de catequização dos índios, portanto, ficaram quase que restritos a missionários católicos e protestantes.

No início do século XIX, no ano de 1918, o capuchinho italiano Frei Mansueto Barcatta de Val Florianiana elaborou o “Ensaio de Grammatica Kainjgang”. Nesse trabalho, foram realizadas observações importantes sobre a fonologia, morfologia e sintaxe da língua. Em 1920, Val Florianiana publica “Diccionários Kainjgang-Portuguez e Portuguez-Kainjgang”, produzido com base na pesquisa realizada por ele junto aos Kaingang do Tibagi, no norte paranaense (cf. D’ANGELIS, 2003).

Mansur Guérios foi o primeiro linguista a publicar artigos científicos a respeito da língua Kaingang: em 1940, elaborou um trabalho sobre o dialeto de Palmas, no estado do Paraná, “Estudo sobre a língua cainguang: notas histórico-comparativa”, no qual traçou uma comparação entre os dialetos de Palmas e Tibagi. Em 1945, Guérios publicou, nos Arquivos do Museu Paranaense, um artigo comparando a língua dos Kaingang com a dos Xokleng.

Wanda Hanke (1950), antropóloga alemã, também publicou vários trabalhos sobre o Kaingang, dentre eles “Ensayo de una gramática del idioma Caingangue de los Caingangues de la ‘Serra de Apucarana’, Paraná, Brasil”, baseado no dialeto falado pelos Kaingang do Posto Indígena Apucarana.

Retomando o foco missionário, porém protestante, a linguista Ursula Wiesemann, do *Summer Institute of Linguistics* (SIL)⁴, divulgou trabalhos mais amplos, da

⁴ O Summer Institute of Linguistics (SIL Internacional) é uma missão evangélica, composta de membros de diferentes denominações que realizam o estudo e descrição de línguas menos conhecidas, com a intenção de traduzirem a Bíblia como estratégia de conversão à fé cristã.

fonologia à sintaxe. Foi ela também quem estabeleceu a ortografia oficial da língua Kaingang. Wiesemann elaborou, ainda, materiais de ensino da língua para os missionários, além de cartilhas para alfabetização do Kaingang. Alguns dos títulos publicados por ela: em 1959, “Notas sobre o proto-Kaingáng: um estudo de quatro dialetos”; em 1964, “Phonological syllables and words in Kaingáng”; em 1967, “Introdução na língua Kaingáng”; em 1971 e 2002, “Dicionário Kaingáng-Português, Português- Kaingáng”, dentre outros⁵.

Apesar de grande parte dos trabalhos de Ursula Wiesemann estarem ligados ao SIL, no sentido de agência fomentadora, o caráter linguístico das pesquisas é notório e muitas questões importantes para o esclarecimento da estrutura da língua Kaingang surgiram a partir dos seus trabalhos. Ainda hoje, Wiesemann é uma referência no assunto.

Em se tratando de trabalhos da língua Kaingang voltados às questões estritamente linguísticas, destaca-se o de Rodrigues (2002a), “Classificação social dos animais em Kaingang”, resultado de uma pesquisa realizada em 1951, com os Kaingang de Manguairinha, no Paraná.

Wilmar D’Angelis, indigenista e professor no departamento de linguística da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), também tem contribuído para o conhecimento da língua Kaingang por meio de várias publicações. Outrossim, o “Portal Kaingang” é um endereço eletrônico criado em 2005, por D’Angelis e pela antropóloga Juracilda Veiga, que se constitui como uma excelente ferramenta de pesquisa concernente aos trabalhos voltados à língua e ao povo Kaingang.

Na Universidade Estadual de Londrina, destacam-se os trabalhos voltados ao conhecimento da língua Kaingang realizados sob a orientação do professor Ludoviko dos Santos.

A fim de delimitar a exposição sobre os trabalhos direcionados à língua Kaingang, o Quadro 1 traz informações acerca das dissertações e teses, de teor linguístico, que focalizam a citada língua. Os trabalhos foram realizadas por pesquisadores de diferentes instituições brasileiras de ensino superior, a partir da década de 80. Além dos nomes dos pesquisadores, constam também, no Quadro 1, o título do trabalho, a instituição a qual a pesquisa está vinculada, além de uma breve descrição dos assuntos tratados.

⁵ Grande parte das referências de estudos voltados à língua Kaingang podem ser encontradas no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.portalkaingang.org>>.

Quadro 1 – Dissertações e Teses sobre a língua Kaingang (ordem cronológica)

Pesquisador (a)	Tema do Trabalho	Descrição geral do trabalho	Ano
Silvia Lucia Bigonjal BRAGGIO	The sociolinguistic of literacy: a case of study of Kaingang (Tese de Doutorado, EUA)	Aborda, na perspectiva da Linguística Gerativa, o processo de alfabetização de crianças kaingang	1986
Marita Porto CAVALCANTE	Fonologia e morfologia da língua Kaingang: o dialeto de São Paulo comparado com o dialeto do Paraná (Tese de Doutorado, UNICAMP)	Identificação e descrição dos processos fonológicos e morfofonológicos da língua Kaingang, comparando o dialeto de São Paulo com o dialeto do Paraná	1987
José Baltazar TEIXEIRA	Contribuição para a fonologia do dialeto Kaingang de Nonai (Dissertação de Mestrado, UNICAMP)	Estudos de alguns aspectos fonológicos do dialeto Kaingang, falado no município de Nonai, RS	1988
Silvia Helena Lovato NASCIMENTO	Aspectos morfológicos e sintáticos e marcação de caso da língua Kaingang (Dissertação de Mestrado, UFSC)	Estudo dos processos morfológicos e sintáticos da língua kaingang, com base no modelo gerativo de Dixon.	1995
Célia Ribeiro da SILVA	História crítica da construção da escrita do Kaingang (Dissertação de Mestrado, UEL)	Analisa a história da escrita do Kaingang com ênfase nos aspectos lexicais	1996
Wilmar da Rocha D'ANGELIS	Traço de modo e modos de traçar geometrias: línguas Macro Jê e teoria fonológica (Tese de Doutorado, UNICAMP)	O trabalho aborda as possibilidades e os limites do modelo fonológico de fonologias não lineares baseadas em traços autosegmentalizados e hierarquicamente relacionados	1998
Marco Antonio BOMFOCO	Ergatividade em Kaingang: um estudo descritivo funcional (Tese de Doutorado, PUCRS)	Estudo da ergatividade presente na língua kaingang, sob a perspectiva givoniana	2005
Luciana Pereira TABOSA	Construções causativas da língua Kaingang (Dissertação de Mestrado, UEL)	Descrição das construções causativas da língua Kaingang	2006
Solange Aparecida GONÇALVES	Aspecto no Kaingang (Dissertação de Mestrado, UNICAMP)	Trata da categoria de aspecto na língua Kaingang	2007
Pesquisador (a)	Tema do Trabalho	Descrição geral do trabalho	Ano
Emília Rezende Rodrigues de ABREU	Descrição do sistema pronominal na estrutura frasal do kaingang (Dissertação de Mestrado, UEL)	Descrição dos pronomes na língua kaingang e suas posições no sistema frasal	2009
Maria Sueli Ribeiro da SILVA	A língua Kaingang da aldeia paulista Icatu: uma descrição funcional (Tese de Doutorado,	Comparação do dialeto do kaingang de Icatu com o dialeto Kaingang do Sul	2011

	UNESP)		
Solange Aparecida GONÇALVES	Tempo, modo e aspecto em contextos discursivos no Kaingang Sul (Tese de Doutorado, UNICAMP)	Descrição do funcionamento das categorias aspectuais, de modo e de modalidade na língua Kaingang Sul	2011
Tiago Souza Monteiro de ANDRADE	As orações verbais simples do kaingang: uma proposta de análise (Dissertação de Mestrado, UEL)	Descrição de aspectos morfossintáticos correspondentes às orações simples da língua Kaingang	2012

Fonte: A autora.

Certamente, o quadro não contempla todas as publicações direcionadas ao conhecimento da língua em questão, pois não se pode ignorar a possibilidade de outros trabalhos estarem sendo desenvolvidos nas diversas universidades brasileiras.

Nota-se que, apesar das pesquisas citadas focarem a língua Kaingang, as concepções teóricas diferenciam-se, segundo a visão de língua e linguagem eleita pelo pesquisador.

Para a abordagem morfossintática da língua Kaingang, esta dissertação adota o foco funcionalista da linguagem, e toma como base os trabalhos de: Abreu (2009), Almeida (2008), Cavalcante (1987), Gonçalves (2007, 2011), Moana Silva (2011), Santos (2007, 2008), Tabosa (2006), além de outros trabalhos sobre línguas Jê, os quais serão mencionados, mais adiante, no capítulo em que será tratado o referencial teórico da pesquisa.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo será exposto o percurso metodológico trilhado durante a elaboração da pesquisa. Serão apresentadas informações acerca dos dados (coleta, organização e análise) bem como informações a respeito do informante da pesquisa

3.1 A RESPEITO DO INFORMANTE

Gleason Jr. (1985, p. 208) adverte que, na busca de dados para sua pesquisa, o linguista deve sempre estar consciente de todos os fatores que podem afetar a representatividade do material coletado. De acordo com o autor:

O trabalho lingüístico de campo é, portanto, uma arte que exige perícia e experiência. Não há, de resto, um programa predeterminado que possa ser seguido com sucesso antecipado. O investigador tem que improvisar, ajustando suas deduções à avaliação dos materiais já recolhidos. (GLEASON JR., 1985, p. 208).

Em se tratando de trabalhos de Linguística Descritiva, Santos (1997, p. 21) pontua que a coleta de dados deve ser realizada de maneira que proporcione uma interação no trabalho entre o linguista e o informante. Considera também imprescindível que o linguista busque conhecer a história da comunidade pesquisada, a fim de que se estabeleça um vínculo de respeito e harmonia entre os participantes da pesquisa.

Dessa maneira, na coleta de dados, é de suma importância a busca por informações pertinentes ao espaço sociocultural que os informantes partilham, assim como procurar entender suas histórias, a fim de que se estabeleça um vínculo humanístico e favorável ao desenvolvimento da pesquisa. A respeito desta relação, pontua Santos (1997, p. 21):

O papel do informante não se limita, necessariamente, a ser um fornecedor de dados habilmente elicitados pelo pesquisador, o que caracterizaria uma interação passiva por parte do informante. Entendemos essa interação como algo mais abrangente, isto é, o informante deve ser um interlocutor ativo no sentido de haver uma troca de informações úteis não só para o pesquisador, mas também para o informante, levando-o a não apenas falar sua língua, mas também a falar sobre ela.

Santos (1997) chama atenção à importância da fase de constituição do *corpus* da pesquisa. O autor ainda ressalta que, além do interesse linguístico, deve-se também estar atento à relação da troca que, automaticamente, ocorre durante a coleta de dados.

Neste trabalho, tive como informante o professor indígena da TI Apucarantina, Pedro Krage Kág Cândido de Almeida, que já havia colaborado com pesquisas anteriores realizadas por integrantes do projeto de pesquisa “Elaboração da gramática Kaingang”. O professor reside na TI Apucarantina, é uma pessoa respeitada e muito conhecida na aldeia e, além disso, apresenta o diferencial de falar e escrever tanto em Kaingang quanto em Português.

Nos primeiros encontros, apesar de sempre muito atencioso, o informante aparentava timidez. Contudo, com o desenrolar da pesquisa, estabelecemos um relacionamento mais colaborativo, o que contribuiu para a otimização da coleta. O informante sempre se mostrou interessado em contribuir com o trabalho, fornecendo informações valiosas em relação ao que se buscou investigar.

3.2 OS DADOS

Tendo em vista que o foco principal deste trabalho são as questões morfossintáticas, utilizo, como base para a análise, a abordagem prototípica dos nomes e dos verbos (GIVÓN, 1984), com ênfase nas propriedades distribucionais e estruturais destas classes de palavras.

Um fato relevante considerado nessa etapa da pesquisa diz respeito ao tipo de oração que seria coletada. Como será percebido mais adiante, grande parte do *corpus* deste trabalho é composto por orações simples. Isso se justifica pelo fato delas servirem como ponto de referência para a descrição gramatical, principalmente em se tratando dos verbos. A descrição dos vários tipos de orações simples assemelha-se aos vários tipos de verbos e predicados utilizados na língua, ademais, as orações simples, comparadas com outros tipos de orações, exibem um forte isomorfismo entre semântica e sintática (GIVÓN, 2001).

Outro fator de grande importância era o de contextualizar as questões com o cotidiano dos informantes indígenas, uma vez que, dessa forma, aproxima-se do ideal de investigar a língua considerando-se o seu uso. As questões foram, em todo tempo, orientadas pela necessidade de se comprovar as ocorrências das classes gramaticais dos nomes e dos verbos, por isso, previamente ao momento da coleta, era traçado um cronograma do que se

pretendia investigar e, depois, realizado um esboço com questões que abordassem os tipos de ocorrências buscadas.

As coletas dos dados aconteceram em sete encontros, seis deles realizados nas dependências da Universidade Estadual de Londrina e um na Terra Indígena Apucarantina. Nesta etapa, pude contar com a participação e o auxílio da colega Luciana Tabosa, que tem se dedicado a uma tese de doutoramento a respeito das orações complexas do Kaingang.

Durante a coleta, as orações eram escritas em português; em seguida, eu solicitava ao informante que escrevesse as orações correspondentes em Kaingang. Quando havia a necessidade de confirmação (alguma oração com estrutura duvidosa ou muito diferente do padrão geral da língua), era solicitado o inverso, ou seja, as orações eram dadas em Kaingang para que o informante as traduzisse para o português.

Depois, as orações eram devidamente organizadas e dispostas na seguinte ordem: na primeira linha, realizada a descrição ortográfica da oração em Kaingang; na segunda linha, colocadas as glosas e, na terceira linha, a livre tradução.

Exemplo de disposição das orações

ũn týtá	fi	vỹ	prêr
mulher m.f.	m.s.	gritar	
“A mulher gritou.”			

Para maior compreensão do leitor, principalmente para aqueles que não possuem familiaridade com trabalhos descritivos de língua indígena, optei por destacar em negrito as ocorrências buscadas nas orações, como no exemplo acima, cujo objetivo era pesquisar o nome na posição de sujeito (*ũn týtá*).

Os dados foram selecionados seguindo a orientação do modelo prototípico dos nomes e dos verbos defendido por Givón (1984, 2001). Nesse sentido, foram observadas as características morfossintáticas comuns às classes de palavras dos nomes e dos verbos.

Na classe de palavras dos nomes, busquei ocorrências das posições sintáticas desempenhadas pelos substantivos nas sentenças e aspectos estruturais dos nomes tais como marcação de plural, marcação macho/fêmea, numeral, dentre outras possibilidades que serão melhor compreendidas no capítulo 7 desta dissertação.

Na classe de palavras dos verbos, busquei investigar os padrões semânticos e morfossintáticos dessa classe gramatical no Kaingang com o objetivo de compreender os números de argumentos que admitem a variação entre verbos ativos e estativos descritivos, dentre outras questões que serão mais bem discutidas no capítulo 8 deste trabalho.

Foi apresentada neste capítulo uma etapa importante de um trabalho de nível descritível. Essa importância acentua-se ao considerar o fato de estar lidando com a análise de uma língua, o que pressupõe a existência de um povo que a fala e a mantém, como parte do percurso histórico e cultural vivenciado por ele e por seus ancestrais.

Levar isso em consideração durante a pesquisa é uma necessidade comum aos linguistas da área de análise e descrição das línguas.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho adota como base teórica os preceitos da Linguística Descritiva (GLEASON JR., 1985), juntamente com as perspectivas do Funcionalismo (ANDERSON, 1984; GIVÓN, 1984, 2001; THOMPSON, 1988; PAYNE, 1997; DIK, 1989; NEVES, 1997).

Considerando a interdependência entre as disciplinas de Linguística Descritiva e Linguística Comparativa no que tange à descrição, análise e classificação das línguas, tratarei a seguir destas teorias, ressaltando seus métodos e objetos de pesquisa. Logo depois, tecerei algumas considerações acerca do paradigma funcionalista da linguagem, enfatizando as particularidades adotadas por essa teoria em relação à elaboração da gramática funcional.

4.1 LINGUÍSTICA DESCRITIVA E LINGUÍSTICA COMPARATIVA

O interesse em classificar as línguas não é recente⁶. No século XIX⁷, os adeptos do Iluminismo europeu despertaram para o conhecimento enciclopédico, passando a considerar as línguas faladas no mundo como possíveis norteadoras para o entendimento das práticas intelectuais humanas.

A classificação é um dos objetivos centrais em praticamente todos os estudos científicos, pois possibilita ao pesquisador um olhar mais apurado sobre aquilo que se deseja averiguar, além de contribuir para a organização, sistematização e descrição dos dados da pesquisa. Como diz Câmara Jr. (1977, p. 139), “O material linguístico não pode escapar a essa necessidade”.

Gleason Jr. (1985) pontua que a linguagem está intrinsecamente ligada a diversos aspectos da existência humana, por isso é possível estudá-la a partir de vários pontos de vista. A Linguística Descritiva é um deles, na medida em que estuda as línguas em termos de sua estrutura interna, centrando-se nas diferentes facetas da linguagem.

Segundo o autor, a estrutura da língua consiste em duas bases, uma delas é o som (expressão) e a outra são as ideias, situações, significados (conteúdo). Expressão e

⁶ Existem trabalhos de classificação de línguas anteriores ao século XIX. A gramática indiana de Pânini, constituída de 8 volumes, baseada nos níveis fonológicos e gramaticais do sânscrito, remonta, ao menos, o ano de 400 a.C.. Também teve início, na Antiguidade, a discussão entre os analogistas (a língua regida como princípio de regularidade) e os anomalistas (a língua regida como princípio de irregularidade).

⁷ Segundo Robins (1977), embora a Linguística Comparada e Histórica tenha começado seu período de grande progresso no século XIX, na tradição linguística europeia, a comparação tipológica já tinha chamado atenção nos séculos XVI e XVII.

conteúdo são estruturas diferentes e se interligam, mas o modo como se relacionam é muito complexo e diferente em cada língua. As diferenças podem ser profundas ou superficiais.

A linguagem compõe-se basicamente de três partes: a estrutura da expressão, a estrutura do conteúdo e o vocabulário.

A Linguística Descritiva ocupa-se justamente da estrutura da expressão e das palavras. Divide-se, portanto, em duas partes: a fonologia, focalizando os fonemas e suas sequências; e a gramática, ocupando-se dos morfemas e suas combinações. A respeito disso, Gleason Jr. (1985) esclarece:

Servindo-se do fonema e do morfema como unidades básicas, os lingüistas conseguiram elaborar uma teoria abrangendo o nível de expressão da linguagem, de modo a tornar possíveis descrições detalhadas e exaustivas dos sistemas de expressão de línguas específicas. É nisto que consiste a chamada **lingüística descritiva**, que o ramo fundamental da ciência que é a linguística (sic). (GLEASON JR., 1985, p.12, grifo do autor).

Segundo Gleason Jr. (1985, p. 214), o que determina o método da linguística descritiva é o fato dela ter como objetivo a gramaticalidade das frases. Por gramática descritiva entende-se:

[...] um conjunto sistematicamente organizado de formulações sobre os esquemas de construção que caracterizam os enunciados gramaticais. [...] Uma gramática descritiva adequada proporciona uma descrição para qualquer frase da língua. Esta descrição é uma selecção de regras que, quando bem combinadas, definem um esquema frásico que se pode considerar exemplificado por uma frase dada.

Acerca do papel desempenhado pela Linguística Descritiva, Gleason Jr. (1985, p. 465) afirma que ela se ocupa de duas tarefas muito distintas: a primeira é a de descrever as línguas em termos de sua estrutura característica. A segunda é elaborar uma estrutura linguística de base teórica geral e flexível, no sentido de poder abarcar todo e qualquer tipo de estrutura linguística, porém suficientemente precisa e sistemática, para que sua contribuição possa realmente auxiliar. Ou seja, o autor propõe o estabelecimento de um quadro conceitual, no qual o linguista possa se basear ao tentar compreender uma língua específica.

A segunda tarefa, para ser efetivada, necessita da comparação e descrição de diversas línguas, considerando os esquemas que apresentem verdadeiro interesse e

significado. Contudo, Gleason Jr. (1985) nos alerta que, tendo em vista o número demasiado de línguas existentes, possivelmente esta tarefa tomará proporções gigantescas.

Nesses termos, tornar-se-ia difícil controlar o enorme volume de material resultante da comparação e descrição linguística. Por este motivo, Gleason Jr. (1985) defende que não cabe à Linguística Descritiva a função de classificar línguas.

A classificação das línguas é o objetivo maior da Linguística Comparativa. Este segundo ramo da linguística ocupa-se das relações entre línguas com uma origem comum.

Para Gleason Jr. (1985), a Linguística Comparativa articula-se com a Linguística Descritiva, mas, apesar de partilharem de métodos similares, diferem-se na seleção de materiais de que se ocupam. Sobre estas disciplinas, Gleason Jr. (1985) esclarece que a Linguística Descritiva deve muito de sua metodologia à comparação linguística, haja vista que os métodos rigorosos de estudo das línguas foram criados principalmente para tratarem de certas dificuldades de comparação. Apesar disso, a investigação comparativa depende da Linguística Descritiva para extrair os melhores resultados de seus métodos.

Ainda tratando da interdependência desses ramos de pesquisa da linguística, Gleason Jr. (1985, p. 475-476, grifos nossos [para reforçar a interdependência das disciplinas]) acrescenta:

Os métodos da linguística comparativa possibilitam-nos a demonstração de que duas línguas são aparentadas. Resta determinar qual a importância desta relação na classificação das línguas. [...] Os métodos da linguística comparativa são bastante laboriosos, e dependem da existência disponível de bons **materiais descritivos** das línguas em causa.

Robins (1977), ao discorrer a respeito da linguística comparativa⁸, afirma que é possível comparar línguas e estudá-las sistematicamente em relação uma com a outra, utilizando como parâmetro de referência quaisquer semelhanças gerais significativas, seja de forma ou de organização estrutural que elas compartilhem em qualquer nível. Ainda segundo o autor:

⁸ Gleason (1985) e Robins (1977) utilizam nomenclaturas diferentes para a mesma abordagem teórica. Enquanto este utiliza o termo ‘comparação tipológica’, aquele utiliza o termo ‘linguística comparativa.’ Apesar disto, ambas abordam, em seus estudos comparativos, as semelhanças encontradas em línguas diferentes.

A comparação tipológica está baseada em características gerais dos sistemas e estruturas das línguas, e assim forma parte do mais amplo processo de classificação de qualquer fenômeno observado de acordo com as semelhanças apresentadas de forma e estrutura. Seus grupos lingüísticos são estabelecidos independentemente das famílias históricas das línguas e podem em parte concordar com elas ou atravessar seus limites. (ROBINS, 1977, p. 336).

Para Robins (1977), a língua está ligada ao mundo extralingüístico; assim, nas formas, há limites impostos pela natureza e pela função da linguagem humana. A fisiologia dos órgãos vocais, por exemplo, estabelece limites nos tipos de sons produzidos, bem como os ouvidos e os centros perceptivos do cérebro apresentam limites à forma que os sons são utilizados no discurso contínuo.

Apesar dessas limitações, as línguas se servem à comunicação necessária de seus falantes. Entretanto, os limites extralingüísticos provocam diferenças no modo de realização e nos propósitos das línguas. Estas diferenças são observadas nos níveis da língua e na análise lingüística.

Como já mencionado, a classificação tipológica não se baseia nas diferenças, e sim nas semelhanças de forma que uma língua mostra ter com outras línguas, em seus diversos níveis. Robins (1977) ilustra os principais níveis nos quais estas semelhanças são notadas: fonético, fonológico, gramatical, semântico e estrutural.

A tipologia fonética observa que alguns grupos de línguas usam séries semelhantes de sons, enquanto outros grupos diferem-se, gradualmente, nos sons empregados. As principais posições articulatórias – bilabial, dental e velar – e os principais processos articulatórios – sonora ou surda, plosão e fricção, oral e nasal – são empregados em praticamente todas as línguas, mas, dentro destes limites, as diferenças fonéticas são muito acentuadas.

A tipologia fonológica baseia-se nos modos diferentes que os sons e as características sonoras das línguas se organizam em sistemas fonológicos e em estrutura silábica. A distinção entre as línguas tonais e não tonais representa uma classificação tipológica importante. Dentro das línguas tonais, pode ser feita uma distinção entre aquelas cujos tons, considerados fonologicamente, podem ser analisados em termos de níveis diferentes e contrastantes (algumas línguas tonais da África) e aquelas nas quais os tons ascendentes e descendentes devem ser reconhecidos como parte do sistema tonal em si (línguas chinesas).

A classificação de acordo com a estrutura silábica tem relação com a maior e a menor proporção de complexidade silábica permitida nas línguas, também está ligada tanto à dimensão sintagmática da fonologia, quanto à dimensão paradigmática, já que as línguas se diferem segundo a composição de seus sistemas vocálicos distintivos.

Robins (1977) propõe uma escala para melhor exemplificar as possibilidades de estruturas silábicas em línguas diferentes. As línguas com maior proporção de complexidade silábica recaem de um lado, enquanto as com menor complexidade silábica recaem de outro. Nesta escala, algumas das línguas caucasianas chegariam mais perto da extrema complexidade silábica, o inglês e o alemão também estariam bem próximos desta extremidade. No outro extremo, estariam as línguas que apresentam estrutura silábica muito simples, como, por exemplo, as línguas oceânicas e o japonês.

Segundo Robins (1977, p. 341), “As línguas também podem ser classificadas de acordo com as características predominantes de seus sistemas gramaticais”. Neste contexto, consideram-se os aspectos ligados à ordem das palavras e à marcação ou não marcação da estrutura sintática das línguas. O autor propõe dois extremos na classificação gramatical das línguas. Em um deles, localizam-se as línguas que se apoiam, quase que inteiramente, na ordem das palavras e nas classes de palavras associadas com marcadores das associações sintáticas e estruturas das frases, como, por exemplo, a língua chinesa. Em outro extremo, estariam as línguas nas quais a ordem de palavras é irrelevante e as associações sintáticas e estruturais das frases estão, quase sempre, marcadas por categorias morfológicas de regência e concordância, como o latim e o grego antigo. É também possível que as línguas ocupem posição entre os extremos. O inglês, por exemplo, estaria mais próximo da escala das línguas menos marcadas, estando mais próximo do chinês.

Na tipologia semântica, é possível observar que as línguas diferem-se de maneiras sistematicamente descritíveis na sua composição lexical. Os vocabulários de diferentes línguas variam em grande quantidade ou escassez de termos lexicais nos diferentes campos semânticos. Robins (1977, p. 348-349) chama atenção ao fato de que cada língua cria seu vocabulário a partir de suas necessidades culturais e ambientais de falantes diferentes. O autor exemplifica esta afirmação citando os termos de parentesco que, em geral, são construídos em torno da diferenciação lexical de três relações familiares humanas: filiação, consanguinidade e relações de parentesco.

A tipologia estrutural ocupa-se das características estruturais das palavras e da maneira como as estruturas fonológicas e gramaticais são relatadas em forma de palavras.

Robins (1977) aponta a divisão tripartida⁹ das línguas como melhor procedimento de classificação tipológica. Segundo esta divisão, as línguas são classificadas nos seguintes tipos: isolantes ou analíticos, aglutinantes e fusionais.

As línguas isolantes caracterizam-se pela impossibilidade de decomposição dos vocábulos e de flexão nas palavras. As línguas aglutinantes, como o próprio nome sugere, apresentam capacidade de juntar, em somente uma palavra, vários elementos, cada qual com sentido fixo, resultando em palavras morfologicamente complexas.

Por fim, as línguas fusionais caracterizam-se por apresentarem flexão na estrutura das palavras. Nelas, o vocábulo é formado de semantema e morfema, os quais se modificam para expressar os diversos acidentes de ideias (BORBA, 1967).

Robins (1977) conclui que raramente uma língua faz uso de apenas um dos tipos de estrutura formal; deste modo, as línguas são classificadas de acordo com a recorrência de uso de um dos padrões discutidos. Ainda acrescenta que, embora haja coincidência de classificação das línguas em um dos tipos de estrutura formal, a semelhança entre elas permanece no nível de estrutura da palavra e não no nível de estrutura gramatical.

Humboldt (1767-1835) identificou um quarto tipo de língua, denominada por ele de polissintética¹⁰ ou incorporante. Nesta classificação, enquadram-se as línguas nas quais as formas de palavras são longas e morfologicamente complexas, caso, por exemplo, do esquimó e de algumas línguas indígenas americanas.

Robins (1977) ressalta que a linha de classificação linguística humboldtiana pode ser considerada, dentro da comparação tipológica, o mais significativo sistema de classificação, pois envolve dois níveis centrais da estrutura e da análise linguística: a fonologia e a gramática. O autor observa que, entre os linguistas do século XX, Greenberg retoma e reformula a divisão tripartida de classificação tipológica das línguas, dando origem à teoria dos universais linguísticos.

⁹ A classificação tripartida das línguas está associada ao trabalho de Wilhelm von Humboldt, linguista alemão que, entre o fim do século XIX e início do século XX, desenvolveu este método de divisão como uma forma de classificar as línguas em sistemas de totais comunicação.

Borba (1932) e Câmara Jr. (1979) chamam atenção ao fato de que a classificação tripartida das línguas foi fixada (e não criada) pelo linguista August Schleicher, o qual, tomando como base a estrutura do vocábulo, afirmava que cada língua possui um desses três padrões estruturais: isolante, aglutinante e flexivo. Câmara Jr. (1979) ressalta alguns pontos fracos na teoria elaborada por Schleicher. O principal deles diz respeito ao fato deste linguista não ter conseguido se desvincular do critério diacrônico ao imaginar uma classificação de caráter tipológico e sincrônico.

¹⁰ Borba (1967) ainda ressalta que o termo polissintético, também utilizado na divisão tipológica das línguas, foi empregado por Sapir para caracterizar a estrutura das línguas indígenas americanas e semelhantes.

Realizei aqui uma exposição geral acerca de duas possibilidades de pesquisa linguística empregadas na descrição e classificação das línguas: a Linguística Descritiva e a Comparação Linguística.

Apesar do foco deste trabalho ser o descritivo, acredito que esta dissertação possa vir a servir a fins comparativos. Nesta dissertação, por exemplo, foram realizadas comparações com outras línguas indígenas da família Jê (Suyá, Parketêjê e Pykopjê), no que concerne à marcação de posse nominal, que serão melhor expostas no capítulo 5 “Classe de palavras”. Por essa razão, considere importante discorrer acerca do percurso trilhado pela Comparação Linguística.

4.2 O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

Sapir (1971) define a linguagem como um método puramente humano e não instintivo de comunicação de ideias, emoções e desejos. É uma função influenciada pela cultura. Segundo o autor, o indivíduo humano está predestinado a falar não por ter nascido na natureza, mas sim porque está inserido em uma sociedade permeada de valores, crenças, atitudes.

Sobre a ligação que existe entre linguagem e sociedade, Benveniste (1989, p. 93) esclarece:

A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e receber dele uma mensagem. Conseqüentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro. A partir deste momento, a sociedade é dada com a linguagem. Por sua vez, a sociedade só se sustenta pelo uso comum de signos de comunicação. A partir deste momento, a linguagem é dada com a sociedade. Assim, cada uma destas duas entidades, linguagem e sociedade, implica a outra. Pareceria que se pudesse ou mesmo devesse estudá-las em conjunto, uma vez que em conjunto elas nasceram.

Fica clara, nas palavras de Benveniste (1989), a interdependência entre a linguagem e a sociedade. Seguindo esse ponto de vista, é possível concluir que a linguagem é manifestada a partir da interação entre os seres humanos, em contextos específicos, dentro do grupo de fala que estes indivíduos compartilham. Tal reconhecimento me fez adotar como base teórica o modelo funcionalista da linguagem, visto que, segundo Pezatti (2009, p. 168), no paradigma funcional,

A linguagem é vista como uma ferramenta cuja forma se adapta às funções que exerce e, desse modo, ela pode ser explicada somente com base nessas funções, que são, em última análise, comunicativas.

O princípio de que toda a explicação lingüística deve ser buscada na relação entre linguagem e uso, ou na linguagem em uso no contexto social, torna obrigatória a tarefa de explicar o fenômeno lingüístico com base nas relações que, no contexto sócio-interacional, contraem falante, ouvinte e a pressuposta informação pragmática de ambos.

Como bem coloca Pezatti (2009), no modelo funcionalista da linguagem, a língua é um instrumento de interação que existe em virtude do seu uso na realização social, estabelecendo a comunicação entre os indivíduos. Diferente da concepção saussuriana, que separava fala e língua, no enfoque funcionalista, a análise lingüística deve considerar tanto a língua como a fala, além disso, entende-se que a língua está subordinada à fala.

Pezatti (2009) complementa que a abordagem funcionalista, apesar de muitos a considerarem uma teoria moderna, já norteava trabalhos anteriores. O que aconteceu é que este paradigma lingüístico passou, na década de 70, por reformulações¹¹. A partir disso, surgiram vários grupos¹² de tendência funcionalista.

Sendo assim, o paradigma funcional é quase tão antigo quanto o paradigma formal¹³. Neves (1997) observa que os mais representativos desenvolvimentos da visão funcionalista da linguagem estão relacionados à Escola de Praga¹⁴.

A autora observa que a gramática funcional é uma teoria de organização gramatical das línguas naturais que considera a competência comunicativa, ou melhor, considera a capacidade que os indivíduos têm de codificar e decodificar expressões e de usá-las e interpretá-las de maneira satisfatória. Neste sentido, o interesse recai sobre o uso das expressões lingüísticas na interação verbal, o que, de acordo com Neves (1997), pressupõe certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo lingüístico.

¹¹ O funcionalismo foi reformulado, na década de 70, em um mesmo período de surgimento de várias tendências de estudos da linguagem (Análise do Discurso, Sociolinguística, Linguística Textual, etc). Todas estas teorias surgiram a partir da necessidade de se considerar, nos estudos lingüísticos, as questões discursivas, o que não era levado em conta pela teoria gerativa em voga nesta época.

¹² Nos anos 70, surgiu, nos Estados Unidos, um importante movimento funcionalista a partir dos trabalhos de um grupo de pesquisadores radicados na Califórnia, dentre eles Talmy Givón, Charles Li, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Paul Hopper, Scott DeLancey e John DuBois. Em Buffalo, New York, Van Valin deu origem à corrente funcionalista *Role and Reference Grammar*. Em Berkeley, Califórnia, George Lakoff e Ronald Wayne Langacker desenvolveram a tendência funcional-cognitiva.

¹³ No campo dos estudos lingüísticos, o funcionalismo antecede os estudos de Saussure. Autores como Whitney, Herman Paul e Von der Gabelentz, no final do século XIX, focaram seus estudos lingüísticos nos fenômenos sincrônicos e diacrônicos para explicar a estrutura da língua em termos psicológicos, cognitivos e funcionais.

¹⁴ A Escola Lingüística de Praga ou Círculo Lingüístico de Praga é o nome dado a um grupo de estudiosos da linguagem que combinaram, em seus estudos, estruturalismo e funcionalismo. Foi fundada, em 1926, por Mathesius. As figuras de maior destaque do Círculo de Praga são Roman Jakobson e Troubetsoi.

A respeito da relação entre pragmática, semântica e sintaxe, Dik (1989) explica que a pragmática é vista como um quadro abrangente, e é neste quadro que a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. A semântica é instrumental em relação à pragmática, da mesma maneira que a sintaxe é instrumental à semântica. Nesta perspectiva, não há espaço para uma sintaxe autônoma. Para o autor, uma gramática funcional deve ater-se a três princípios explanatórios: adequação pragmática, adequação psicológica e adequação tipológica.

O padrão pragmático é o que apresenta maior peso, pelo simples fato de a gramática funcional estar inclusa numa teoria na qual a interação verbal é o objeto da análise. A adequação psicológica está ligada à relação que se estabelece entre os modelos psicológicos da competência e do comportamento linguístico. Logo, as adequações psicológicas dizem respeito ao modo como os falantes constroem e formulam as expressões linguísticas (modos de produção) e ao modo como o ouvinte processa e interpreta as expressões linguísticas (modos de compreensão). Por fim, a adequação tipológica diz respeito à capacidade de a teoria funcional fornecer gramáticas para línguas tipologicamente diferentes e, ao mesmo tempo, explicar semelhanças e diferenças existentes entre essas línguas.

Pezatti (2009) observa: “Uma teoria relativa à organização das línguas naturais, que se fundamenta no paradigma funcional, tem como objetivo central a construção de um modelo de usuário de língua natural (M.ULN)”.

Conforme Dik (1989), isso não significa considerar o usuário da língua natural (ULN) um animal linguístico, isso porque, no modelo da gramática funcional, deve-se ter em conta que a linguagem envolve funções humanas de níveis mais elevados do que as funções linguísticas.

Por isso, o autor sugere uma teoria de organização das línguas naturais, alicerçada nos princípios funcionalistas. Na formulação dessa teoria, deve-se considerar as seguintes capacidades humanas: *Linguistic capacity* (capacidade linguística), *epistemic capacity* (capacidade epistêmica), *logical capacity* (capacidade lógica), *perceptual capacity* (capacidade perceptual) e *social capacity* (capacidade social). Dik (1989) ressalta que estas capacidades são essências na comunicação linguística, e por este motivo não poderiam ser descartadas do M.NLU.

A análise linguística envolve regras que governam a formação das expressões linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas) e regras que governam o padrão de interação verbal (regras pragmáticas).

As regras de uma gramática funcional são formuladas em termos de propriedades funcionais e categoriais dos constituintes da sentença. As propriedades categoriais são características intrínsecas, não relacionais dos constituintes, ao passo que as funcionais implicam, necessariamente, uma relação de um dado constituinte com outros da construção em que ele ocorre. Sendo assim, afirmações categoriais especificam propriedades internas dos constituintes, enquanto afirmações funcionais especificam propriedades relacionais referentes à construção em que eles ocorrem. (PEZATTI, 2009, p. 173).

As relações funcionais são distribuídas em três níveis, os quais configuram funções semânticas, sintáticas e pragmáticas. As funções semânticas especificam os papéis que os referentes exercem dentro do *State of Affairs* (Estado de Coisas). As funções sintáticas especificam em que posição o ‘Estado de Coisas’ é apresentado na expressão linguística e as funções pragmáticas especificam o estatuto informacional dos constituintes ligados ao contexto comunicacional.

5 KAINGANG: POVO E LÍNGUA

Tendo em vista que a linguagem é uma capacidade humana revelada na interação entre membros de determinados grupos, não seria conveniente discorrer sobre a língua Kaingang sem antes mencionar o povo que a fala. Portanto, tratarei, neste capítulo, de algumas teorias sobre a origem dos Kaingang, os primeiros contatos, crenças e costumes e, por fim, apresentarei algumas informações a respeito da Terra Indígena do Apucarantina, comunidade abordada nesta pesquisa. Abordarei também algumas informações a respeito da língua tais como: alfabeto, marcadores de sujeito e ordem preferencial das orações.

5.1 O Povo

5.1.1 Os Povos Jê do Sul

As pesquisas arqueológicas e linguísticas que tentam elucidar o surgimento dos Jê meridionais (Kaingang e Xokleng) ainda não deram conta de explicar claramente a ocupação territorial desses povos no Sul do Brasil.

De acordo com a perspectiva antropológica, Noelli (2004, p. 22) diz: “É preciso repensar a concepção dominante sobre a territorialidade e demografia Jê do Brasil, abandonando a imagem vigente de pequenos grupos geograficamente isolados.”

Ao utilizar o termo “pequenos grupos”, o autor faz referência à noção de “grupos marginais” concebida pelo antropólogo Julian Steward (1949 apud NOELLI, 2004). Na concepção de Steward, os povos marginais eram considerados essencialmente caçadores-coletores, organizavam-se em sociedades sociopolíticas pequenas, ou seja, em simples grupos familiares. Suas relações eram regidas por parentesco, sexo, idade e associações. As tribos pertencentes a esses grupos apresentavam semelhanças entre ritos de passagem, xamanismo e simbolismo, além de viverem em áreas de recurso limitado, realizando, por isso, a exploração do ambiente por meio de técnicas rudimentares.

Essa noção teria sido adotada na década de 1950, pela maioria dos estudos etnológicos sobre os Xokleng e os Kaingang, e divulgada nas duas décadas seguintes por Darcy Ribeiro, Betty Meggers e Júlio César Melatti.

Ao sugerir que se repense “a concepção dominante” sobre a demografia Jê do Sul, Noelli (2004) alerta a respeito da necessidade de se rever as ideias orientadas pelas premissas do determinismo ecológico.

O determinismo ecológico se encaixa na noção de Cultura de Floresta Tropical. Esse conceito interpreta a sequência cultural pré-histórica da Amazônia levando em conta as invasões e difusões culturais (ROOSEVELT, 1991, p. 104). Os traços de análise fundamentam-se, basicamente, em observações de atividades de subsistência e de organização econômica do grupo.

Montarroyos (2009a, 2009b) enfatiza que, nesse modelo, a cultura da floresta é vista como atrasada e menos complexa se comparada com os povos dos Andes e da América Central. No que tange à fórmula programática estabelecida pelo modelo determinista, o autor apresenta a concepção em que se baseia esse paradigma: “a pobreza dos solos para atividades agrícolas; a escassez de recursos proteicos de origem animal, ou mesmo, a dispersão das fontes alimentares abundantes causariam a simplificação e timidez evolutiva da cultura indígena.” (MONTARROYOS, 2009b).

Como se pôde perceber a partir do que foi exposto, a explicação a respeito da territorialidade dos povos Jê pautada nos limites da teoria do determinismo ecológico é imprecisa e vaga. Ademais, cria a ideia de que os povos indígenas eram pouco “evoluídos”.

Dando continuidade às pesquisas que buscam elucidar a origem dos Jê meridionais, arqueólogos do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), juntamente com seus seguidores, levantaram a hipótese de que a origem das populações Jê é autóctone no Sul do Brasil e em Misiones, na Argentina. Dessa forma, os Kaingang e Xokleng seriam uma continuidade das populações caçadoras-coletoras alto-paranaense, com tradição e técnica de polimento de artefatos líticos, confecções de vasilhas cerâmicas e agricultura.

Esse ponto de vista é questionado por alguns membros do PRONAPA e colaboradores, pois, para eles, a proposição levantada a respeito dessa possível forma de ocupação não possui indicadores empíricos que lhe deem sustentação. Noelli (2004, p. 25) também contesta a possibilidade de ocupação autóctone, porque, segundo ele:

Atualmente, sem a existência de uma base de dados estatisticamente tratada e sem estudos comparados de antropologia física no interior do Brasil meridional, não é possível distinguir os registros arqueológicos de modo a classificá-los em dois conjuntos distintos relacionando-os aos Kaingang e aos Xokleng. A semelhança entre os vestígios, entre os tipos de assentamentos e entre outras evidências, não permite agora o estabelecimento de uma distinção entre os registros arqueológicos dos ascendentes dos Kaingang e dos Xokleng. As vasilhas cerâmicas, marcadores tradicionalmente empregados para fundamentar as diferenças entre as tradições do Sul do Brasil, ainda não servem para distinguir os registros arqueológicos dos Jê do Sul.

Ainda tratando da expansão e ocupação dos Jê meridionais, Noelli (2004) complementa que a expansão dos Jê para o Sul deve ser investigada considerando a disputa por território, resultante da expansão dos Guarani e dos Tupinambá para o Sul: os Guarani através do Mato Grosso do Sul e oeste paulista e os Tupinambá via litoral atlântico. Essa expansão, aparentemente, teria causado uma disputa por espaço com os Jê. Sobre essa disputa, sabe-se que:

Os Tupinambá separaram os Jê do Sul das demais populações Jê que ocuparam partes da Serra do Mar e do litoral em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, bem como algumas áreas do interior de Minas Gerais e São Paulo. Próximo do litoral, o vale do Ribeira acabou como limite setentrional litorâneo dos Jê do Sul nas áreas mais elevadas da Serra Geral desde o Centro-Sul do Paraná até os campos do Planalto Sul-Rio-Grandense. Ao longo do processo de disputa territorial, considerando todas as evidências arqueológicas do Sul do Brasil, pode-se deduzir que os Guarani comprimiram os territórios Jê no alto Paranapanema e médio Iguaçu, por volta de 1.800 AP^[15], expulsando seus habitantes do litoral entre o Paraná e Rio Grande do Sul ao redor de 1.200 a 1 mil AP; comprimiram seus territórios no alto rio Uruguai ao redor de 1.500 AP e próximo dos campos de Caxias do Sul ao redor de 1.900 AP. Separaram os territórios do vale do Ribeira dos vales do rio Tibagi e alto rio Iguaçu desde pelo menos 1.400 AP, criando uma consistente linha divisória entre esses dois núcleos de ocupação Jê que persistiram além do século XVI. (NOELLI, 2004, p. 40).

Sob o olhar da Linguística, entende-se que os povos Jê são originários de fora do Brasil meridional, tendo em vista que esses grupos possuíam línguas já definidas na ocasião em que colonizaram a região Sul. Na análise das relações internas da família Jê, o Kaingang faria parte do conjunto Akwén e Apinayé, já o Xokleng seria incluso no grupo das línguas Kayapo, Timbira, Kren-akaôre e Suyá (cf. RODRIGUES, 2002b).

Contudo, com base em observações de elementos biológicos e étnico-culturais, foi possível compreender que o Kaingang e o Xokleng são povos culturalmente diferentes e, por conseguinte, possuem línguas distintas.

Em vista do que foi exposto, conclui-se que os Kaingang juntamente com os Xokleng integram o ramo Jê meridional. Todavia, a explicação sobre o surgimento dessas sociedades é ainda muito obscura e necessita de mais pesquisas de diferentes ramos científicos, a fim de melhor elucidar a questão.

Após essa breve discussão a respeito da origem dos povos Jê no Sul do Brasil, passarei agora, especificamente, à discussão a respeito do povo Kaingang.

¹⁵ AP é a sigla do termo Antes do Presente, concernente à área de Arqueologia.

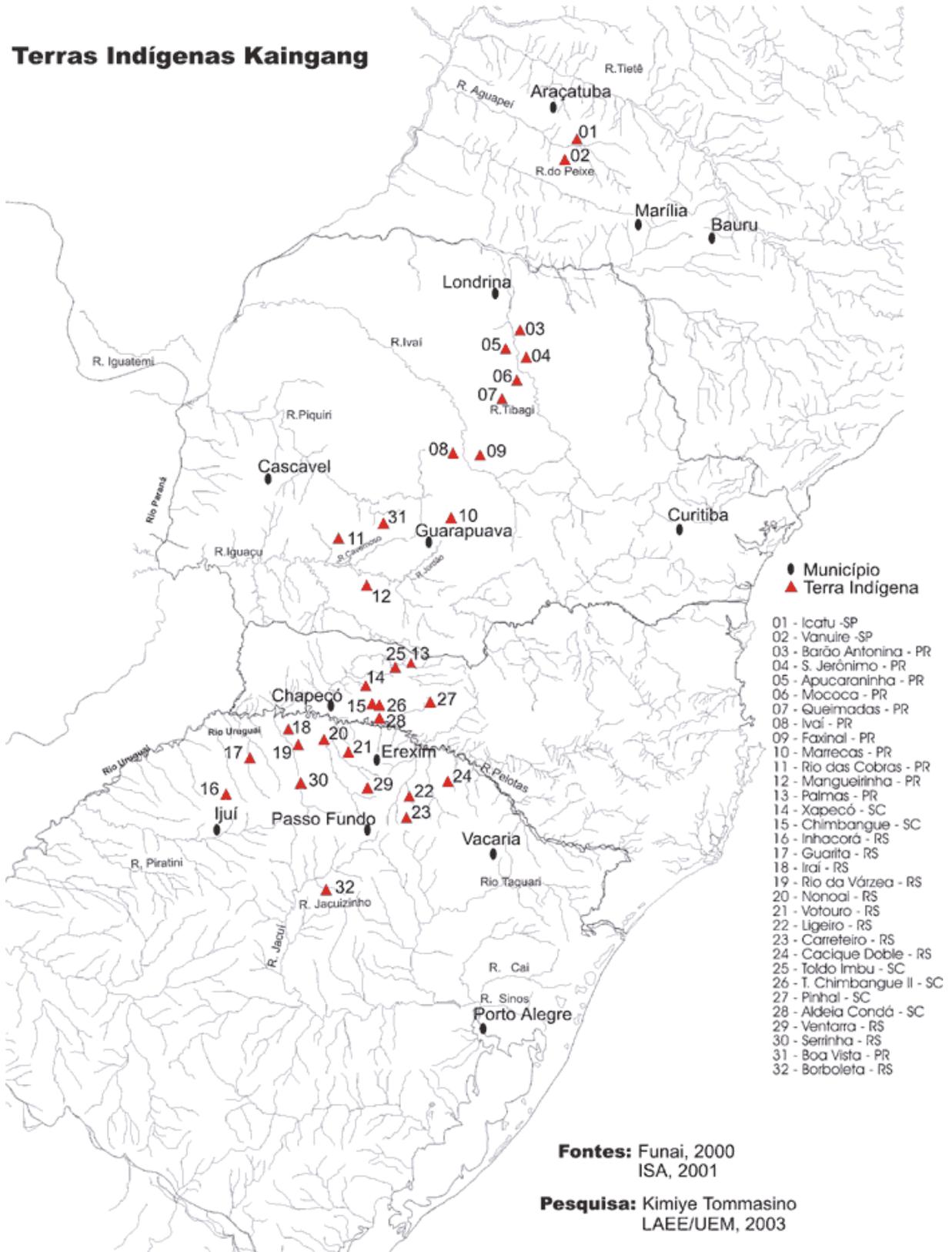
5.1.2 O Povo Kaingang

Segundo dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), os Kaingang ocupam a terceira posição entre os povos indígenas mais numerosos do Brasil. Constituem o maior grupo indígena pertencente à família Jê, com uma população estimada em 37.400 pessoas, vivendo em diversas Terras Indígenas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. O mapa da figura 1 mostra a distribuição da população Kaingang no Brasil.

Ao longo do processo de contato com os não-índios, os Kaingang receberam diversas denominações, dentre elas: Guanhanás, Guaianazes, Camés, Votorões, dentre outros. O termo Coroado que fazia menção ao corte de cabelo, em forma de uma coroa, que os índios usavam, foi um termo muito difundido entre agentes do Estado, religiosos e demais da sociedade durante os séculos XIX e XX.

O século XVII marca o início do contato entre os Kaingang e os colonizadores europeus. Em registros realizados por padres jesuítas nas reduções do Guairá, entre 1626 e 1630, aparecem as denominações “Gualachos” e “Chiquis” para se referir aos índios daquela localidade. Segundo Veiga (1994), apesar desses registros descreverem práticas culturais ligadas ao povo Xokleng, certamente, nas mesmas reduções, havia grupos Kaingang. A autora aponta esses contatos como sendo os primeiros mais duradouros entre os Kaingang e representantes da sociedade colonial.

Figura 1 – Terras Indígenas Kaingang



Contudo, a experiência das reduções do Guaíra foram muito breves, devido aos ataques das bandeiras paulistas às missões jesuítas. Diante das sucessivas afrontas dos

bandeirantes, os jesuítas fundaram novas reduções na Província do Tape (atual estado do Rio Grande do Sul). Alguns registros históricos apontam para a possibilidade de que os Kaingang tenham sido influenciados pela redução jesuítica de Santa Tereza, na região do Passo Fundo.

Muitos desses índios, no entanto, não aceitaram viver sob o julgo dos jesuítas e passaram a viver livremente nos campos e florestas do Sul do Brasil. Como bem postulam Tommasino e Fernandes (2001), no período em que ocorreram as reduções jesuíticas, notou-se a presença dos Kaingang no planalto sul do Brasil, nas áreas de florestas de araucárias, estando presentes desde o estado de São Paulo até os estados da região sul do país.

No século XVIII, ocorreram, no estado do Paraná, as primeiras tentativas de conquista dos campos e florestas ocupados pelos Kaingang. Não tardou para que os índios reconhecessem as más intenções dos brancos e se rebelassem contra eles. As reações violentas dos indígenas obrigaram os pretensos colonizadores a abandonarem a empreitada de conquista das terras dos Campos Gerais.

Ao final do mesmo século, o interesse pela região de Guarapuava contribuiu para que os conquistadores europeus adentrassem, novamente, nas terras pertencentes aos Kaingang. Houve diversos embates, o que não impediu que, no século XIX, a expedição militar ocupasse o território. A partir daí, iniciam-se a catequese e o aldeamento dos Kaingang da região.

Veiga (1994) enfatiza que a conquista de Guarapuava ocorreu nos moldes da guerra justa contra os “índios bárbaros”. Nesse sentido, a violência contra os indígenas e sua escravidão eram respaldadas pela Carta Régia de Dom João VI, príncipe regente do Brasil, que determinou o povoamento daqueles campos.

Após a colonização de Guarapuava, começou o movimento de expansão colonial em direção ao Sul. O interesse pelas terras que pertenciam aos Kaingang ocasionou emprego de violência contra aqueles que se opunham à conquista. Nesse contexto, muitos líderes indígenas, aliados aos brancos, participaram de massacres contra seu próprio povo. Sobre essa questão, Fernandes (2004, p. 104) acrescenta:

No final do ano de 1830, já decorridos trinta anos da presença dos ‘colonizadores’ em Guarapuava, houve um movimento de expansão colonial em direção ao Sul. Tal expansão colonial visava à ampliação dos campos destinados à criação de gado e ao estabelecimento de uma via de comunicação com a região de Missões na província do Rio Grande. Se por um lado, os Kaingang, senhores desse território, representavam um obstáculo a tal empreendimento, por outro a expansão colonial foi organizada em torno de atuação de alguns grupos kaingang, originários do aldeamento de Atalaia.

Pode-se então concluir, pelas palavras de Fernandes, que o movimento expansionista gerou uma situação conflituosa, na qual membros do grupo rechaçado se uniram aos seus adversários e se voltaram contra os seus semelhantes. O autor, ao analisar o faccionalismo Kaingang, observa que, ao longo dos mais de duzentos anos de contato, os líderes dessa etnia estiveram à frente de campanhas de conquistas e, por isso, muitas vezes, os estudos sobre a sociedade kaingang confundem-se com os dos seus chefes políticos.

Segundo Veiga (1994, p. 26), a ocupação do centro-norte do Paraná aconteceu a partir de 1850, com a fundação da Colônia Militar do Jataí e dos aldeamentos próximos ao Rio Tibagi, a saber: Aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo da Serra. Ao mesmo tempo, a intensificação do avanço pastoril no Rio Grande do Sul forçou a ocupação dos Campos de Erechim. A frente agrícola, sustentada pela imigração estrangeira, colaborou para a ocupação da região nordeste daquele estado.

De acordo com a pesquisadora, o interesse pela extração da erva-mate contribuiu com a expansão paranaense em direção ao oeste. Na região norte, as primeiras plantações de café, em Jacarezinho, fizeram com que ocorressem as ocupações do norte do Paraná.

As últimas ocupações no Paraná ocorreram por volta de 1920. Para facilitar o contato com alguns grupos de Kaingang, que ainda se mantinham arredios quanto à ocupação de suas terras, o Serviço de Proteção ao Índios (SPI)¹⁶ criou um “Posto de Atração” na região dos rios Laranjinha e Cinzas. Contudo, tal medida não foi suficiente para a preservação dos índios, pois muitos foram alvos de ações criminosas que resultaram em desaparecimento dos grupos resistentes ao aldeamento.

A respeito dos contatos pacíficos entre índios e conquistadores, discursa Veiga (1994, p. 35-36): “O destino dos Kaingang a partir dos contatos ‘pacíficos’ com a

¹⁶ De acordo com informações do Instituto Socioambiental (ISA), o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi criado em 1910 e operou em diferentes formatos até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). (cf. [http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-\(spi\)](http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-(spi))).

sociedade luso-brasileira foi o confinamento em reservas, liberando as áreas de caça, de coleta e de perambulação para a ocupação pastoril e agrícola.”

Apesar do histórico de luta e resistência empreendida pelos índios a fim de manterem seu povo e território, no histórico de colonização das terras do Paraná, esses fatos foram esquecidos ou até mesmo omitidos. Lúcio Tadeu Mota (1994), em *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios kaingang no Paraná (1769-1924)*, chama atenção ao fato de que no Paraná a empreitada colonizadora fora enaltecida e legitimada nos documentos que tratam da ocupação. Nesse contexto, os índios sequer são mencionados como parte do povo que compunham esse território.

A ausência de registros sobre os povos indígenas no Paraná pré-colonizado pode ser entendida dentro do conceito de ‘vazio demográfico’ amplamente discutido por Mota (1994). Essa noção foi fortalecida pelos relatórios elaborados por geógrafos interessados no povoamento das terras. Nesses documentos, o Paraná era tratado como um lugar desabitado, um sertão pronto a ser desbravado.

Outro conceito questionável é de que os Kaingang se mostraram pacíficos à ocupação de suas terras, dando a ideia romântica de contato harmonioso entre os colonizadores e os índios. Ainda que tenha ocorrido, no início do contato, uma certa ‘amizade’, bastou os índios perceberem as reais intenções dos invasores em transformar suas terras sagradas em lotes comerciáveis para desenvolverem técnicas de guerras, capazes de fazer frente a adversários muito superiores em armamento e número de pessoas.

Apesar do empenho em tentar manter suas terras e preservar os elementos sagrados dela, os Kaingang não puderam resistir por muito tempo aos seus inimigos, visto que, lamentavelmente, como já notado em outros contextos de colonização e até atualmente nas lutas para retomadas de terras indígenas, as ações violentas contra os indígenas são justificadas pela efetivação e manutenção do progresso.

Os Kaingang, assim como outros diversos grupos indígenas, não foram apenas alvos de violência física por parte dos invasores. Viram seus semelhantes serem exterminados, tiveram limitadas as terras de onde provinham seus suplementos, cenário de seus ritos, sentiram o gosto amargo de perderem grande parte do seu espaço sagrado e, em vários momentos, foram privados até mesmo de falarem sua língua. Apesar da luta para manter a identidade do grupo, foram obrigados a recriar suas crenças e costumes, adequando-os ao olhar do conquistador.

5.1.3 Cosmovisão – as Metades Clônicas

O povo Kaingang tem uma ligação muito estreita com a terra, pois dela emanaram seus criadores Kamé e Kanhru. Conforme mito relatado por Nimuendajú (1993, p. 58-59):

A tradição dos Kaingang conta que os primeiros desta nação saíram do chão, por isso eles têm a cor de terra. Numa serra do sertão de Guarapuava, não sei bem onde, dizem eles que até hoje se vê o buraco pelo qual eles subiram. Uma parte deles ficou embaixo da terra, onde eles permanecem até agora, e os que aqui em cima morrem vão se juntar outra vez com aqueles. Saíram em dois grupos, chefiados por dois irmãos por nome Kañeru e Kamé, sendo que aquele saiu primeiro. Cada um já trouxe um número de gente de ambos os sexos. Dizem que Kañeru e sua gente toda eram de corpo fino, peludo, pés pequenos, ligeiros tanto em seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. Kamé e seus companheiros, ao contrário eram de corpo grosso, pés grandes e vagarosos em seus movimentos e resoluções. Como foram estes dois irmãos que fizeram as plantas e os animais, e que povoaram a terra com seus descendentes, não há nada neste mundo fora da terra, dos céus, da água e do fogo, que não pertença ao clã Kañeru ou ao de Kamé. Todos ainda manifestam sua descendência ou pelo seu temperamento ou pelos traços físicos ou pela pinta. O que pertence ao clã Kañeru é malhado, o que pertence ao clã Kamé é riscado. O Kaingang reconhece esta pinta tanto no couro dos animais como nas pernas dos passarinhos, como também na casca, nas folhas ou na madeira das plantas.

Tradicionalmente, os Kaingang dividem-se em metades exogâmicas, de forma que uma pessoa pertencente ao clã Kamé deve se casar com outra pertencente ao clã Kanhru, e patrilineares, pois os filhos pertencem à metade do pai.

De acordo com Veiga (2004), os heróis míticos Kanhru e Kamé personificam a percepção de mundo perfeitamente simétrica, formada por pares opostos e complementares. Nesse sentido, a relação de troca entre as metades é algo comum:

A relação de troca entre as metades é permanente. Casa-se na metade oposta, enterram-se os mortos da outra metade e, quando alguém passa por um período de liminaridade, é acompanhado e servido por pessoas da metade oposta à sua. Quando um menino vai à caça pela primeira vez, o passarinho que mata é oferecido ao avô materno, membro da metade contrária, para que tenha sorte como caçador. O acesso aos conhecimentos xamânicos também são transmitidos por pessoas da outra metade.

[...] A cosmologia kaingang é aberta para a alteridade, sendo o outro parte constitutiva de uma unidade. Costumam referir-se à outra metade como ‘o nosso outro lado’. A complementaridade é vista com perfeição, como portadora de vida, enquanto a união de iguais é considerada estéril. (VEIGA, 2004, p. 269-270).

Como se pode notar, as metades opostas regem toda a organização social dos Kaingang. Essas metades distinguem-se pelas funções desempenhadas por cada grupo: os Kamé, considerados de espírito mais forte, lideram os rituais relacionados aos mortos, os Kanhru lideram questões políticas e de guerras. As pinturas corporais, feitas em ocasiões de rituais, denunciam a metade à qual o indivíduo pertence: Kamé – desenhos de traços compridos (*téj*) –, e Kanhru – desenhos de traços redondos (*ror*).

Em conversa informal com o informante de minha pesquisa, pude notar sua frustração ao tratar a respeito dos atuais casamentos ocorridos na aldeia, ressaltando a dificuldade da união matrimonial entre membros das metades opostas, o que tem contribuído para o fim da tradição que há tanto tempo vem sendo seguida. O informante atribui esse fato aos contatos interétnicos e ao fato de os jovens estarem deixando de lado algumas das marcas tradicionais do grupo; porém, ressalta que os mais velhos ainda procuram lembrar às novas gerações a importância de se preservar o equilíbrio entre as partes, pois, para eles, a visão partidária, oposta e complementar, é muito importante e deve ser mantida.

5.1.4 A Terra Indígena Apucarantina

A Terra Indígena Apucarantina (TI-A) pertence ao município de Londrina e está localizada na confluência dos rios Apucarana e Apucarantina com o rio Tibagi. A via de acesso à reserva é a Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445), sentido Londrina/Lerrovile (52 Km). De Lerrovile até a TI-A percorrem-se mais 28 quilômetros de estrada sem pavimentação.

A TI-A possui pouco mais de 5.000 hectares, onde residem aproximadamente 2.000 pessoas. Grande parte das casas da aldeia foi construída pelo governo e muitas delas modificadas pelos índios, com o intuito de manterem a tradição de suas antigas moradias.

Há, na aldeia, um posto de saúde básica, igrejas católica e protestante, além de uma cadeia, espaço para guarda de maquinários, pátio para preparação de assados e festas.

Apesar de a TI-A estar relativamente próxima das cidades de Tamarana e Londrina, há uma evidente falta de estrutura no que diz respeito ao acesso dos moradores ao meio urbano, isto porque a estrada que dá acesso à cidade não é pavimentada, tornando difícil o deslocamento em dias chuvosos, principalmente dos jovens indígenas que estudam fora da aldeia.

Essa situação foi parcialmente amenizada com a inauguração, em 2012, da Escola Estadual Benedito Kokag. Construída dentro da aldeia, oferece ensino regular

fundamental II e ensino médio. Antes da inauguração da referida escola, ofertava-se na aldeia apenas o ensino fundamental do 1º ao 5º ano.

Na primeira fase do ensino fundamental o ensino é bilíngue, sendo que até o 4º ano ensina-se em Kaingang e, após o 5º ano, em português. No ensino fundamental II e médio, os alunos continuam a ter aulas do Kaingang. Entretanto, é mais comum que professores não índios ministrem as aulas de outras disciplinas da grade curricular, considerando o reduzido número de professores indígenas atuantes nessas modalidades de ensino.

A maior parte dos professores não índios é contratada em regime celetista, ou seja, possui contrato temporário, fato que dificulta a permanência de um mesmo docente por um período maior na escola, o que é lamentável, pois, quando os alunos começam a se acostumar com os professores, o contrato é interrompido. Esse problema, somado à falta de interesse de professores concursados em firmarem seus padrões nas escolas da aldeia, dificulta o processo de ensino, tendo em vista que, muitas vezes, é preciso esperar que surja interesse de docentes para lecionar na TI-A. Essa dificuldade está atrelada, na maior parte, aos problemas de acesso à aldeia e também à falta de informação dos professores em relação à cultura Kaingang. Nesse sentido, o preconceito também reforça a dificuldade em conseguir professores efetivos para a escola.

Quanto à economia, os Kaingang vivem da agricultura de subsistência, cultivando arroz, feijão, milho, palmito pupunha, dentre outros, do assalariamento temporário e da venda de artesanatos, confeccionando cestos, balaios, arcos e flechas, que são vendidos fora da aldeia.

Os Kaingang da TI-A ficaram nacionalmente conhecidos devido aos episódios de conflitos que ocorreram entre eles e representantes da Companhia de Energia Elétrica do Paraná (COPEL). Na década de 1940, parte da reserva do Apucarantina foi tomada para a construção de uma hidrelétrica pela Empresa Elétrica de Londrina, incorporada, em 1974, à Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná (COPEL). Diante disso, o território destinado ao povo Kaingang do Apucarantina foi reduzido. Os índios daquele lugar lutaram durante décadas pelo ressarcimento das terras invadidas e danos ambientais causados pela instalação da hidrelétrica.

O trecho abaixo, retirado do Relatório Ambiental elaborado pela COPEL, em 1999, dá a ideia do clima hostil entre a Companhia de Energia Elétrica e os moradores da aldeia no período em que ainda não se havia chegado a um acordo a respeito da expropriação das terras.

Mesmo quando a empresa mantinha vigilância privada, a própria comunidade indígena, da qual a maior parte das glebas foi arrendada, não prestava a sua colaboração. Pelo contrário, vandalizavam trancas, portões, cercas, telas, placas de alerta, etc., e desrespeito aos fiscais. (PARANÁ, 1999, p. 24).

No trecho citado, é possível perceber a visão que a COPEL buscou criar a respeito dos índios Kaingang, apresentando-os como vândalos e perturbadores da ordem, sem ao menos mencionar que eram eles os verdadeiros proprietários daquelas terras.

Após intensos combates, em 2006, foi assinado um Termo de Ajuste de Conduta, celebrado entre o Ministério Público Federal, Comunidade Indígena Apucarantina, Fundação Nacional do Índio e COPEL, estabelecendo o pagamento de 14 milhões de reais, em parcelas depositadas em conta aberta em nome da Associação dos Moradores da Comunidade Indígena do Apucarantina, como forma de indenização pelos danos causados pela exploração dos recursos naturais da aldeia. Infelizmente, grande parte da população vê esses tipos de acordos com um olhar unilateral, voltado apenas para a soma de recurso adquirido pelos índios em troca das terras que lhes foram tiradas.

Não bastasse essa questão, há também outros tipos de invasores que afrontam o direito dos moradores da reserva de preservarem seus costumes. Tradicionalmente, os Kaingang, que são grandes pescadores, com a técnica do Pari (armadilha de taquara), costumavam sair à pesca e levar muitos peixes para a aldeia. No entanto, os moradores do Apucarantina têm encontrado dificuldades em pescar peixes grandes nos rios que circundam a reserva. Eles relatam que alguns não índios têm invadido o espaço da aldeia para a pesca indiscriminada utilizando barcos a motor e redes. Diante disso, tem ocorrido grande diminuição dos peixes e, conseqüentemente, a diminuição também da manutenção de um costume secular, mantido pelos moradores da TI-A.

Em vista dos apontamentos até aqui realizados, compreendemos que, além das terras, foi também retirado dos Kaingang moradores da Reserva Apucarantina o direito de decidirem sobre elas. Hoje, a aldeia tem sofrido com a falta de espaço, tendo em conta que sua população vem aumentando sucessivamente e o território do qual dispõe encontra-se limitado para o acolhimento das novas famílias.

O aumento populacional somado à falta de espaço compromete a manutenção de agricultura de subsistência. Atualmente, a TI-A tem suprimido os espaços destinados ao plantio de seus alimentos para dar lugar a construções de moradias. Além disso, as festas e reuniões tradicionais do grupo tendem a se limitar, devido à falta de espaço para suas realizações. É importante ressaltar que o espaço físico tem sentido fundamental na

vivência cultural dos índios, porque os elementos da natureza apresentam ligação simbólica entre o índio e o mundo que o cerca. Na observação da fauna, por exemplo, surgem os nomes dos Kaingang, que, ao nascerem, além de receberem um nome de não índio, recebem também um nome de índio baseado em algum animal que o pai tenha observado na natureza. Essa prática reforça a necessidade do espaço enquanto possibilitador de manutenção dos costumes Kaingang.

Apesar de tudo o que foi exposto, a possibilidade de uma nova demarcação de terra para a TI-A é quase que inexistente, até porque os índios dividem espaço com famílias que há anos estão instaladas em terras próximas da aldeia, portanto, há um parâmetro considerável antes de se pensar em uma possível retomada dessas terras.

Enfim, os relatos apresentados mostram alguns exemplos de desrespeito e incompreensão que o povo e a cultura Kaingang têm recebido. Nesse contexto, cabe aos estudiosos das línguas e culturas indígenas brasileiras a tarefa de continuarem nesse campo de investigação, a fim de contribuírem para a preservação não apenas da língua, mas também das histórias e vivências desses povos.

5.2 A LÍNGUA

Neste capítulo serão expostas informações a respeito do tronco e da família linguística aos quais pertence a língua Kaingang. Esta explanação é importante para a compreensão do espaço que a língua pesquisada nesta dissertação ocupa no universo das diversas outras línguas faladas no Brasil. Serão apresentadas, também, informações básicas acerca da gramática da língua Kaingang: sistema ortográfico, padrões silábicos e ordem oracional.

5.2.1 Breves Considerações a Respeito do Tronco Macro-Jê e da Família Jê (Kaingang)

Segundo Rodrigues (2002b, p. 17), “Como todas as demais, as línguas dos povos indígenas do Brasil são inteiramente adequadas à plena expressão individual e social no meio físico e social em que tradicionalmente têm vivido esses povos”. O autor pontua que, embora algumas línguas sejam substancialmente diferentes, conservam elementos comuns que possibilitam reconhecê-las como descendentes de uma só língua anterior.

As línguas indígenas brasileiras caracterizam-se por apresentarem semelhanças nas suas origens, fazendo, assim, parte de famílias linguísticas; estas, por sua

vez, pertencem a grupos ainda maiores, classificados como troncos linguísticos. Os maiores troncos linguísticos indígenas são o tronco Tupi e o tronco Macro-Jê.

O tronco Macro-Jê é composto por nove famílias e está distribuído da seguinte forma:

Quadro 2 – Composição do Tronco Macro-Jê

TRONCO MACRO-JÊ		
Famílias	Línguas	Dialetos
FAMÍLIA BORÓRO	Boróro Umutina	
FAMÍLIA KRENÁK	Krenák	
FAMÍLIA GUATÓ	Guató	
FAMÍLIA JÊ	Akwén	Xakriabá Xavánte Xerénte
	Apinayé	
	Kaingáng	Kaingáng do Paraná Kaingáng Central Kaingáng do Sudoeste Kaingáng do Sudeste
Famílias	Línguas	Dialetos
FAMÍLIA JÊ	Kayapó	Gorotíre Kararaô Kokraimoro Kubenkrankegn Menkrangnoti Mentuktíre (Txukahamãe) Xikrín
	Panará	
	Suyá	Tapayúna
	Timbira	Canela Apaniekra Canela Ramkokamekra Gavião do Pará (Parkateyé) Gavião do Maranhão (Pukobiyé) Krahô Krenjê (Kren-yé) Krikatí (Krinkati)
	Xoklêng (Aweikóma)	
FAMÍLIA KARAJÁ	Javaé	
	Karajá	
	Xambioá	
FAMÍLIA MAXAKALÍ	Maxakalí	

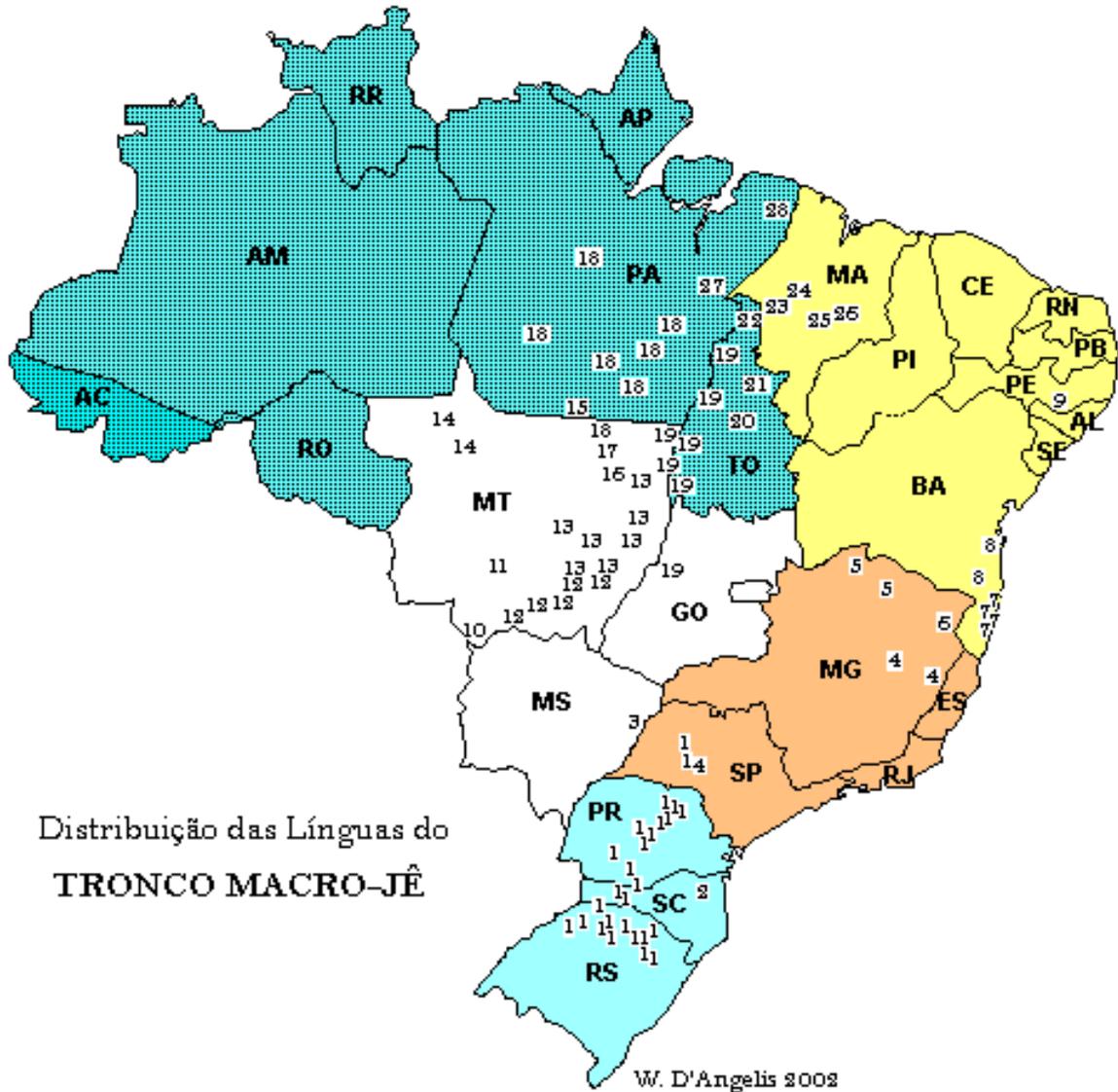
	Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe	
FAMÍLIA OFAYÉ	Ofayé (Opayé, Ofayé-Xavante)	
FAMÍLIA RIKBAKTSÁ	Rikibaktsá (Erikpksá)	
FAMÍLIA YATÊ	Yatê (Iatê, Fulniô, Carnijó)	

Fonte: RODRIGUES, 1994, p. 134.

O referido tronco e suas respectivas famílias apresentam o diferencial de estarem presentes exclusivamente no território brasileiro. A figura 2 mostra como os povos Jê estão distribuídos.

Como se pode observar, o tronco Macro-Jê tem suas famílias representadas em, praticamente, todo território brasileiro, de forma que as línguas pertencentes a esse tronco são faladas apenas no Brasil. A família Jê é o constituinte maior do tronco e as línguas que constituem esse grupo são faladas, principalmente, nas regiões dos campos cerrados que se estendem do sul do Maranhão e do Pará, em direção ao sul, pelos estados de Goiás e Mato Grosso, até os campos meridionais dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (cf. RODRIGUES, 2002a).

Figura 2 – Distribuição das línguas do Tronco Macro-Jê



- | | |
|------------------------------|----------------------------------|
| 1. Kaingang (RS, SC, PR, SP) | 15. Panará (PA) |
| 2. Xokleng (SC) | 16. Suyá (MT) |
| 3. Ofaié (MS) | 17. Tapayuna (MT) |
| 4. Krenak (MG, SP) | 18. Kayapó – Mebengokre (PA, MT) |
| 5. Xakriabá (MG) | 19. Karajá (GO, MT, TO) |
| 6. Maxakali (MG) | 20. Xerente (TO) |
| 7. Pataxó (BA) | 21. Krahô (TO) |
| 8. Pataxó Hã-hã-hãe (BA) | 22. Apinayé (TO) |
| 9. Yatê / Fulniô (PE) | 23. Krikati (MA) |
| 10. Guató (MT) | 24. Pukobyé (MA) |
| 11. Umutina / Bororo (MT) | 25. Apaniekra (MA) |
| 12. Bororo (MT) | 26. Rankokamekra (MA) |
| 13. Xavante (MT) | 27. Kreyê (PA) |
| 14. Rikbaktsa (MT) | 28. Parakateyê (PA) |

A língua Kaingang, que pertence à família Jê, é uma das línguas indígenas brasileiras com maior número de falantes. Wiesemann (2002) diz que, devido à extensão territorial ocupada pelos Kaingang, eles desenvolveram cinco dialetos:

1. dialeto do São Paulo;
2. dialeto do Paraná (entre os rios Parapenema e Iguaçu);
3. dialeto central (Iguaçu e Uruguai);
4. dialeto do Sudoeste (sul do Uruguai e leste do rio Passo Fundo);
5. dialeto do Sudeste (sul do rio Uruguai e leste do rio Passo Fundo).

Segundo a linguista, esses dialetos apresentam diferenças de vocabulário, pronúncias e preferências de construções. No entanto, como bem afirma Almeida (2007, p. 32), “com a escrita, a escola, o relacionamento entre os grupos falantes de dialetos diferentes e de outras línguas indígenas e a influência do português, os dialetos identificados por Wiesemann já se modificaram.”

Mesmo com a relativa proximidade com os não índios, o povo Kaingang ainda preserva sua língua. Nesse sentido, a educação escolar indígena é uma grande aliada no fortalecimento desse processo, portanto, mais uma vez ressalto a importância de trabalhos linguísticos descritivos voltados ao conhecimento e divulgação das línguas indígenas, que possam contribuir para que elas se mantenham entre os seus falantes.

5.2.2 Sistema Ortográfico

Neste trabalho, adoto a ortografia da língua sugerida por Wiesemann (2002). Segundo a autora, a ortografia da língua Kaingang foi desenvolvida num processo muito longo. Desde 1958 até 1966, a linguista e os Kaingang do Posto Indígena Rio das Cobras, no estado do Paraná, firmaram a base sistemática e científica do alfabeto. Wiesemann (2002) relata que, naquele momento, a revisão mais importante foi a respeito de várias palavras que se apresentavam com duas sílabas, mas, de fato, correspondiam a palavras monossílabas e a grafia errada dessas palavras dificultava a aprendizagem de leitura do Kaingang. Wiesemann (2002), com o auxílio dos professores bilíngues indígenas, revisou o sistema ortográfico e solucionou esse problema.

Após várias reuniões e intensos debates entre os professores bilíngues das diferentes regiões e TIs Kaingang acerca do estabelecimento definitivo da grafia proposta por Wiesemann, em 1997, houve entendimento entre todos. Desse modo, ficaram estabelecidas as seguintes letras no alfabeto:

Quadro 3 – Vogais (ortograficamente)

Letras	a	á	ã	e	é	ẽ	i	ĩ	o	ó	u	ũ	y	ÿ
Fonemas	/a/	/ə/	/ã/	/e/	/ɛ/	/ɛ/	/i/	/ĩ/	/o/	/ɔ/	/u/	/ũ/	/i/	/ə/

Fonte: WIESEMANN, 2002.

Quadro 4 – Consoantes

Letras	f	g	h	j	k	m	n	nh	p	r	s	t	v	‘
Fonemas	/f/	/ŋ/	/h/	/j/	/k/	/m/	/n/	/ɲ/	/p/	/r/	/ʃ/	/t/	/w/	/ʔ/

Fonte: WIESEMANN, 2002.

5.2.3 Ordem Oracional e Marcadores Gramaticais de Sujeito

A ordem oracional mais usual nas orações da língua Kaingang é sujeito, objeto e verbo (SOV). Como será explanado no capítulo da análise, tal ordem pode ser alterada para objeto, verbo e sujeito (OVS) quando o núcleo do sujeito for ocupado por um pronome. Comumente, o sujeito da oração do Kaingang recebe uma marca específica de sujeito (marca morfológica) na ordem SOV. Nas ocasiões em que a função de sujeito é exercida por um pronome, a marca de sujeito é realizada pela posição final que ocupa na sentença. O exemplo 1 apresenta a ordem oracional preferencial do Kaingang (SOV), enquanto o exemplo 2 demonstra a ordem alterada (OVS) devido ao fato da função de sujeito ser exercida por pronome.

1. gĩr vÿ kěj vã
crianças.s. cesta pegar
“O menino pegou a cesta.”
2. banana va inh
banana pegar pr.pess.
“Eu peguei banana.”

5.2.3.1 Marcadores de sujeito

De acordo com Wiesemann (2002), o Kaingang se utiliza dos seguintes marcadores de sujeito nas orações:

Quadro 5 – Marcadores de sujeito

Jé	‘sujeito antecipa a ação, ação desejada pelo falante’
mỹ	‘sujeito na pergunta que pede resposta ‘sim’ ou ‘não’ ’
Ne	‘sujeito é original da ação’
né	‘agente tem sentimento’ (somente na terceira pessoas)
Nỹ	‘sujeito é tópico e contrastado com vỹ, mudança de sujeito’
Pijé	‘sujeito não faz a ação’
Tóg	‘sujeito é agente’
Tỹ	‘agente é ergativo; indicador de tópico’
Vé	‘este sujeito faz coisas ruins’
Vỹ	‘sujeito é tópico’

Fonte: WIESEMANN, 2002.

A maior parte dos dados deste trabalho apresenta o marcador nominativo de sujeito (vỹ). Isso se explica pelo fato, já mencionado, de que os dados da dissertação são quase que totalmente compostos por orações simples. Em menor proporção apareceram dados com os marcadores (jé) e (mỹ).

3. gĩr vỹ kěj vã
crianças.m.s. cesta pegar
“O menino pegou a cesta.”

4. vẽnhvójê inh ke mũ
correr m.s. pr. pess. fut.
“Eu correrei.”

5. Ludoviko ã mỹ vaj kỹ vẽnhvónh ke mũ
Ludoviko pr.pess. m.s. amanhã correr fut.
“O Ludoviko vai correr amanhã.”

Este capítulo expôs, em linhas gerais, informações acerca do povo e da língua Kaingang. Passarei agora ao capítulo em que será tratado, em especial, do processo de categorização das palavras. No mesmo capítulo serão expostos alguns critérios teóricos observados no processo de classificação das classes de palavras dos nomes e dos verbos.

6 CLASSES DE PALAVRAS (NOMES E VERBOS)

Neste capítulo, serão apresentadas informações a respeito do processo de categorização das palavras. Considero importante essa abordagem para o entendimento do modelo de classificação abordado neste trabalho.

Inicialmente, apresentarei algumas informações acerca dos modelos de classificação elaborados por diversos teóricos de diferentes áreas do conhecimento, me detendo no modelo dos protótipos apresentado por Eleanor Rosch (1973) e reelaborado por Talmy Givón (1984, 2001). Em seguida, apontarei, com base na teoria utilizada nesta dissertação, alguns critérios observados na classificação das categorias gramaticais das línguas.

6.1 CATEGORIZAÇÃO

O ato de categorizar faz parte do ser humano. Constantemente, estamos classificando coisas que nos cercam, a partir da interação com o mundo que partilhamos.

Para Lakoff (1987, p. 5), o processo de categorização não pode ser estudado superficialmente. A categorização é algo básico para nosso pensamento, percepção, ação e discurso. Cada vez que vemos uma coisa como “um tipo”, estamos categorizando. Lakoff (1987) julga importante compreendermos como categorizamos, pois esse entendimento seria o ponto central para a compreensão de como pensamos, funcionamos e, por conseguinte, um ponto central para a compreensão daquilo que nos faz humanos.

Aristóteles, discípulo de Platão, já apresentava grande interesse no fenômeno da categorização. Em sua visão, termo ou categoria “É aquilo que serve pra designar uma coisa” (CHAUÍ, 1995, p. 184). E complementa:

As categorias ou termos indicam o que uma coisa é ou faz, ou como está. São aquilo que nossa percepção e nosso pensamento captam imediata e diretamente numa coisa, não precisando de qualquer demonstração, pois nos dão a apreensão direta de uma identidade simples. (CHAUÍ, 1995, p. 184).

Neste sentido, Aristóteles defendeu a concepção de mundo baseada em um pensamento objetivista, segundo a qual nossa compreensão perpassa pelo nosso pensamento lógico. Assim, quando nomeamos algo, traçamos um perfil a fim de diferenciarmos uma

categoria das demais categorias. Conforme esta visão, as categorias são reconhecidamente discretas e absolutas, definidas pelas características de seus membros.

O também filósofo Ludwig Wittgenstein (1953) mostrou-se muito interessado em buscar uma resposta para o que é a linguagem e, em se tratando do fenômeno da categorização, discorda dos pensamentos aristotélicos. Segundo ele, não existem traços idênticos compartilhados pelos elementos de uma categoria, mas sim “semelhanças de família” (WITTGENSTEIN, 1953). Ou seja, um elemento não pode ser definido em uma categoria por seus atributos essenciais, mas pelas semelhanças encontradas dentro do grupo ao qual pertence, sem que para isto compartilhe de todas características da família, de maneira igualitária.

Na visão de Wittgenstein (1953), a categoria é uma forma instável da representação, fato que pode levá-la a ser revista e reformulada segundo os objetivos do que se busca comunicar. Trata-se de uma concepção de categoria não fechada, mas sim determinada pelo uso da linguagem à medida que nos relacionamos com os elementos de categorização.

Na década de 70, Eleanor Rosch, psicóloga norte-americana, reformulou o conceito de categorização por meio da teoria dos protótipos. De acordo com esta abordagem, o reconhecimento de uma categoria não decorre do fato dela pertencer ou não a um conjunto. Rosch (1973) propõe a adoção do protótipo dentro de uma categoria, exercendo o papel de núcleo e os demais elementos estariam em um *continuum* dependente do grau de representatividade prototípica. O protótipo seria, então, um ponto de referência cognitiva para os processos de classificação dos elementos de nossa experiência.

Segundo Payne, a noção do protótipo na linguística derivou-se do trabalho de Rosch e de outros que priorizavam a discussão acerca da tendência de categorizar o universo. O autor afirma¹⁷:

Em linguística, a noção de protótipo tem sido muito útil na medida em que a linguagem é o aspecto do comportamento humano na qual a categorização é mais aparente. Quando falamos, necessitamos categorizar o universo conceitual (a metade superior do composto forma-função). (PAYNE, 1997, p. 7, tradução minha).

¹⁷ “In linguistics, the notion of prototype has been very useful insofar as language in the aspect of human behavior through which categorization is most apparent. When we speak, we of necessity categorize the conceptual universe (the upper half of the form-function composite).”

Em se tratando das categorias ou classes de palavras, Givón (1995) retoma a utilização de protótipos, contudo, numa versão distinta do modelo de Rosch (1973) e dissociada do modelo de Wittgenstein (1953).

De acordo com o ponto de vista de Duque (2003), a reformulação que Givón fez à teoria dos protótipos trouxe mudanças profundas que passaram a refletir na consideração e na avaliação dos fenômenos. O protótipo deixou de ser causa e passou a ser efeito. Portanto, neste modelo, pouco se manteve da versão padrão, assim, o protótipo tornou-se efeitos prototípicos e a noção de semelhança de família converteu-se em elemento vinculado aos membros de uma mesma categoria.

Givón (1995) se apoia na ideia de que existem profundas razões funcionais para que o protótipo possua fluxo em suas margens e solidez no núcleo das categorias. Elenca os componentes não singularidade (non-discreteness) e a gradação (graduality) como dois pontos que devem nortear os protótipos na esfera linguística. Para ele, há duas razões principais para que seja mantida uma margem de flexibilidade no protótipo de uma categoria, pois:

- a) O processamento de contexto-dependente não pode proceder sem certa flexibilidade e gradação para construir e ajustar interpretações a contextos relevantes;
- b) Aprendizagem e extensão diacrônica de categorias não podem proceder sem uma leve gradação. (GIVÓN, 1995, p. 13, tradução minha).¹⁸

Assim, o contexto de não singularidade estaria ligado a uma nova aprendizagem, que consiste em mudança diacrônica e extensão analógica. Estes processos, dependentes da analogia e da similaridade, são, em princípio, não singulares e irrestritos.

Do mesmo modo que uma margem de flexibilidade é necessária para que os protótipos sejam adequados de forma psicológica e pragmática, é necessário que haja certa rigidez. Givón (1995, p. 13, tradução minha)¹⁹ apresenta duas justificativas para isso:

- a) O processamento mental dentro das restrições de tempo real não pode proceder tal rigidez;
- b) Grande parte do processamento rápido é automatizado e, portanto, bastante dependente de módulos de processamento neurológico compostos por um rígido sistema tipo liga-desliga.

¹⁸ “a) Context-dependent processing cannot proceed without some flexibility and graduality in construing and adjusting interpretations to relevant context; b) Learning and diachronic extension of categories cannot proceed without shaded graduality.”

¹⁹ “a) Mental processing within realistic time constraints cannot proceed without such rigidity; b) Much of rapid processing is automated, and thus depends heavily on rigid on-off neurological processing modules.”

Assim, por mais que o balanço entre o processamento mais categorial e o processamento mais conceitual seja um domínio pouco específico, ele é atestado na gramática no que concerne à ativação semântica lexical e no reconhecimento da forma das palavras.

Para Payne (1997, p. 32), “As categorias gramaticais são distintas das categorias de relações formais tais como sujeito, objeto e predicado e das categorias funcionais tais como agente, tópico ou SN definido.” Segundo o autor, as classes de palavras são blocos de construção da estrutura linguística.

É nesse sentido que Anderson (1985, p. 150), ao tratar da morfologia flexional, afirma que, tradicionalmente, a descrição gramatical tende a ser dividida em dois domínios: a sintaxe (o estudo das relações das palavras nas sentenças) e a morfologia (o estudo formal e semântico da composição individual das palavras). Para ele, esta divisão também implica numa espécie de paralelismo entre os dois domínios: assim como as sentenças são feitas de palavras, as palavras são compostas por pequenas peças, que podem ser chamadas formativas²⁰. O autor ressalta que as significativas diferenças existentes entre a combinação e a formação das palavras justificam a distinção entre sintaxe e morfologia.

Para o conceito de palavra observamos a visão de Givón (2001, p. 45), que a aponta como sendo um dos três principais componentes da comunicação humana, juntamente com o discurso e as sentenças.

Givón (2001) afirma que as palavras são codificadas pelos sons e representam conceitos que expressam significados, podendo ser divididas em palavras lexicais (conteúdo) e palavras não lexicais (função).

As palavras lexicais codificam os conceitos estáveis que são compartilhados culturalmente. Esses conceitos, que formam uma rede interligada, representam nosso universo comum.

As palavras não lexicais podem ser divididas em morfemas gramaticais e morfemas derivacionais. Os morfemas gramaticais partilham da estrutura das sentenças para codificar a informação proposicional e para atuar na coerência discursiva. Os morfemas derivacionais são utilizados para criar novas palavras lexicais partindo do vocabulário já existente, portanto, seu domínio é mais lexicográfico do que gramatical.

Givón (2001, p. 49) aponta quatro principais categorias gramaticais: nomes, verbos, adjetivos e advérbios. Dessas, os nomes e os verbos são as classes majoritárias, os

²⁰ Anderson utiliza o termo “formativo” para as pequenas peças que formam as palavras, pois acredita que este termo seja mais neutro do que o tradicional morfema.

adjetivos podem ou não aparecer como uma classe distinta nas línguas, e os advérbios compõem a classe menos universal.

Na classificação dos membros de uma classe de palavras, Givón (2001, p. 49, tradução nossa) acredita que seja necessária a observação de três critérios:

Critério semântico: os tipos de significados ('traços semânticos') que tendem a ser decodificados por palavras de determinada classe.

Critério morfológico: o tipo de morfemas de fronteira – tanto gramaticais quanto derivacionais – que tendem a ser afixados a palavras de uma determinada classe.

Critério sintático: a(s) posição(ões) típica(s) que palavras de determinada classe tendem a ocupar na sentença.²¹

Já para as palavras não lexicais, além dos três critérios supracitados, há de se considerar, também, os critérios morfotáticos, que classificam os morfemas em: clíticos, afixos ou flexões. Para Givón (2001, p. 54), os critérios morfotáticos contribuem para observância posicional das palavras não lexicais: preposição, posposição, parassíntese ou infixação.

Além disso, o autor nos chama a atenção para a utilização dos protótipos para categorias naturais. Considerando que os nomes e os verbos são as classes mais presentes em todas as línguas, Givón (2001) sugere uma escala linear na qual encontra-se, em um dos extremos, a classe que apresenta maior fator estabilidade-temporal e, no outro extremo, a classe que apresenta menor fator estabilidade-temporal.

Já em 1984, a respeito da escala de estabilidade temporal das classes lexicais, Givón (1984, p. 51-52) pontua que as experiências ou feixes de experiências que permanecem relativamente estáveis ao longo do tempo tendem a ser lexicalizados na linguagem humana pelos nomes.

No outro extremo da escala da fenomenologia lexical, se encontram os feixes de experiência que denotam mudança rápida no estado do universo. Nesse contexto, enquadram-se os eventos e ações, que na linguagem humana, tendem a ser lexicalizados por verbos.

Por apresentarem maior fator de estabilidade temporal, os nomes ocupam o ponto inicial, ou seja, o mais alto da escala. Os verbos, ao contrário, ocupam a outra ponta da

²¹ "Semantic criteria: The kind of meanings ('semantic features') that tend to be coded by words of particular class. Morphological criteria: The kind of bound morphemes – both grammatical and derivational – that tend to be affixed to words of a particular class. Syntactic criteria: The typical position (s) in the clause that words of a particular class tend to occupy".

escala, ou seja, o ponto mais baixo do traço de estabilidade temporal. Os adjetivos ficam entre os nomes e os verbos, pelo fato de possuírem estabilidade intermediária.

Para Givón (1984), a classe dos adjetivos é um pouco problemática. Em línguas nas quais esta classe tem distribuição semântica e morfossintática, os adjetivos ocupam o centro da escala de estabilidade-temporal. Em muitas línguas, a classe dos adjetivos é grandemente aumentada pela derivação lexical de verbos e nomes. Quando os adjetivos são derivados dos nomes, tendem a codificar maior sentido de estabilidade temporal. Já em línguas que não possuem definida a classe dos adjetivos, as noções adjetivais podem ser lexicalizadas por verbos.

Os nomes, os adjetivos e os verbos podem, inicialmente, ser separados por um conjunto de quatro critérios semânticos. Esses critérios são os traços semânticos mais genéricos ou classificatórios do nosso léxico conceitual e estão, provavelmente, no topo da hierarquia dos traços semânticos pelo quais os seres humanos classificam suas experiências. São eles:

- estabilidade temporal (taxa de variação ao longo do tempo);
- complexidade (número de definição de subfunções);
- concretude (físico);
- compactação espacial (grau de dispersão espacial).

6.2 NOME

Para Payne (1997, p. 33), a identificação das categorias de nomes e de verbos pelo viés semântico implica, como já considerado anteriormente, uma classificação baseada sobretudo no conceito de estabilidade temporal. Assim, palavras como *pedra*, *casa*, *cadeira* e outras mais carregam conceitos que não variam no decorrer dos tempos.

Givón (1984, p. 51) observa que, apesar de os nomes denotarem entidades concretas e abstratas, o conceito de estabilidade dessas coisas pode ser observado em graus. Assim, entidades como animais ou pessoas nascem, crescem e morrem e são, obviamente, mais mutáveis do que uma árvore, assim como a árvore é mais mutável que uma pedra.

Existem também palavras classificadas como nomes que não empregam sentido de estabilidade-temporal, mas apresentam noções de processos. Na língua portuguesa temos muitos exemplos, tais como: *viagem*, *doação*, *consolação*, dentre outras. Esses tipos de palavras ficam nas fronteiras entre nomes e verbos.

Nesse sentido, Payne (1997) observa ser importante utilizar a classificação morfossintática prototípica dos nomes. Para tanto, propõe que as propriedades morfossintáticas dessa classe gramatical sejam divididas em dois grupos:

- As **propriedades distribucionais** têm relação com a forma em que as palavras estão distribuídas nas frases, orações e textos;
- As **propriedades estruturais** têm relação com a estrutura interna dos nomes. Inclui a possibilidade de uso de modificadores, genitivo, pluralização, marcação de gênero, dentre outras comuns apenas aos nomes.

6.3 ADJETIVO

Payne (1997) classifica o adjetivo como a palavra que pode ser usada no NP para especificar alguma propriedade do seu núcleo. Para ele, a classe dos adjetivos é um problema em quase todas as línguas, isto porque, ao contrário dos verbos e substantivos, os adjetivos não podem ser caracterizados em termos de um protótipo, devido ao fato de não existir uma classe semanticamente definida de conceitos que, universalmente, possam ser caracterizados como adjetivo.

O autor afirma que os adjetivos estão entre nomes e verbos, lexicalizando propriedades ou características que são indeterminadas ou variáveis em termos de estabilidade temporal. Ainda ressalta que muitas línguas não estabelecem distinção formal da classe dos adjetivos. Nestas línguas, os conceitos de propriedades são expressos entre nomes e verbos, dependendo da demanda discursiva (THOMPSON, 1988 apud PAYNE, 1997, p. 63).

Acerca das categorias relacionais dos adjetivos, Anderson (1985, p. 199) pontua que eles são quase sempre: (a) modificadores nominais ou (b) predicados. Quando são usados como predicados, eles podem ser tratados como verbos estativos.

Neste sentido, retomamos Payne (1997, p. 65), a fim de reforçar o fato de que, em muitas línguas, palavras que expressam conceitos de propriedades são formalmente tratadas como verbos, quando funcionam como predicadores e como adjetivos, ou quando funcionam como modificadores. O autor apresenta as cinco formas de tratamento de propriedades conceituais mais difundidas nas línguas:

Tipologia de tratamento morfossintático de conceitos de propriedades (PCs)

1. PCs lexicalizada por verbo;
2. PCs lexicalizada por nome;
3. PCs por vezes lexicalizada por nomes, por vezes lexicalizada por verbos;
4. Apenas PCs lexicalizada por nomes e outras por verbos;
5. Distinta classe dos adjetivos.

Payne (1997, p. 63) afirma que, se uma língua tem uma classe morfossintaticamente distinta de adjetivos, estes adjetivos vão expressar, pelo menos, as propriedades de idade (jovem, velho), dimensão (grande, pequeno, alto, curto, longo), valor (bom, mau), cor, dentre outras.

6.4 VERBO

Para Givón (1984, 2001) e Payne (1997), assim como nos nomes, o *continuum* estabilidade-temporal define o protótipo dos verbos. Quanto ao critério semântico, em quase todas as línguas, os verbos tendem a expressar os conceitos de baixa estabilidade temporal e podem codificar mudanças extremamente rápidas, processos de certa duração e mudanças mais estáveis.

Antes de discutir os vários tipos de verbos que podem existir em uma língua, Payne (1997, p. 46) acha pertinente a explanação sobre os papéis semânticos²² que, segundo ele, são partes do conteúdo das mensagens linguísticas. Apesar de influenciarem profundamente a morfossintaxe, os papéis semânticos não correspondem, de fato, às categorias deste nível. Eles seriam, idealmente, os papéis que os participantes desempenham nas situações das “message world”²³.

Assim, na oração “Maria costurou o vestido”, há dois argumentos. O primeiro argumento (Maria) é quem executa a ação, característica do papel semântico de agente, e o segundo argumento (vestido) é quem sofre a ação, característica do papel semântico de paciente.

Interessante é a ressalva de que os papéis semânticos são diferentes das relações gramaticais desempenhadas pelos complementos dos verbos. Analisando por essa perspectiva, na oração “Maria costurou o vestido”, o argumento “Maria”, ao mesmo tempo

²² Comrie (1989 apud PAYNE, 1997) cita alguns dos papéis semânticos que são mais frequentemente expressos pelas relações gramaticais de sujeito, objeto e objeto indireto nas línguas naturais: AGENTE, FORÇA, INSTRUMENTO, EXPERIENCIADOR, RECIPIENTE e PACIENTE.

²³ Payne utiliza o termo “message world” para a discussão da parte conceitual da comunicação humana. Segundo o autor, o termo pode ser entendido como uma metáfora do domínio conceitual expresso pela linguagem.

em que carrega o sentido de agente (executor da ação), funciona como sujeito da ação. Já na oração “Maria foi atacada por abelhas”, o argumento “Maria” continua exercendo função de sujeito na oração, entretanto, deixa de carregar o sentido de agente da ação e passa a ser receptor, característica do papel semântico de paciente.

Dado ao fato de os papéis semânticos serem conceituais, Payne (1997) alerta para a possibilidade de eles serem infinitamente variáveis. Por isso, acredita que seja necessário apenas observarmos aqueles que possam trazer influência à sintaxe da língua. Sugere, então, a seguinte classificação, semanticamente definida, de verbos que podem evocar tratamento morfossintático distinto nas línguas. São eles:

- a) Verbos de tempo;
- b) Verbos de estado;
- c) Processos involuntários;
- d) Verbos de funções corporais;
- e) Verbos de movimento;
- f) Verbos de posição;
- g) Verbos de processos ativos;
- h) Verbos factivos;
- i) Verbos de cognição;
- j) Verbos de sensação;
- k) Verbos de emoção;
- l) Verbos de expressão vocal;
- m) Verbos de manipulação.

Quanto ao critério morfológico, Givón (1984) considera que as categorias de tempo, modo, aspecto, negação e concordância pronominal se enquadram no maior subsistema flexional agrupado em torno do verbo. A respeito das categorias de tempo, modo e aspecto, o autor afirma que estes são, provavelmente, os mais comuns afixos verbais, podendo ser codificados por prefixo, sufixo e, menos comumente, por mudanças dentro da própria raiz verbal.

A marca da negação pode frequentemente ocorrer por meio de clíticos ligados aos marcadores de tempo-modo-aspecto, também pode ser marcada por prefixos e sufixos e, e caso de dupla negação, pode aparecer codificada por elementos pré e pós-verbais juntos.

Givón (1984) aponta a possibilidade de, em alguns casos, ocorrer a junção da marca de negação com as marcas de tempo ou concordância, formando um morfema

portmanteau. Sobre a concordância, o autor enfatiza a possibilidade de o verbo se unir a afixos, concordando com o sujeito ou com o objeto.

Por fim, quanto às características sintáticas dos verbos, Givón (1984) explica que estes constituem, mais comumente, o predicado das orações, tendendo a formar o núcleo das sentenças.

6.4.1 Transitividade (Argumento, Valência, Termo Oblíquo)

A respeito dos conceitos de argumento, valência e termo oblíquo, Payne (1997) esclarece que o termo “argumento” é utilizado para referenciar os participantes e seus papéis semânticos, os quais estão normalmente associados a um determinado verbo.

À quantidade de argumentos que um verbo pode receber dá-se o nome de valência²⁴. Payne (1997, p. 169) aponta que, semanticamente, o conceito de valência refere-se ao número de participantes que devem “estar no palco” na cena expressa pelo verbo. Já o conceito gramatical de valência está ligado ao número de argumentos presentes nas orações.

O termo oblíquo é utilizado para referenciar os participantes opcionais dos verbos. Por exemplo, na sentença “Maria cortou o vestido”, como já dito, há dois argumentos: “Maria” e “vestido”. Neste caso, é possível o acréscimo de um terceiro argumento: “Maria cortou o vestido com a tesoura”. A respeito disto, entende-se que o terceiro argumento da sentença não é indispensável à sua compreensão, pois apresenta apenas o instrumento utilizado pelo primeiro argumento (Maria) para executar uma ação (cortar) sobre o segundo argumento (vestido), sendo, portanto, um argumento opcional, ou seja, um constituinte oblíquo.

O número de argumentos exigidos por um dado verbo será determinante para a análise do critério de transitividade. Givón (2001) observa que a transitividade é algo complexo, que abarca componentes semânticos e sintáticos. Assim, o autor apresenta duas definições para este fenômeno: uma pautada em critérios nocionais e a outra, em critérios sintáticos.

Para Givón (2001), o protótipo semântico de um evento transitivo envolve um agente ativo (agentividade), um paciente que registra a mudança de estado (acometimento) e, por fim, um evento limitado e finalizado em tempo real (perfectividade).

²⁴ Payne (1997, p. 169-170) utiliza o termo “Semantic Valence” para a noção semântica de valência e o termo “Gramatical Valence” para a noção gramatical de valência.

No tocante à definição sintática de transitividade, o autor ressalta que é quase uma regra geral nas línguas a constatação de que um verbo é transitivo quando requer objeto direto.

Payne (1997) apresenta também definições semântica e sintática para a transitividade. Para ele, a transitividade, vista pelo viés semântico, se refere ao número de participantes necessários no cenário expresso pelo verbo. Sintaticamente, a transitividade está relacionada ao número dos argumentos verbais na oração, na qual o verbo é o principal predicador.

É importante destacar que, além dos pressupostos teóricos apresentados no capítulo 4 e as considerações aqui discutidas, optei por direcionar a pesquisa de acordo com alguns trabalhos voltados especificamente às línguas indígenas pertencentes ao Tronco Macro-Jê (ABREU, 2009; ALMEIDA, 2008; AMADO, 2004; ANDRADE, 2012; CAVALCANTE, 1987; FERREIRA, 2003; FREITAS, 2008; GONÇALVES, 2011; SANTOS, 1997; MOANA SILVA, 2011; TABOSA, 2006), no que tangem, sobretudo às características básicas comuns às classes gramaticais das línguas abordadas pelos autores citados.

7 OS NOMES NO KAINGANG

7.1 PROPRIEDADES DISTRIBUCIONAIS

A respeito das propriedades distribucionais, observa-se que, em Kaingang, os nomes prototípicos podem se manifestar como núcleo do sintagma nominal (NP) nas funções de sujeito e objeto. Na visão de Payne (1997), o núcleo do NP ou *head* do NP é a única palavra dentro do sintagma nominal que se refere à mesma entidade a que todo sintagma se refere.

Núcleo do sujeito

6. **giz** kupri vỹ tũg
giz branco m.s. acabar
“O giz branco acabou.”
7. **Manoel** ãn vỹ tỹ tapa jẽ
Manoel casa m.s. exist. madeira m.asp.
“A casa do Manuel é de madeira.”
8. **ũn tỹtá** fi vỹ prẽr
mulher m.f. m.s. gritar
“A mulher gritou.”
9. **gĩr** fi vỹ pó fón
criançam.f. m.s. pedra jogar
“A menina jogou a pedra.”

Núcleo de objeto

10. ãn gré vỹ **gãr** han ke mũ
homem m.s. milho colher fut.
“O homem colherá milho.”

11. gĩr fi vỹ ã **kur** mrãn
 criança.m.f. m.s. pr.poss. roupa molhar
 “A menina molhou a roupa.”

12. kasor vỹ **gĩr** prã
 cachorro m.s. criança.morder
 “O cachorro mordeu o menino.”

13. ãn gré vỹ **ũ tỹtá** fi kanẽ jun
 homem m.s. mulher.m.f. ameaçar
 “O homem ameaçou a mulher.”

Também pode ocorrer, no NP, a junção de dois ou mais núcleos nominais em posição de igualdade (ex. 14 e 15). Nesse caso, estes núcleos são unidos pela conjunção *mré*. Todavia, essa mesma partícula pode ser utilizada para empregar sentido de companhia (ex. 16 e 17).

14. mĩg **mré** hoghog ag jũ nỹtĩ
 onça conj. cachorro m.pl. bravo m.asp.
 “Onça e cachorro são bravos.”

15. ãn tỹtá fi **mré** fi kósin vỹ tẽja Kaká nã
 art. mulher.m.f. conj. m.f. filho m.s. rede ? m.asp.
 “A mulher e seu filho estão na rede.”

16. ãn jakrénh tĩ ag jagnẽ **mré** ěkrénh mũ jẽg.
 art. caçador m.m. m.pl. juntos comp. caçar m.asp.
 “Os caçadores foram juntos caçar.”

17. jagnẽ **mré** ěg vim kenh mũ jẽg.
 juntos comp. pr.pess. pescar m.asp.
 “Nós estamos pescando juntos.”

7.2 PROPRIEDADES ESTRUTURAIIS

De acordo com o que foi mencionado no capítulo teórico, as propriedades estruturais estão relacionadas com a estrutura interna dos nomes, tais como uso de modificadores, genitivo, pluralização, marcação de gênero, dentre outras estruturas comuns apenas aos nomes.

Observamos que, em relação às propriedades estruturais, os nomes prototípicos no Kaingang podem ser acompanhados de especificadores (ex. 18 e 19)

18. **ĩn tag** vỹ ka tỹ há jẽ
 casa essa m.s. madeira exist. m.asp.
 “Essa casa é de madeira.”

19. **ĩn ĩn** vỹ ka tỹ há jẽ
 casa aquela m.s. madeira exist. m.asp.
 “Aquela casa é de madeira.”

Em se tratando dos **numerais** (ex. 20 e 21), observamos que, na língua Kaingang, não há marcação diferenciada na primeira unidade (ex. 20).

20. Pedro vỹ bolo Ø kó
 Pedro m.s. bolo n.marc. comer
 “Pedro comeu o bolo.”

21. Pedro vỹ bolo **regre** kó
 Pedro m.s. bolo dois comer
 “Pedro comeu dois bolos.”

Para a **marcação de grau aumentativo e diminutivo** dos nomes (ex. 22, 23 e 24), a língua Kaingang utiliza estratégia semelhante ao inglês, que emprega palavras adjetivas para os sentidos de dimensão/tamanho: *little boy* (menininho), *big boy* (meninão).

Em Kaingang, o grau diminutivo e o grau aumentativo são marcados pelas palavras *sĩ* (pequeno) e *mág* (grande), que modificam o nome no NP.

22. hoghog **sĩ** vỹ gĩr prã
cachorro pequeno m.s. criança morder
“O cachorrinho mordeu o menino.”
23. Kanhgág **sĩ** vỹ vẽnhanhrãn
índio pequeno m.s. estudar
“O indiozinho estuda.”
24. hoghog **mág** vỹ gĩr prã
cachorro grande m.s. criança morder
“O cachorrão mordeu o menino.”

Os nomes no Kaingang também podem ser modificados por **adjetivos**, atentos à classificação tipológica de tratamento morfossintático de conceitos de propriedades elaborada por Payne (1997, p. 65), e discutida no capítulo 5, compreendemos que a marcação de grau diminutivo e de grau aumentativo, no Kaingang, atende a um dos critérios apontados pelo autor para atestar a distinção morfossintática da classe dos adjetivos. Observemos novamente os dados.

25. Kanhgág **sĩ** vỹ vẽnhanhrãn
índio pequeno m.s. estudar
“O Indiozinho estuda.”
26. hoghog **mág** vỹ gĩr prã
cachorro grande m.s. menino morder
“O cachorrão mordeu o menino.”

Tanto no exemplo 25 quanto no 26, as palavras lexicais *sĩ* (pequeno) e *mág* (grande) expressam sentidos de dimensão, modificando o núcleo do NP. Os exemplos 27 e 28 demonstram a presença de adjetivos expressando outros tipos de propriedades do núcleo do NP.

27. giz **kupri** vỹ tũg
giz branco m.s. acabar.
“O giz branco acabou.”
28. mĩg **jũ** ãn vỹ gĩr prã
onça brava pr.dem. m.s. criança mordeu
“A onça brava mordeu o menino.”

Na sentença 27, a palavra *kupri* (branco) expressa propriedade de cor e, por último, na sentença 28 a palavra *jũ* (brava) expressa propriedade de valor, estas são características comuns à classe dos adjetivos. As funções predicativas em Kaingang podem também ser desempenhadas por verbos intransitivos, conhecidos como verbos descritivos²⁵. Estes, apesar de possuírem noções adjetivais, ocupam a posição de verbo na sentença, além de admitirem marcas de tempo e aspecto, comuns à classe dos verbos (ex. 29 e 30).

29. giz vỹ **kupri** jẽ
giz m.s. branco m.asp.
“O giz é branco.”
30. mĩg vỹ **jũ** jẽ
onça m.s. brava m.asp.
“Onça é brava.”

Em relação a outros tipos de modificadores, é pertinente a abordagem das relações genitivas da língua. Como já visto na seção anterior, o Kaingang realiza a marcação de posse dos nomes de forma pronominal.

Para Abreu (2009), os pronomes possessivos, além de indicarem posse sobre o nome ao qual se referem, também funcionam como adjetivos, pois determinam e predicam este nome.

Os pronomes possessivos do Kaingang são os mesmos utilizados como pronomes pessoais, portanto, é a posição que esses modificadores ocupam na sentença que determina suas funções.

²⁵ Tratarei melhor dos verbos descritivos na seção seguinte.

O **pronome pessoal na posição de sujeito** modifica a ordem padrão da língua de SOV para OVS, como é possível observar no ex. 31.

31. kamó tañĩ **inh**
 bananas carregar pr.pess.
 “Eu carreguei bananas.”

O exemplo 31 demonstra que o pronome pessoal *inh*, desempenhando a função de sujeito, modifica a estrutura padrão da língua de SOV para OVS.

Já nas construções possessivas (ex. 32 e 33), o pronome antecede o sujeito dentro do NP e a estrutura oracional retorna para SOV.

32. **inh** pratu vỹ góv
 pr.poss. prato m.s. quebrar
 “Nosso prato quebrou.”

33. **ti** pratu vỹ góv
 pr.poss. prato m.s. quebrar
 “O prato dele quebrou.”

Comparando as construções que empregam modificadores nominais (adjetivo, pronomes possessivos e predicativo), é possível comprovar que estes modificadores ocupam posições diferenciadas nas sentenças da língua.

Assim, os modificadores na língua Kaingang obedecem ao seguinte esquema posicional nas sentenças:

Adjetivos – posição subsequente ao núcleo do NP

34. giz **kupri** vỹ tũg
 giz branco m.s. acabar
 “O giz branco acabou.”

35. **Pedro** tỹ **profesor** vỹ Apucaraninha tá ãmã nĩ
 n.próprio m.s. professor m.s. Apucaraninha lá(loc.)casa m.asp.
 “Pedro professor mora no Apucaraninha.”

Possessivos – posição anterior ao núcleo do NP

36. **inh** pratu vỹ góv
 1.p.sing prato m.s. quebrar
 “Nosso prato quebrou.”
37. **ti** pratu vỹ góv
 3.p.poss.sing prato m.s. quebrar
 “O prato dele quebrou.”

Predicativos – ocupam a posição de verbo na sentença

38. giz vỹ **kupri** jẽ
 giz m.s. branco m.asp.
 “O giz é branco.”
39. mĩg vỹ **jũ** jẽ
 onça m.s. brava m.asp.
 “Onça é brava.”

Em se tratando da marcação de número na língua, em termos gerais, os nomes em Kaingang podem receber marca de plural pelo acréscimo da partícula *ag* acompanhando o nome, tanto no sintagma nominal quanto no sintagma verbal (ex. 40 a 42).

40. **toto ag** vỹ tegtẽ
 borboletas m.pl. m.s. voar(pl.)
 “As borboletas voaram.”

41. **pó ag vỹ gĩr kãnignĩ**
 pedra m.pl. m.s. criançaatingir(pl.)
 “As pedras atingiram o menino.”
42. **kasor vỹ gĩr ag prã**
 cachorro m.s. criança.m.pl. morder
 “O cachorro mordeu os meninos.”

Acerca da marcação de gênero, Corbett (1991, p. 7-8) pontua que a atribuição de gênero em uma determinada língua pode estar associada ao aspecto semântico e formal do nome. Para o referido autor, a informação a respeito da forma pode ser de ordem morfológica (derivação e flexão) e fonológica (estrutura sonora). D’Angelis (2004, p. 8) complementa:

Em primeiro lugar, ainda que bem conhecida, é ter em mente a idéia de que gênero gramatical não tem, necessariamente, relação com ‘gênero natural’ ou sexo. Não apenas no sentido de que o ‘feminino’ e o ‘masculino’ gramatical podem não corresponder aos sexos feminino e masculino, mas também no sentido de que ‘gênero’ não é uma categoria que pode dizer respeito apenas a ‘feminino’ e ‘masculino’.

No Kaingang, o feminino é marcado pelo uso da partícula *fi* (ex. 43 e 44) para singular e *fag* (fi+ag) para plural (ex. 45). A marca ocorre no sintagma nominal para especificar o núcleo e, no sintagma verbal, quando da marcação do objeto. Toda a forma não feminina (cf. D’ANGELIS, 2002) é opcionalmente marcada pela partícula *ti* para o singular. Os dados deste trabalho apontam para a não marcação (ex. 46 e 47), exceto no caso do plural, quando a marcação é obrigatória por meio da partícula *tag* ou *ti +ag* (ex. 48).

As partículas também podem ser usadas para especificar o gênero macho/fêmea em ocasiões necessárias (ex. 49).

43. **ijỹ fi vỹ fỹ**
 mãe m.f. m.s. chorar
 “A mãe chorou.”

44. gĩr **fi** vỹ ã kur mrãn
criançam.f. m.s. dela roupa molhar
“A menina molhou a roupa.”
45. ù tỹgtá **fag** vỹ vẽnhgringrén
mulherm.f.pl. m.s. dançar
“As mulheres dançaram.”
46. **gĩr** **vỹ** kěj vã
criançam.s. cesta pegar
“O menino pegou a cesta.”
47. **professor** vỹ rur nĩ
professor m.s. baixo m.asp.
“O professor é baixo.”
48. ùn jakrénh **tĩ** **ag** jagnẽ mré ěkrénh mũ jěg
caçador m.m. m.pl. juntos comp. caçar m.asp.
“Os caçadores foram juntos caçar.”
49. Mĩg fi – onça fêmea Mĩg tĩ – onça macho.

7.3 SUBCLASSES DOS NOMES

De acordo com Payne (1997), há a possibilidade de que as línguas definam gramaticalmente algumas subclasses de nomes, como as subclasses dos nomes próprios, a distinção entre nomes possuído *versus* não possuídos e de nomes contáveis *versus* nomes não contáveis, por exemplo. Segundo ele os nomes próprios são utilizados para endereçar ou identificar pessoas, personagens culturalmente significativos e lugares. Usualmente podem aparecer com artigo, modificadores, possessores, sentenças relativas, dentre outras marcações.

Em Kaingang, os nomes próprios são tratados com as mesmas características que os nomes comuns, ou seja, recebem marcadores de sujeito (ex. 50), gênero (ex. 51) e podem ser seguidos por numerais (ex. 52) e adjetivos (ex. 53).

50. **Ismael** vỹ kuhur
 n.próprio m.s. tossir
 “O Ismael tossiu.”
51. **Maria fi** vỹ gĩr vég tũ nĩnh ke mũ
 n.próprio m.f. m.s. menino ver neg. ? fut.
 “Maria não viu o menino.”
52. Pedro vỹ bolo **regre** kó
 Pedro m.s. bolo dois comer
 “Pedro comeu dois bolos.”
53. **João** tỹ **ēkrénh** vỹ mĩg tãnh
 n.próprio m.s. caçador m.s. onça matar
 “João caçador matou a onça.”

Acerca da marcação de posse dos nomes, Payne (1997, p. 40) considera que a classificação de coisas que podem ser possuídas ou não possuídas é bastante diversificada entre as línguas, dado o carácter nocional do processo. O autor apresenta a seguinte classificação utilizada pelas línguas como estratégia de marca de posse nominal:

- Línguas do tipo 1 fazem distinção entre nomes possuídos e não possuídos;
- Línguas do tipo 2 fazem distinção entre nomes inerentemente possuídos e nomes opcionalmente possuídos;
- Línguas do tipo 3 fazem distinção entre posse alienável e posse não alienável.

Sobre a marcação de posse nominal nas línguas do tronco Macro-Jê, Rodrigues (2002b, p. 54) observa que é comum a utilização de marcação gramatical para exprimir a relação entre um item possuído e seu possuidor. Nas palavras do autor:

A maioria das línguas do tronco Macro-Jê distingue duas terceiras pessoas possuidoras, além da primeira (‘nosso’) e da segunda (‘teu’). Uma terceira pessoa é não reflexiva (‘dele’) a outra é reflexiva (‘dele mesmo’), como nas frases ‘João machucou a mão dele (isto é, de José)’ e ‘João machucou a mão dele mesmo (isto é, do próprio João)’. (RODRIGUES, 2002b, p. 54).

Neste trabalho, observamos os parâmetros de marcação de posse nominal utilizados em algumas línguas Jê (Suyá, Parkatejê e Pykobjê), com a intenção de verificar as similaridades entre tais línguas e o Kaingang no que diz respeito à marcação de posse dos nomes. Foi possível perceber que, nessas línguas, há preponderância de distinção de posse do tipo 3, segundo a proposta de classificação de Payne (1997), ou seja, realizam distinção entre nomes inalienavelmente possuídos e nome alienavelmente possuídos.

No Suyá, Santos (1997) observa que os nomes distinguem-se, morfossintaticamente, em nomes não possuíveis, nomes possuídos inalienavelmente e nomes possuídos alienavelmente.

Ferreira (2003) também aponta três formas de marcação de posse nominal na língua Parkatejê: a dos nomes não possuíveis (nomes de pessoas, plantas e fenômenos da natureza em geral), os alienavelmente possuíveis (geralmente os objetos de cultura material) e os inalienavelmente possuíveis (partes do corpo, parentescos ou parte de um todo).

O Pykobjê, segundo Amado (2004), distingue semanticamente os nomes em duas categorias: os alienavelmente possuíveis (objetos de cultura material, planta e animais) e os inalienavelmente possuíveis (partes do corpo ou conceitos intrínsecos ao ser).

A utilização de prefixos para marcação de posse nominal nas línguas é uma característica marcante na família Jê. Esses prefixos foram considerados por Rodrigues (2002a) como relacionais ou flexionais e seriam, segundo ele, os responsáveis pela marcação de dependência de um determinante em relação ao núcleo de uma construção sintática.

Ferreira (2003) defende que uma análise criteriosa de línguas como o Parkatejê revela que esses prefixos fazem parte de um sistema bem desenvolvido de marcação obrigatória entre o nome possuído e o possuidor, assim como dos verbos e de seus argumentos. Os dados 54 (Suyá), 55 (Parkatejê) e 56 (Pykobjê)²⁶ exemplificam a utilização de prefixos relacionais nas línguas Jê.

54. i- nã
PR- mãe
“minha mãe”

²⁶ Os dados 54, 55 e 56 foram retirados, respectivamente, dos trabalhos de Santos (1997), Ferreira (2003) e Silva (2011).

55. **h-** apak
PR-orelha
“orelha dele”

56. h-õ-xëë
PR-MP- mãe
“a mãe dele”

Ao abordar a classe dos pronomes no Kaingang, Abreu (2009) observou um provável processo de prefixação de posse inalienável nos seguintes dados:

57. **i-jóg** vỹ ãn jẽ
pai(1.p.poss.sing) m.s. casa m.asp.
“Nosso pai tem casa.”

58. **i-jóg** ãn ra inh vyr
pai(1.p.poss.sing) casa posp. 1.p.sing vir
“Eu fui à casa do nosso pai.”

Nesses contextos, a palavra *i-jóg* seria assim formada: o prefixo *i* seria parte do pronome de 1ª pessoa do singular (*inh*) + a palavra *jóg* (pai).

Apesar da possibilidade de prefixação mencionada por Abreu (2009), a própria autora reconhece a impossibilidade de se afirmar que o Kaingang utiliza prefixo marcador de posse nominal, visto que, nos diversos dados coletados para sua pesquisa, poucos apresentaram o tipo de ocorrência mencionada.

Nos dados desta pesquisa, não foi observada a utilização de prefixos na marcação de posse de nomes no Kaingang, são os pronomes possessivos que realizam a marcação entre possuidor e coisa possuída. Para melhor compreensão dos dados, no quadro 6 estão dispostos os pronomes possessivos da língua Kaingang.

Quadro 6 – Pronomes possessivos

1ª Pessoa singular	inh / isỹ	nosso(s) / minha(s)
2ª Pessoa singular	ã	teu(s) / seu (s)
3ª Pessoa singular	ti / fi	dele / dela
1ª Pessoa Plural	ẽg	nosso(s) / nossa(s)
2ª Pessoa Plural	ãjag	de vocês
3ª Pessoa Plural	ã / fag	deles / delas

Fonte: ABREU, 2009.

No Kaingang, os pronomes possessivos são os mesmos usados como pronomes pessoais. Apesar de partilharem da mesma forma, exercem funções diferentes, de acordo com a posição que ocupam na sentença.

A fim de verificar as características de marcação de posse nominal na língua, foram observados os seguintes dados.

60. **inh regre** vỹ tỹ **inh kyvénh** nĩ
 pr.poss. irmão m.s. exist. pr.poss. sangue m.asp.
 “Nosso irmão é nosso sangue.”

61. **ti** nỹ fi vỹ fe kaja nĩ
 dele mãe m.f. m.s. coração triste m.asp.
 “A mãe dele está triste.”

62. **inh krỹ** vỹ kaga mũ
 pr.poss. cabeça m.s. doer m.asp.
 “Minha cabeça dói.”

63. **kre** tag vỹ tỹ **isỹ** nĩ
 cesto pr.dem. m.s. ind.top. pr.poss. m.asp.
 “Este cesto é nosso.”

Como já mencionei, os dados apontam para a marcação de posse do tipo pronominal nas sentenças que apresentam relação de parentesco (ex. 60 e 61), partes do corpo (ex. 62) e objetos de cultura material (ex. 63).

Rodrigues (2002b) já havia constatado que o Kaingang apresenta diferenciação de marcação de posse em relação às outras línguas membros do tronco Macro-Jê. Nas palavras do autor:

Além da correspondência regular entre os sons e da identidade histórica de um certo número de palavras, as línguas das famílias propostas como membros do tronco Macro-Jê têm em comum também algumas características gramaticais. Por exemplo, todas elas exprimem a relação entre um objeto e seu possuidor por meio de elementos gramaticais antepostos ao nome do objeto. Esses elementos são em regra prefixos (partes dos nomes), mas em Kaingáng **são pronomes, isto é, palavras distintas dos nomes.** (RODRIGUES, 2002b, p. 54, grifo nosso).

Além da observação de Rodrigues (2002b), é importante ressaltar que os índios da aldeia Apucarantina, embora morem em Terra Indígena, possuem uma relação muito estreita com os não índios e, constantemente, estão em contato direto com a língua portuguesa, fato que pode, também, estar colaborando para a preferência de marcação do tipo pronominal entre os Kaingang.

Encerro essa seção, em que apresentei algumas das características distribucionais e estruturais da classe dos nomes do Kaingang, observando que, com relação às propriedades distribucionais, o nome prototípico pode ocorrer como núcleo do NP, nas posições sintáticas de sujeito ou de objeto. Pelos exemplos apresentados, também foi possível constatar que os nomes podem se relacionar com membros da classe dos pronomes (demonstrativos, possessivos) e com membros da classe de numerais.

Foram demonstradas as ocorrências de: (i) marcação de grau (diminutivo e aumentativo); (ii) marcação de plural, por meio da partícula *ag* e; (iii) dois ou mais núcleos em situação de igualdade unidos pela partícula *mré* que, neste caso, funciona como conjunção. Atestou-se que esta mesma partícula pode ser utilizada com sentido de companhia. Foi visto, também, que a classe dos nomes do Kaingang admite marcação de gênero ou marcação macho/fêmea.

Verifiquei que, na língua Kaingang, os adjetivos modificam o núcleo do NP, conferindo ao nome propriedades de tamanho (pequeno, grande), cor e valor. Foi observado que as funções predicativas podem também ser desempenhadas por verbos intransitivos com semântica de adjetivos. Realizei análise da posição ocupada pelos modificadores constituídos por pronomes pessoais, adjetivos e predicativos nas sentenças da língua. Ficou comprovado que, nas construções com adjetivos, estes se encontram alocados pós-núcleo no NP. Nas

construções possessivas, o pronome (modificador) ocupa posição antecessora ao núcleo do NP e as funções predicativas são desempenhadas por verbos com carga semântica adjetiva.

Finalmente, foram analisadas as subclasses dos nomes próprios e a marcação nominal de posse. Com relação aos nomes próprios, foi possível verificar que recebem o mesmo tratamento dos nomes comuns. Quanto à marcação nominal de posse, os dados deste trabalho não apontam para a utilização de prefixos relacionais na marcação de posse nominal no Kaingang, comuns a outras línguas Jê. O que se pôde perceber é que a língua Kaingang emprega estratégia de marcação muito próxima da utilizada pelos falantes da língua portuguesa, ou seja, os dados analisados apontam para marcação do tipo pronominal entre possuidor e possuído.

Passarei ao capítulo 7, em que serão apresentadas descrição e análise da classe dos verbos no Kaingang.

8 OS VERBOS NO KAINGANG

Neste capítulo, apresentarei algumas das principais propriedades semânticas e morfossintáticas da classe dos verbos no Kaingang. Em observação aos critérios semânticos, os verbos no Kaingang podem denotar estados, ações, processos e eventos. Seguem abaixo os exemplos da língua que se aproximam da proposta de classificação semântica dos verbos elaborada por Payne (1997).

8.1 CLASSIFICAÇÃO SEMÂNTICA DOS VERBOS, SEGUNDO PAYNE (1997)

Verbos de tempo

São verbos ligados a ocorrências de tempo e clima:

64. **kã ka** nỹ ki kutyg
vento m.s. ind.cir. anoitecer
“Ventou ao anoitecer.”

Verbos de estado

Podem abranger predicados adjetivos ou predicados nominais.

65. Ludoviko vỹ **téj** jẽ
n.próprio m.s. alto m.asp.
“O Ludoviko é alto.”

Processos involuntários

Verbos de processos involuntários são verbos de um argumento, o qual não sofre a mudança do estado por volição.

66. gĩr vỹ **koga**
criançam.s. adoecer
“A criança adoeceu.”

Verbos de funções corporais

São como os verbos de processos involuntários, mas não envolvem mudança de estado.

67. Ismael vỹ **kuhur**
 n.próprio m.s. tossir
 “O Ismael tossiu.”

Verbos de movimento

68. gĩr vỹ **věnhvó** mág
 criança.m.s. correr grande
 “O menino correu muito.”

Verbos de posição

São verbos que descrevem a posição estática de um objeto, tendem a ter propriedades morfosintáticas semelhantes às dos verbos de movimento. Discutirei um pouco mais a respeito desses tipos de verbos na subseção em que abordarei as construções na língua.

69. gĩr fĩ vỹ **nĩ** nĩ
 criança.m.f. m.s. sentar m.asp.
 “A menina está sentada no chão.”

Verbos de ação

São verbos que descrevem ações voluntárias, mas que não envolvem um paciente afetado distinto.

70. gĩr e ag vỹ **věnhgringrén** ja ni
 criança.muito m.pl. m.s. dançar m.asp.
 “A criançada dançou.”

Verbos de Ação/processo

São processos/ações que envolvem um agente voluntário e um paciente afetado distinto.

71. rárá tẽ vỹ ã kato tẽ tỹ **nhãg ké**
 lutador m.s. dele inimigo ind.erg. socar
 “O lutador socou o inimigo.”

Verbos factivos

São verbos que descrevem a realização/surgimento de algo.

72. Maria fi vỹ bolo **han**
 Maria m.f. m.s. bolo fazer
 “Maria fez um bolo.”

Verbos cognitivos

São verbos que expressam conceitos como “conhecer”, “pensar”, “entender”, “aprender”, “lembrar” e “esquecer”.

73. kyrũ vỹ ó ti **ki kanhrãn**
 rapaz m.s. história ele saber/conhecer
 “O rapaz conhece a história.”

Verbos de sensação

Verbos que expressam conceitos envolvendo os sentidos.

74. gĩr vỹ ójor **vé**
 criança m.s. anta ver
 “O menino viu a anta.”

Verbos de emoção

São verbos que expressam conceitos como medo, gostar/amar, enlouquecer, dentre outros. Esta classe de verbos pode, muitas vezes, se basear em uma raiz nominal que remeta a uma parte interna do corpo como, por exemplo, o coração.

75. ti nỹ fi vỹ **fe kaja** nĩ
 dele mãe m.f. m.s. coração triste m.asp.
 “A mãe dele está triste.”

Verbos de expressão

São verbos ligados à expressão vocal.

76. ãn tỹtá fi vỹ **prēr**
 mulher m.f. m.s. gritar
 “A mulher gritou.”

Verbos de manipulação

São verbos que expressam conceitos que envolvem o uso da força física ou força retórica para levar alguém a fazer (“forçar”, “obrigar”, “compelir”).

77. ãn tỹtá fi vỹ ã kósin tỹ ĕpỹ ra ti **jẽnē**
 mulher m.f. m.s. dela filho ind.top. roça para ele mandar
 “A mulher mandou o filho para a roça.”

Quanto aos critérios morfossintáticos, os verbos no Kaingang funcionam como núcleo do predicado das orações, ocupando, preferencialmente, o final da sentença (ex. 77).

78. Maria fi vỹ bolo **han**
 Maria m.f. m.s. bolo fazer
 “Maria fez um bolo.”

Podem se associar a marcadores de tempo-modo-aspecto²⁷. De acordo com Wieseemann (1974), a categoria de tempo, na língua Kaingang, é realizada por meio de itens lexicais ou, como a autora sugere, “unidades de tempo”.

79. **vaj kÿ** ãn tagtá fag vÿ **culto** to munh ke mũ
 amanhã mulheres(pl.) m.pl. m.s. culto em direção de fut.
 “Amanhã as mulheres irão ao culto.”

80. ãn tÿtá fi **rã ké tá** ãmĩ **han**
 mulher m.f. ontem bolo fazer
 “A mulher fez bolo ontem.”

81. **vêsÿ** kófa ag **tÿntÿnh** tĩ
 antigamente velho m.pl. cantar ?
 “Antigamente os velhos cantavam.”

82. mĩg jũ vÿ **huri vënh ven**
 onça brava m.s. agora aparecer
 “A onça brava acabou de aparecer.”

A respeito das categorias de tempo, modo e aspecto da língua Kaingang, Almeida (2008, p. 86) afirma que não se pode considerar que há, na língua, uma divisão temporal tripartida (passado, presente, futuro), pois a marcação de tempo é realizada, principalmente, por meio de unidades lexicais.

Sendo assim, em vez da categoria de tempo, observa-se uma distinção de modo entre o evento não acabado (futuro/irrealis) e evento acabado (passado/realis). O futuro é o tempo marcado, enquanto o passado recebe marcação Ø.

Contrastando esses dados, é possível notar que, em 79, 80 e 81, o sentido de tempo passado/presente é marcado lexicalmente, sem que haja partículas específicas juntas ao verbo. Entretanto, no exemplo 79, mesmo que o tempo futuro esteja marcado pela unidade lexical *vaj kÿ*, as partículas *ke mũ* são usadas em posição pós-verbal para reforçar o caráter futuro do evento.

²⁷ Para uma abordagem mais aprofundada da discussão das categorias de tempo, modo e aspecto na língua Kaingang, recomendamos a leitura de Almeida (2008).

Quanto à categoria de aspecto, observa-se também a não marcação do perfectivo (ex. 83), enquanto o imperfectivo é marcado (ex. 84, 85, 86 e 87).

83. gĩr fĩ vỹ gār kygfãn Ø
 meninam.f. m.s. milho colher
 “A menina colheu milho.”
84. ta vỹ kute mũ
 chover m.s. cair m.asp.
 “Está chovendo”
85. goj mág tá pira vỹ e tĩ
 rio grande lá(loc.)peixe m.s. muito m.asp.
 “Tem muito peixe no rio.”
85. bacia ki goj vỹ kusa nĩ
 bacia ind.circ. água m.s. fria m.asp.
 “A água da bacia está fria.”
86. Pedro vỹ tỹ profesor jẽ
 n.próprio m.s. ? professor m.asp.
 “Pedro é professor.”

Os verbos no Kaingang também podem receber partícula de negação (ex. 88) associada ao marcador de futuro (ex. 89). Ambas as marcas ocupam posição pós-verbal.

88. Jandira fĩ gār fãg tũ nĩ
 n.próprio m.f. milho colher neg.
 “Jandira não colheu o milho.”
89. Jandira fĩ gār fãg tũ nĩ ke mũ
 n.próprio m.f. milho colher neg. fut.
 “Jandira não colherá o milho.”

Foi realizado, até aqui, um panorama geral de alguns dos principais aspectos semânticos e morfossintáticos dos verbos. Certamente, as características dos verbos que aqui foram apresentadas merecem melhor atenção; entretanto, uma investigação mais acurada não pôde ser feita, devido à limitação de tempo para tal destaque e às diversas possibilidades de investigação acerca dessa classe gramatical.

Passarei, agora, a tratar de aspectos ligados à transitividade verbal e, em seguida, apresentarei alguns fatores relevantes que condicionam a variação formal dos verbos no Kaingang.

8.2 DIVISÃO DA CLASSE DOS VERBOS QUANTO AO NÚMERO DE ARGUMENTOS

Quanto ao número de argumentos, os verbos no Kaingang se dividem em intransitivos e transitivos. Os verbos intransitivos se dividem em ativos e estativos/descriptivos, enquanto os verbos transitivos são todos ativos.

No que diz respeito aos critérios semânticos e morfossintáticos, é possível verificar, no Kaingang, a ocorrência de verbos ativos e estativos/descriptivos. Para Payne (1997), os verbos intransitivos descrevem uma propriedade, estado ou situação, envolvendo apenas um participante. Já os verbos transitivos possuem dois argumentos nucleares: o sujeito (S) e o objeto (O).

Verbos Intransitivos

Um predicado verbal é classificado como intransitivo quando necessita apenas de um argumento (que exerce função de sujeito) para ter sentido. Os verbos intransitivos sofrem variação segundo o tipo do argumento que recebem.

Em Kaingang, há duas classes de verbos intransitivos: os verbos intransitivos simples e os verbos intransitivos estendidos. Os verbos intransitivos simples ainda se subdividem em dois tipos: verbos ativos e verbos estativos/descriptivos.

Verbo intransitivo ativo

Quanto às propriedades semânticas dos verbos intransitivos ativos no Kaingang, observa-se que o sujeito manifesta volição ou controle sobre o evento/ação. De acordo com a observação sintática, a ordem canônica da oração permanece nas sentenças

intransitivas ativas com o padrão sujeito e verbo (SV), visto que as orações intransitivas são compostas apenas de sujeito e verbo, portanto, de certa forma, a ordem preferencial (SOV) é mantida, como bem mostram os dados 90, 91 e 92.

90. toto vỹ tē
borboleta m.s. voar
“A borboleta voou.”
91. Kanhgág vỹ vēnhkanhrān
índio m.s. estudar
“O índio estuda.”
92. gĩr e ag vỹ vēnhgringrénja ni
criança muito (ind. modo) m.pl. m.s. dançar m.asp.
“A criança dançou.”

Os dados acima permitem o entendimento de que os sujeitos das sentenças possuem controle sobre a ação. Portanto, pode-se concluir que se trata de orações com verbos intransitivos ativos, pois, ainda que não haja um receptor para a ação, o próprio sujeito é, de alguma forma, afetado por ela.

Verbo Estativo Descritivo

Givón (2001) chama atenção ao fato de que muitas línguas apresentam cópula zero, ou seja, não fazem uso de um específico verbo copulativo. Alguns exemplos de línguas que fazem uso de cópula especificamente são as línguas românicas, como: o português, *A menina é bela*; o espanhol, *La chica es bella*; e o italiano, *La ragazza è bella*.

Na língua Kaingang, não há um item lexical específico com a função de verbo copulativo, de forma que as noções de estado/qualidade do sujeito são desempenhadas por verbos com semântica de adjetivos. Na orientação de Payne (1997, p. 111), esta classe de verbos forma o tipo de cláusula *predicate adjectives*. Nelas, o principal conteúdo semântico é expresso pelos adjetivos. Semanticamente, estes tipos de orações podem ser descritas como sentenças atributivas.

Pelos motivos expostos acima, no Kaingang, os verbos descritivos podem se confundir, nocionalmente, com um membro da classe dos adjetivos, isto porque carregam carga semântica adjetival. Contudo, não podem ser enquadrados como adjetivos, devido às suas propriedades morfossintáticas, que preenchem as características prototípicas da classe dos verbos, pois: a) ocupam a posição de verbo nas orações, b) recebem marcação (tempo, aspecto) comuns à classe dos verbos.

Nos verbos estativos/descritivos, o sujeito não apresenta volição ou controle sobre a ação/evento. Como esses tipos de verbos admitem apenas um argumento, pertencem à classe dos intransitivos.

Os verbos estativos/descritivos denotam estado ou qualidade do sujeito.

93. gĩr vỹ **og sór mũ**
 menino m.s. sede m.asp.
 “O menino está com sede.”
94. ka vỹ **téjgy jẽ**
 árvore m.s. alta m.asp.
 “A árvore é alta.”
95. Pedro vỹ tỹ **profesor jẽ**
 n.próprio m.s. exist. professor m.asp.
 “Pedro é professor.”

Nas orações com verbos estativos descritivos, a ordem canônica (SOV) é mantida. A oração 93 descreve um estado temporário do sujeito, o verbo *og sór* segue acompanhado da partícula aspectual *mũ*, que, nesse caso, emprega sentido temporário do estado. As orações 94 e 95 apresentam sentido de estado permanente dos sujeitos, em ambos os casos, a partícula de aspecto *jẽ* (oriunda de verbos posicionais) reforça o sentido duradouro da condição dos sujeitos. Desse modo, é possível levantar a hipótese de que o caráter temporário e permanente dos estados descritos nas orações são conferidos pelo uso das marcas de aspecto *mũ* (temporário) e *jẽ* (permanente).

A partícula *jẽ*, que nos dados 94 e 95 aparece como marcador de aspecto, também integra o rol dos verbos posicionais/locativos no Kaingang: *jẽ* (em pé), *nĩ* (sentado), *nỹ* (deitado), *sa* (pendurado). Estas unidades lexicais são consideradas verbos nas construções posicionais/locativas quando ocupam o núcleo do sintagma verbal (ex. 96, 97 e 98).

96. Ludoviko vỹ jẽ nĩ
n.próprio m.s. em pé(verbo posic.) m.asp.
“O Ludoviko está em pé.”
97. Ludoviko vỹ nĩnĩ
n.próprio m.s. sentado(verbo posic.) m.asp.
“O Ludoviko está sentado.”
98. Ludoviko vỹ nỹ nĩ
n.próprio m.s. deitado(verbo posic.) m.asp.
“O Ludoviko está deitado.”

Comparando os dados 94 e 95 com os exemplos de verbos posicionais descritos nos dados 96, 97 e 98, é possível constatar a variedade semântica destas partículas ou unidades lexicais e, ainda, perceber que a ordem dos constituintes nas orações é fundamental para a observância da função desempenhada por esses elementos nas sentenças da língua. Payne²⁸ (1997) esclarece que construções tipicamente existenciais requerem um locativo ou um adjunto temporal. Nesse contexto, verbos posicionais/locativos podem ser empregados com sentido de existência. Essa é uma possibilidade bem aparente no Kaingang. Os dados 99 e 100 exemplificam melhor a hipótese de que os verbos posicionais conferem sentido existencial à sentença.

99. Ludoviko vỹ jẽ nĩ
n.próprio m.s. em pé(verbo posic.) m.asp.
“O Ludoviko está em pé.”
100. Ludoviko vỹ jẽ
n.próprio m.s. exist.(loc.)
“O Ludoviko está aqui.”

Em 99, mesmo com o verbo posicional *jẽ* ocupando o núcleo no sintagma verbal, a sentença pede um marcador de aspecto *nĩ*, que também exerce função de verbo

²⁸ “Existential constructions typically require a locational or temporal adjunct.” (PAYNE, 1997, p. 123).

posicional na língua, mas que, nesse caso, está funcionando como aspecto. Ao constatar a presença do marcador de aspecto na construção, perguntei ao meu informante se seria possível apenas dizer “Ludoviko vỹ jẽ”, e ele me respondeu que sim, mas, nesse caso, o sentido da sentença mudaria. Percebi, então, que é pertinente o apontamento de Payne (1997) sobre a possibilidade de posicionais/locativos serem fontes para existenciais na língua.

Gonçalves (2011) também percebeu essa possibilidade ao abordar a questão dos verbos posicionais/locativos no Kaingang Sul. A autora presumiu que estes são fontes lexicais para formas imperfectivas na língua e que tendem a ser gramaticalizados em existenciais ou podem estar associados a um uso evidencial. A exposição realizada por Gonçalves (2011) demonstra que este é um tema muito complexo. Tanto que dedicou um capítulo de sua tese de Doutorado para apresentar as diversas suposições semânticas conferidas pelos verbos posicionais/locativos e, ainda assim, deixou abertas possibilidades para possíveis outras investigações.

Nesta dissertação, apresento as hipóteses de essas unidades lexicais desempenharem, na língua, função de verbos posicionais/locativos, de serem fontes para existenciais e, também, de realizarem marcação aspectual de estado permanente ou temporário em orações estativas descritivas, como sugerem os dados 101, 102, 103 e 104.

101. mĩg vỹ **jũ** **jẽ**
 onça m.s. brava m.asp.
 “A onça é brava.”

102. Pedro vỹ **jũ** **nĩ**
 n.próprio m.s. bravo m.asp
 “Pedro está bravo.”

103. gĩr vỹ **kaga** **jẽ**
 criançam.s. doente m.asp.
 “O menino é doente.”

104. gĩr vỹ **kaga** **mũ**
 criançam.s. doente m.asp.
 “O menino está doente.”

Nas orações 101 e 102, o núcleo do sintagma verbal é ocupado pelo verbo estativo descritivo *jũ*; contudo, há diferença de sentido entre as duas construções. Em 103, trato de um estado permanente do sujeito, pois a onça é brava por natureza; já na sentença 104 refiro-me a uma situação momentânea, ou seja, alguma coisa fez com que o menino ficasse doente, não é um estado permanente mas sim temporário, marcado pela partícula *nĩ*.

Logo, suponho que, na oração 101, *jẽ* realiza função de aspecto, considerando sua posição pós-verbal. Ademais, emprega sentido permanente ao estado. No exemplo 102, *nĩ* exerce função de aspecto pelos mesmos motivos apresentados no exemplo anterior, contudo, emprega ao estado caráter temporário.

Na oração 104, o sentido temporário do estado é empregado pela partícula de aspecto *mũ*. Já na coleta do exemplo 103, foi evidenciado ao falante o contexto de uma criança ter nascido com uma doença que a acompanhará por toda a vida, ou seja algo permanente, e novamente a partícula *jẽ* foi utilizada. Entretanto, nos exemplos seguintes, 105 e 106, a hipótese de que a partícula aspectual *jẽ* carrega sentido de estado permanente foi questionada.

105. kukrũ vỹ **kusa** **nĩ**
 panela m.s. fria m.asp.
 “A panela é fria.”

106. bacia ki goj vỹ **kusa** **nĩ**
 bacia ind.circ. água m.s. fria m.asp.
 “A água da bacia está fria.”

Ao solicitar esses dados ao informante, eu e meu orientador acreditamos que o verbo *kusa*, na sentença 105, viria acompanhado da partícula de aspecto *jẽ*, considerando que, durante a coleta, comentamos a respeito do fato de uma panela ser sempre fria, enfatizando que o que a torna aquecida é a circunstância de a levarmos ao fogo; desse modo, frio seria um estado permanente do objeto. Contudo, na observação dos dados, constatamos que a partícula *nĩ*, até então tida como marcadora de estado temporário, estava ocupando a função de aspecto em uma oração estativa descritiva de sentido permanente. Para melhor entender a questão, solicitei o dado 106, buscando ressaltar que a água da bacia estava fria naquele momento, tratando-se, assim, de um estado temporário. Novamente a partícula *nĩ* exerceu função de aspecto, mas agora em uma oração com sentido de estado temporário. Foi

então que meu informante nos explicou que “tanto a panela quanto a bacia são objetos redondos por isso é preciso usar *nĩ* no final”. Em vista de tal explanação, observei outra possibilidade semântica para o marcador de aspecto *nĩ*: ele é utilizado em orações estativas descritivas com sentido permanente e também com sentido temporário sempre que o sujeito/objeto apresentar forma arredondada.

Diante de tantas possibilidades de investigação e a limitação de dados, me detive apenas nessas pequenas possibilidades de análise acerca dos diversos conteúdos semânticos e sintáticos que envolvem os verbos posicionais do Kaingang, deixando abertas possibilidades para outras análises. Acredito que este é um tema muito amplo e interessante de ser revisto em pesquisas futuras.

Verbos Intransitivos Estendidos

Além do sujeito, os verbos intransitivos estendidos possuem um constituinte oblíquo (ex. 107, 108 e 109) que ocupa a posição anterior ao verbo: Sujeito-Oblíquo-Verbo. Em meus dados, constatei apenas a presença de verbos intransitivos estendidos do tipo ativo.

107. ijỹ fi vỹ **tēja** kãki **vēnhkán**
 mãe m.f. m.s. rede dentro descansar
 “A mãe descansou na rede.”

108. kasor vỹ **ĩn** kãra **rã**
 cachorro m.s. casa dentro entrar
 “O cachorro entrou na casa.”

109. ijỹ fi vỹ **gĩr** fi mỹ **ny**
 mãe m.f. m.s. menino m.f. para sorrir
 “A mãe sorriu para a criança.”

Verbos Transitivos

Os verbos transitivos possuem dois argumentos nucleares: o sujeito (S) e o objeto (O). Esses tipos de verbos descrevem a relação entre dois participantes, um ator e outro receptor (PAYNE, 1997). Distinguem-se em bivalentes (dois argumentos) e trivalentes (três

argumentos). Na análise dos dados do Kaingang, considere os verbos bivalentes como transitivos simples e os trivalentes como transitivos estendidos.

Verbo Transitivo Simples (2 argumentos)

110. **ũn tỹta** fi vỹ ã **mén jé ké**
 art. mulher m.f. m.s. dela marido chamar
 “A mulher chamou o marido.”

111. **Manoel** vỹ **ĩn han**
 n.próprio m.s. casa construir
 “Manoel construiu a casa.”

112. **gĩr** vỹ **kěj vã**
 menino m.s. cesta pegar
 “O menino pegou a cesta.”

Em orações com verbos transitivos simples, a ordem canônica Sujeito ↔ Objeto ↔ Verbo é mantida por se tratar de orações simples. Nos dados apresentados, a marcação do sujeito é do tipo nominativa pela partícula vỹ junto ao núcleo do NP.

Verbo Transitivo Estendido

Assim como os verbos intransitivos estendidos, os verbos trivalentes possuem um constituinte oblíquo. Na ordem dos constituintes, o termo oblíquo precede o objeto do verbo: Sujeito ↔ Oblíquo ↔ Objeto ↔ Verbo.

113. **mẽniko** vỹ **ũn koga mỹ vẽnhkogta nĩm ke mũ**
 médicom.s. alguémdoente para remédio dar fut.
 “O médico dará remédio para o doente.”

114. **ijỹ** fi vỹ ã **kósin mỹ ěpry ti tónh**
 mãe m.f. m.s. dela filho para caminho explicar
 “A mãe explicou o caminho para o filho.”

115. ãn týtá fi vỹ ã kósin tỹ ĕpỹ ra ti **jĕnĕ**
mulher m.f. m.s. dela filho ? roça para ele mandar
“A mulher mandou o filho para a roça.”

Nota-se, pela explicação acerca da transitividade dos verbos no Kaingang, as diferenças semânticas entre a classe dos verbos estativos descritivos e a classe dos verbos ativos.

8.3 VARIAÇÃO DE FORMA DOS VERBOS NO KAINGANG

Para Givón (2001), os verbos compõem o núcleo semântico das orações e são caracterizados, primeiramente, de acordo com os papéis semânticos desempenhados pelos participantes do estado ou evento que codificam. Como foi observado na descrição dos verbos intransitivos estativos, um estado pode não envolver mudança ao longo do tempo, podendo ser temporário (ex. 116) ou permanente (ex. 117). O autor também afirma que ações são eventos iniciados, deliberadamente, por um agente ativo capaz de volição (ex. 118).

116. gĩr vỹ **kaga mũ**
criançam.s. doente m.asp.
“A criança está doente.”

117. gĩr vỹ **kaga jĕ**
criançam.s. doente m.asp.
“A criança é doente.”

118. Maria fi vỹ mandioca **rynran**
n.próprio m.f. m.s. mandioca ralar
“Maria ralou a mandioca.”

Payne (1997) afirma que a descrição de um estado, propriedade ou situação em que apenas um participante está envolvido é lexicalizada, nas orações, por verbos intransitivos. Os verbos transitivos descrevem uma relação entre dois participantes em que um atua sobre o outro. Considerando essa afirmação, pode-se concluir que os verbos estativos são

utilizados em sentenças intransitivas, enquanto os verbos ativos aparecem em sentenças transitivas.

119. jankã vỹ **nĩfe** é
 porta m.s. fechar ?
 “A porta fechou.”

120. gĩr vỹ jankã **nĩfénh** é
 menino m.s. porta fechar ?
 “O menino fechou a porta.”

No dado 119, o verbo *nĩfe* (fechar) codifica um estado e apresenta apenas um argumento. O sentido empregado é de que o sujeito não possui controle sobre a ação, sendo assim, o verbo enquadra-se no protótipo semântico e morfossintático de verbos estativos. Já no dado 120, o verbo apresenta a relação entre dois argumentos, um agente e um paciente afetado, portanto, a sentença em questão atende aos critérios semânticos e morfossintáticos de determinação de um verbo ativo.

Outra questão importante a ser destacada é a mudança de forma do verbo da forma estativa (ex. 119) para a forma ativa (ex. 120), *nĩfe* — *nĩfénh*. O acréscimo de *nh* ao verbo marca o processo de ativação da sentença. Esse seria um dos processos que condicionam a mudança formal do verbo na língua.

Cavalcante (1987, p. 46) tece apontamentos valiosos ao descrever alguns desses processos morfológicos observados na língua Kaingang. A autora os denomina “ativação do processo pelo qual um verbo estativo/neutro²⁹ se transforma em ativo”. Diante de tal acontecimento, alguns dos verbos no Kaingang apresentam alternância de forma. Cavalcante (1987) apresenta uma lista de palavras (verbos) para descrever o processo de ativação, com isso a autora demonstra que a variação de forma dos verbos é bem produtiva no dialeto falado no Paraná.

Considerando o foco morfossintático desta dissertação, achei conveniente coletar orações com o intuito de averiguar o processo descrito por Cavalcante (1987) na variante pesquisada, ou seja, no Kaingang falado na TI Apucarantina, estado do Paraná. A fim de elucidar melhor essa questão, foram coletadas orações com alguns dos verbos descritos

²⁹ Cavalcante (1987) utiliza o termo neutro para a forma estativa do verbo.

no trabalho citado. Os dados apresentam a forma neutra e a forma ativa dos verbos amamentar (ex. 121 e 122) e molhar (ex. 123 e 124):

Verbo amamentar

121. mamãefi kósin **pefã**
 mamãem.f. filho amamentar
 “Mamãe amamentou o filho.”

122. fi kósin vỹ **pafa**
 dela filho m.s. mamar
 “O filho mamou.”

Verbo molhar

123. gĩr fi vỹ kur **mrãn**
 criançam.f. m.s. roupa molhar
 “A menina molhou a roupa.”

124. kur vỹ **mrér**
 roupa m.s. molhar
 “A roupa molhada.”

Os dados corroboram a hipótese de Cavalcante (1987), de que há mudança morfológica dos verbos descritos quando estes passam da forma neutra para a forma ativa. Em 122 e 121, os verbos apresentam a seguinte variação: a forma neutra *pafa* passa à forma ativa *pefã* por meio do sufixo *-m*, marcador da ativação. Nos dados 124 e 123 (*mrér* — *mrãn*), o processo de ativação é marcado pelo acréscimo do sufixo *-n*, que também é um marcador de ativação.

De acordo com Cavalcante (1987), o processo de ativação seria um dos poucos processos morfológicos observados no Kaingang. Na língua em questão, há uma série de verbos que se encaixam nesse contexto³⁰.

Do ponto de vista sintático, o mesmo processo foi abordado por Tabosa (2006, p. 57), que investigou dois tipos de construções causativas³¹ no Kaingang: as que ocorrem por redução de valência e aquelas que acontecem por aumento de valência. Em se tratando de construções decorrentes de diminuição de valência, a autora notou variação da forma verbal, de natureza morfológica, em alguns verbos que apresentam alternância causativa.

Verbo abrir

125. gĩr vỹ jãnkã nón
 menino m.s. porta abrir
 “O menino abriu a porta.”

126. jãnkã vỹ nor
 porta m.s. abrir
 “A porta abriu.”

Verbo esfriar

127. kafe kusãg fi
 café esfriar ela
 “A mulher esfriou o café.”

128. kafe vỹ kusa é
 café m.s. esfriar ?
 “O café esfriou.”

³⁰ Para maiores informações a respeito dos processos morfológicos dos verbos no Kaingang, é importante a leitura do terceiro capítulo da tese de Cavalcante (1987, p. 46-90). Nesse capítulo, a autora apresenta uma lista muito interessante de diversos verbos nas suas formas neutras e ativas.

³¹ Payne (1997, p.176) define a oração causativa da seguinte maneira “é uma expressão linguística que contém na estrutura lógica/semântica um predicado de causa, um argumento o qual é um predicado expressando um efeito”.

Verbo rasgar

129. gĩr vỹ inh tēja **jãn**
 menino m.s. pr.poss. rede rasgar
 “O menino rasgou a rede.”
130. inh tēja vỹ **jar**
 pr.poss. rede m.s. rasgar
 “Minha rede rasgou.”

Os dados apresentam as mudanças formais dos verbos, de acordo com a diminuição de valência: non↔nor (125 e 126), kusãg↔kusa (127 e 128), jãn ↔jar (129 e 130).

Ao abordar as construções causativas formadas a partir de verbos intransitivos, Tabosa (2006) notou que os verbos dessas construções não apresentavam causativo morfológico. A respeito desse fato, a autora esclarece que, na língua Kaingang, “ocorre o causativo analítico constituído de uma oração principal com o verbo causativo ‘fazer’ e uma subordinada que preenche o lugar do objeto direto, portanto, é uma oração subordinada objetiva direta.” (TABOSA, 2006, p. 72-73).

Cavalcante (1987), ao investigar o processo de “ativação” no Kaingang paulista, também notou a tendência daqueles falantes por construções analíticas formadas com o verbo *han* (fazer) em orações transitivas causativas formadas de orações intransitivas não causativas. A autora dá a seguinte explicação para esse fato:

Isto pode dever-se à situação precária em que se usa a língua, o que restringiu bastante a coleta de dados. Mas pode dever-se também à aparente preferência por construções ativas analíticas, formadas com o verbo *han* ‘fazer’. (CAVALCANTE, 1987, p. 57, grifo da autora).

Payne (1997), ao discutir a relação entre a integração conceitual e a integração estrutural das causativas, explica que a integração conceitual se refere à forma como a causa e o efeito são empregados na “message world” e a integração estrutural está ligada à maneira como o elemento que expressa causa e o elemento que expressa efeito estão na construção causativa.

Assim, a integração conceitual está ligada à questão semântica e, comumente, é descrita em termos de distinção entre causação direta e causação indireta. Na

causação direta, o *causer* (causador) está diretamente ligado à ação e é, provavelmente, o responsável pelo efeito da causa. O verbo “matar” é um bom exemplo de causação direta, pois nele já está empregada a necessidade de um agente ativo imediato causador da ação, enquanto o verbo “morrer” não necessariamente exige um causador imediato da ação, portanto, expressa uma causação indireta.

Seguindo esse raciocínio, podemos concluir que há verbos que empregam sentido causativo direto, isto é, carregam em si a necessidade imediata de serem expressos com um *causer* responsável pela ação, não necessitando de outros verbos que auxiliem no sentido da construção causativa.

Diante disso, não se pode afirmar que o uso de construções analíticas para marcar a causatividade de alguns verbos no Kaingang esteja apenas atrelada a uma questão de preferência do falante; antes, faz-se necessário um olhar mais apurado para o predicado da construção analisada, a fim de verificar se este verbo “pede” um *causer* diretamente responsável pelo evento ou se é necessária a adição de um verbo causativo separado para codificar o evento.

Embora os trabalhos de Cavalcante (1987) e de Tabosa (2006) abordem diferentes níveis da língua Kaingang, respectivamente nível morfológico e nível sintático, os fenômenos descritos por ambas as autoras são semelhantes.

Propositamente, optei por descrever alguns exemplos³² de verbos retirados do trabalho de Tabosa (2006) que já haviam sido listados na tese de Cavalcante (1987) para atestar as similitudes das pesquisas.

Verbo fechar

Processo morfológico de ativação

Forma neutra Forma ativa

nīfe nīfénh

Atuação na sintaxe

³² No original, os verbos retirados do trabalho de Cavalcante dizem respeito aos exemplos 3.64 (fechar); 3.20 (abrir), 3.74 (esfriar), 3.37 (cair/derrubar), enquanto as orações retiradas do trabalho de Tabosa (2006) dizem respeito aos exemplos de números 125, 126, 127, 128, 129 e 130.

131. gĩr vỹ jankã **nífénh** é
criaçam.s. porta fechar ?
“O menino fechou a porta.”

132. jankã vỹ **nife** é
porta m.s. fechar ?
“A porta fechou.”

Verbo abrir

Processo morfológico de ativação
nor (aberto) **nón** (abrir-se)

Atuação na sintaxe

133. gĩr vỹ jãnkã **nón**
criaçam.s. porta abrir
“O menino abriu a porta.”

134. jãnkã vỹ **nor**
porta m.s. abrir
“A porta abriu.”

Verbo esfriar

Processo morfológico de ativação
kusa (frio) **kusãg** (esfriar)

Atuação na sintaxe

135. kafe **kusãg** fi
café esfriar pr.pess.
“A mulher esfriou o café.”

136. kafe vỹ **kusa** é
 café m.s. esfriar ?
 “O café esfriou.”

Verbo cair/derrubar

Processo morfológico de ativação

kutē (cair) **kutēm** (derrubar)

Atuação na sintaxe

137. Nêko vỹ gĩr **kutēm**
 Manoel m.s. menino derrubar
 “Manoel derrubou o menino.”

138. gĩr vỹ **kutē**
 criança.m.s. cair
 “O menino caiu.”

Verbo matar/morrer

Processo morfológico de ativação

ter (morrer) **tén** (matar)

139. venenovỹ mĩg **tén**
 venenom.s. onça matar
 “Um veneno matou a onça.”

140. mĩg vỹ **ter**
 onça m.s. morrer
 “A onça morreu.”

A partir da análise dos exemplos, depreende-se que o processo morfológico de “ativação” atua no nível sintático da língua, em construções com verbos causativos.

Contudo, Tabosa (2006) descreve esse processo de modo inverso ao descrito por Cavalcante (1987). Enquanto esta aponta a variação de forma de alguns verbos quando passam da forma estativa/neutra para a ativa (a), aquela considera a mudança formal de alguns verbos quando há diminuição de valência, em outras palavras, quando o objeto da transitiva passa a sujeito da intransitiva (b).

- | | | | | | | | | |
|----|---------------------------|----|--------------|-------|-------|------------------|------|-------|
| a) | gĩr | vỹ | jãnkã | nón | b) | jãnkã | vỹ | nor |
| | menino | | m.s. | porta | abrir | porta | m.s. | abrir |
| | “O menino abriu a porta.” | | | | | “A porta abriu.” | | |

Ainda assim, foi possível, aqui, demonstrar a mudança da forma de um mesmo verbo no Kaingang, de acordo com a construção que ele referencia (estativa ou ativa).

Também é possível observar a alternância de forma de alguns verbos para marcar pluralidade do objeto ou do sujeito na sentença.

Alternância de forma do verbo para marcação de plural

Anderson (1985) explica que a categoria de número que se reflete nos verbos é, naturalmente, a mesma descrita para os nomes, no sentido de que, em grande parte das línguas, existe um meio formal para a marcação de plural. A marcação pode ser realizada por meios morfológicos (por utilização de afixos, reduplicação, supleção, dentre outros) e também há línguas nas quais os traços semânticos são utilizados como parâmetros para a marcação.

Cavalcante (1987, p. 58) explica que o Kaingang apresenta um grande número de verbos que distinguem duas formas: singular e plural. Segundo ela, nos verbos intransitivos, essas formas indicam a singularidade ou a pluralidade do sujeito, ao passo que, nos verbos transitivos, indicam singularidade ou pluralidade do objeto.

Plural do verbo nas orações intransitivas

Observa-se, nos dados analisados, casos de supleção (ex. 141 e 142), processo que se caracteriza pela total alteração da forma do verbo, e processo de reduplicação, no qual parte do vocábulo é mantida (ex. 143 e 144).

141. gĩr vỹ **kutẽ**
 menino m.s. cair
 “O menino caiu.”
142. gĩr ag vỹ **vár**
 menino m.pl. m.s. cair (pl.)
 “Os meninos caíram.”
143. toto vỹ **tẽ**
 borboleta m.s. voar(sing.)
 “A borboleta voou.”
144. toto ag vỹ **tegtẽ**
 borboleta m.pl. m.s. voar (pl.)
 “As borboletas voaram.”

Nos dados 141 e 142, as formas verbais são totalmente distintas (*kutẽ / vár*), fato que exemplifica a forma supletiva do verbo. Os dados 143 e 144 (*tẽ/tegtẽ*) exemplificam o processo de reduplicação já mencionado.

Plural do verbo nas orações transitivas

Os dados a seguir descrevem algumas ocorrências de alteração da forma do verbo, segundo o processo de pluralização. Nos exemplos 145, 146, 147 e 148 ocorre a alternância da forma do verbo por processo de reduplicação. Os dados 149 e 150 apresentam formas distintas (supletivas) para as formas singular e plural.

145. ka **kym** ti
 árvore cortar(sing.) pr.pess.
 “Ele cortou a árvore.”
146. ka **kykymti**
 árvore cortar(pl.) pr.pess.
 “Ele cortou as árvores.”

147. pó vỹ gĩr **kāni**
 pedra m.s. menino atingir(sing.)
 “A pedra atingiu o menino”
148. pó ag vỹ gĩr **kanĩgnĩ**
 pedra m.pl. m.s. menino atingir(pl.)
 “As pedras atingiram o menino.”
149. ekréh tĩ vỹ mĩg **tānh**
 caçador ? m.s. onça matar(sing.)
 “O caçador matou a onça.”
150. ekréh tĩ vỹ mĩg **kyggrē**
 caçador ? m.s. onça matar(pl.)
 “Os caçadores mataram a onça.”

Embora se verifique que, no Kaingang, a pluralidade pode se manifestar por meio da alternância verbal, é importante mencionar a existência de verbos que apresentam somente uma forma para o singular e para o plural. De acordo com Cavalcante (1987, p. 66), “Esses casos constituem a grande maioria dos verbos no Kaingang”.

Alternância de forma segundo a semântica do objeto do verbo.

Como já mencionado no item 5.1.3 desta dissertação, o mundo, segundo a mitologia Kaingang, está ordenado em duas metades: *kanhru* (não comprido) e *kamē* (comprido). Rodrigues (2002a, p. 289) esclarece: “A organização social do povo Kaingang tem como um dos seus elementos básicos a divisão em metades exôgamicas.”

As metades clânicas, além de serem utilizadas nas pinturas corporais, são identificadas em todos os seres do universo. Essa crença também é refletida na língua. Acerca disso, Almeida (2008, p. 48) pontua:

A identificação das marcas que caracterizam as metades clânicas pode ser vista na língua. Desse modo, se o objeto que acompanha o verbo tiver um traço semântico [+ comprido], haverá um verbo específico, se [- comprido] um outro verbo será usado.

Os dados descritos a seguir atestam a afirmação de Almeida (2008).

151. kópa **ma** inh
 copo pegar pr.pess.
 “Eu peguei o copo.”
152. kamó **va** inh
 banana pegar pr.pess.
 “Eu peguei a banana.”
153. Giz né **ma** inh
 giz caixa pegar pr.pess.
 “Eu peguei a caixa de giz.”
154. Pedro vỹ vyj **va** tĩg
 Pedro m.s. arco pegar andar
 “Pedro carregou o arco.”

Nos exemplos acima, o mesmo verbo (pegar) é empregado com formas diferentes, de acordo com a semântica do objeto da sentença. Segundo Wiesemann (2002), o verbo pegar/carregar (*ma*) é utilizado para se referir à coisa curta e arredondada (ex. 151 e 153). A forma *va* (pegar/carregar) é empregada para indicar objetos compridos (ex. 152 e 154). Portanto, o dimorfismo verbal se justifica pela semântica do objeto ao qual o verbo se refere.

De acordo com os exemplos mencionados, é possível atestar que as metades clônicas realmente interferem na composição nocional da língua Kaingang. Todos os outros tipos de variação de forma dos verbos tratados nessa seção demonstram a forte intervenção da semântica nos fenômenos morfossintáticos descritos; contudo, no caso específico de alternância dos verbos segundo a forma do objeto, a influência semântica é mais visível.

Em suma, foi apresentada uma descrição geral de fatores responsáveis pela alternância verbal no Kaingang. Entretanto, diante do que foi exposto e devido à complexidade de se descrever uma língua, é mister esclarecer que podem haver outros fenômenos causadores da variação verbal na língua em questão. Portanto, este é um tema amplo que carece ser melhor investigado.

De igual modo, reconheço que a abordagem da classe de verbos em qualquer língua requer do linguista a essencial compreensão da amplitude de possibilidades de análise acerca da referida classe gramatical. Sendo assim, esta dissertação buscou apresentar as principais características semânticas, morfológicas e sintáticas envolvidas no processo de predicação verbal.

Ao longo dessa seção, foi possível compreender que, quanto aos critérios semânticos, os verbos no Kaingang podem denotar estados, ações, processos e eventos. Quanto ao número de argumentos admitidos, os verbos dividem-se em intransitivos (ativos e estativos descritivos) e transitivos (ativo simples e estendido). Foi possível observar que, no Kaingang, o tempo/aspecto não marcado é o realis/passado e a marcação de tempo na língua é realizada por meio de unidades lexicais. Por fim, foram apresentados fatores (morfológicos e semânticos) que condicionam a variação de forma dos verbos no Kaingang.

CONCLUSÕES

Essa dissertação apresentou como objetivo geral a necessidade de colaborar com as pesquisas a respeito das línguas indígenas, isto porque, ainda que existam diversos trabalhos que enfoquem bem essa questão, há ainda muito a ser feito nesse vasto campo de análise. Ademais, os trabalhos linguísticos descritivos têm por finalidade contribuir para a divulgação e manutenção das línguas indígenas faladas no Brasil.

O objetivo específico desta dissertação foi apresentar um estudo descritivo morfossintático sobre as classes gramaticais dos nomes (substantivos e adjetivos) e dos verbos na língua Kaingang.

Pautada no modelo teórico da Linguística Funcional, mais precisamente na classificação de palavras a partir do modelo dos protótipos defendido por Givón (1984, 1995, 2001) e Payne (1997), apresentei propostas de descrição dos nomes e dos verbos no Kaingang.

Observei que, quanto às propriedades distribucionais, os nomes no Kaingang ocupam o núcleo do sintagma nominal e exercem função de sujeito e objeto. Em relação às propriedades estruturais, podem vir acompanhados de especificadores e numerais. A marcação de grau diminutivo e aumentativo é realizada de forma semelhante ao inglês, ou seja, pela utilização de palavras adjetivas: *sĩ* para pequeno e *mág* para grande. A marcação do plural ocorre, de modo geral, pela adição da partícula *ag* junto ao nome tanto no sintagma nominal quanto no sintagma verbal.

Percebi, ainda, a possibilidade de ocorrerem em sentenças simples a presença de dois núcleos em posição de igualdade, isso ocorre com a partícula *mré* funcionando como conjunção; essa mesma partícula pode ser utilizada também com sentido de companhia. Em se tratando da marcação de gênero, no Kaingang, o feminino é a forma marcada pela partícula *fi* para o singular e *fag* (fi+ag) para o plural, porém o masculino somente receberá marca em caso de plural, a partícula *tag* (ti+ag). Foi verificado que os nomes próprios recebem marcação morfológica de sujeito e podem vir acompanhados por modificadores, não apresentando, assim, diferença de tratamento morfossintático em relação aos nomes comuns.

Quanto à marcação nominal de posse, demonstrei que, ao contrário da maioria das línguas da família Jê, as quais utilizam prefixos relacionais na marcação entre possuidor e possuído, o Kaingang realiza tal marcação utilizando pronomes possessivos. Ainda na análise e descrição dos nomes, apontei a possibilidade de que, no Kaingang, há definida a classe dos adjetivos, observando que eles modificam o núcleo do sintagma nominal, conferindo ao nome propriedades de tamanho (pequeno, grande), cor e valor.

Também ressaltei que as funções predicativas podem ser desempenhadas por verbos intransitivos com semântica de adjetivos. Para conferir a diferença posicional dos adjetivos em relação a outros tipos de modificadores, realizei comparações de dados com pronomes pessoais, adjetivos e predicativos (verbos descritivos) e constatei que: (i) nas construções possessivas, os pronomes ocupam posição anterior ao núcleo do sintagma nominal; (ii) os adjetivos encontram-se em posição consecutiva ao núcleo do sintagma nominal; e (iii) as funções predicativas ocupam posição de verbo na sentença.

Passando à análise da classe dos verbos, foi possível constatar que, em relação aos critérios semânticos, os verbos no Kaingang podem denotar estados, ações, processos e eventos. Devido ao fato de as categorias de tempo serem desempenhadas na língua por meio de unidades lexicais, concordo com Almeida (2008) quando a autora afirma que não há, no Kaingang, categoria de tempo definida, antes observa-se uma distinção de modo entre o evento de caráter irrealis e evento de caráter realis. O futuro é o tempo marcado, enquanto o passado recebe marcação Ø. O mesmo ocorre com a categoria de aspecto, ou seja, observa-se a marcação do evento imperfectivo enquanto o perfectivo recebe marcação Ø. Na observância da transitividade dos verbos, busquei respaldar-me em outros trabalhos de classificação de línguas indígenas com ênfase nos de Amado (2004), Ferreira (2003), Freitas (2008), Moana Silva (2011), Santos (1997) e Tabosa (2006).

Em minha análise, considerei que os verbos no Kaingang dividem-se em intransitivos e transitivos. Os intransitivos apresentam duas classes: os verbos intransitivos simples e os verbos intransitivos estendidos. Os verbos intransitivos simples ainda se subdividem em dois tipos: verbos ativos e verbos estativos/descritivos. Os ativos apresentam um argumento e um predicado. Os verbos estativos descritivos apresentam semântica de adjetivo, mas não o são, pois ocupam a posição de verbo na sentença, recebem marcadores de tempo e aspecto, atendendo, assim, as características prototípicas morfossintáticas e morfológicas dos verbos. Ainda tratando dos verbos estativos descritivos, levantei a hipótese de que os verbos posicionais *jẽ* (em pé) e *nĩ* (sentado) tomam função de aspecto nas sentenças estativas descritivas, conferindo caráter permanente e temporário ao estado e podem ainda ser fonte para existências. Os verbos transitivos, por sua vez, dividem-se também em ativos e estendidos (bivalentes), ou seja, possuem um argumento e um constituinte oblíquo. Nesses casos, o constituinte oblíquo ocupa posição anterior ao verbo.

Ainda em relação aos verbos, discuti, com base nos trabalhos de Cavalcante (1987) e Tabosa (2006), alguns aspectos que condicionam a variação de forma verbal no Kaingang. Cavalcante (1987) já havia observado a variação de alguns verbos quando estes passam da forma estativa para a forma ativa; a mesma anotação foi verificada por Tabosa (2006), quando a autora tratou das construções causativas na língua Kaingang. Considerando

que as abordagens dos referidos trabalhos se diferenciam quanto ao nível de análise, optei por descrever, nessa dissertação, os aspectos morfológicos da ativação e a atuação desse fenômeno na sintaxe da língua.

Continuando a descrição de aspectos que condicionam a variação formal dos verbos, apresentei algumas mudanças ocasionadas pela variação da forma singular para a forma plural dos verbos, obviamente de modo simplificado, haja vista que esse é um fenômeno bem complexo na língua. Por fim, apresentei uma breve discussão a respeito da mudança formal dos verbos segundo o objeto, enfatizando que tal variação ocorre por conta da visão partidária que os Kaingang têm do mundo – redondo e comprido –, como o verbo “pegar”, por exemplo, que apresenta a forma *ma* para objetos redondos (copo, caixa) e *va* para objetos compridos (banana, arco).

Cabe ressaltar que esse trabalho não teve a pretensão de apresentar uma análise definitiva das classes de palavras do nome e do verbo no Kaingang, antes objetivou abrir possibilidades de investigação a serem retomadas em trabalhos futuros. O trabalho também recebeu limitações devido ao fator tempo, indispensável quando o linguista se propõe a trabalhar com as duas maiores classes de palavras observadas no quadro das línguas do mundo.

Portanto, não foi possível me ater a questões importantes, a serem melhor analisadas futuramente. Dentre elas, a multiplicidade de partículas encontradas na língua e a diversidade de funcionamento delas. Na categoria dos nomes, não contemplei a análise da possibilidade de existência de termos de classes na língua Kaingang. Os verbos constituem um caso à parte, dadas as gigantescas possibilidades de investigação que essa classe gramatical apresenta. Por exemplo, a abrangência semântica dos verbos locativos não pôde ser tão bem detalhada nesse trabalho, bem como os aspectos condicionantes de variação de forma verbal. Estes são temas que objetivo retomar em outro momento.

Por fim, espero que essa dissertação possa contribuir não apenas para os estudos da língua, mas também para conhecimento e divulgação da cultura Kaingang, que possa servir como fonte para estudos comparativos da família Jê e colaborar para a elaboração da gramática pedagógica a ser utilizada pelos professores das escolas indígenas Kaingang no Paraná.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Emília Rezende Rodrigues. **Descrição do sistema pronominal na estrutura frasal em kaingang**. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- ABREU, Emília Rezende Rodrigues; SANTOS, Ludoviko C. dos. Os pronomes na língua kaingang e a variação na estrutura frasal. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS – CELLI, 3., 2007, Maringá. **Anais...** Maringá: Eduem, 2009. p. 1334-1343.
- ALMEIDA, Leriana de. **A marcação de (tempo), modo e aspecto na língua kaingang: uma proposta de análise**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- AMADO, Rosana de Sá. **Aspectos morfofonológicos do Gavião-Pykobjê**. 2004. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.
- ANDERSON, Stephen R. Inflectional morphology. In: SHOPEN, Timothy. **Language typology and syntactic description**. v. III – Grammatical categories and the lexicon. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1985. p. 150-200.
- ANDRADE, Tiago Souza Monteiro de. **As orações verbais simples em Kaingang: uma proposta de análise**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- BENVENISTE, Èmile. **Problemas de Lingüística Geral II**. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.
- BOMFOCO, Marco Antonio. **Ergatividade em Kaingang: um estudo descritivo funcional**. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos estudos lingüísticos**. São Paulo: Nacional, 1967 [1932].
- BRAGGIO, Silvia L. Bigonjal. **The Sociolinguistics of literacy: a case of the Kaingang, a Brazilian Indian tribe**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1986.
- BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. p. 1 (Anexo). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. p. 1. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Introdução às línguas indígenas brasileiras**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1979.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CAVALCANTE, Marita Pôrto. **Fonologia e morfologia da língua Kaingang**: o dialeto de São Paulo comparado com o do Paraná. 1987. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CORBETT, Greville. **Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Traços de modo e modos de traçar geometrias**: línguas Macro-Jê & teoria fonológica. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2 v.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Gênero em Kaingáng?. In: SANTOS, Ludoviko C. dos; PONTES, Ismael (Orgs.). **Línguas Jê**: estudos vários. Londrina: Editora da UEL, 2002. p. 215-242.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **O primeiro século de registro da língua Kaingang (1842-1950)**: valor e uso da documentação etnográfica. In: ENCONTRO MACRO-JÊ, 3., 2003, Brasília. (Apresentação de trabalho).

DIK, Simon C. **Functional grammar**. Amsterdam: Holland Publishing Company, 1978.

DIK, Simon C. **The theory of Functional Grammar**. Part 1: The structure of the clause. 2. ed. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1989.

DUQUE, Paulo Henrique. Teoria dos protótipos, categoria e sentido lexical. In: MOLLICA, M. Cecília; RONCARATI, Cláudia (Orgs.). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 3., 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABRALIN, 2003.

FERNANDES, Ricardo Cid. Uma contribuição da antropologia política para a análise do faccionalismo kaingang. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; Noelli, Francisco Silva (Orgs.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, 2004.

FERREIRA, Marília de Nazaré de Oliveira. **O estudo morfossintático da língua Parkatejê**. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FLORIANA, Frei Mansueto B. de Val. Ensaio de grammatica kainjang. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 10, p. 531-563, 1918.

FLORIANA, Frei Mansueto B. de Val. **Dicionários Kainjang–Portuguez e Portuguez–Kainjang**. Curitiba: Museu Paranaense, 1920.

FREITAS, Marília Fernanda. **Revisitando os verbos em Parketêjê**: questões relevantes para um estudo morfossintático. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE – FUNASA. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: 21 set. 2012.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: a functional typological introduction**. v. I. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1984.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, Talmy. **Syntax, an introduction**. v. 1. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamin, 2001.

GLEASON JR., Henry Allan. **Introdução à lingüística descritiva**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

GONÇALVES, Solange Aparecida. **Aspecto no Kaingang**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas.

GONÇALVES, Solange Aparecida. **Tempo, aspecto e modo em contextos discursivos no Kaingang Sul (Jê)**. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas.

GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. Estudos sobre a língua Caingangue. Notas histórico-comparativas: dialeto de Palmas e dialeto de Tibagi – Paraná. **Arquivos do Museu Paranaense**, Curitiba, v. 2, p. 97-178, 1942.

GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. O Xokrén é idioma Caingangue. **Arquivos do Museu Paranaense**, Curitiba, v. 4, p. 321- 331, 1945.

HANKE, Wanda. Ensayo de una gramática del idioma Caingangue de 10s Cainganges de Ia 'Serra de Apucarana', Paraná, Brasil. **Arquivos do Museu Paranaense**, Curitiba, v. 8, p. 65-146, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/indigenas/index.htm>>. Acesso em: 29 set. 2012.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org>>. Acesso em: 3 nov. 2012.

LAKOFFF, George. **Women, fire, and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: The University of Chicago, 1987.

MONTARROYOS, Heraldo Elias. História da Ecologia Cultural na Amazônia: uma reconstrução epistemológica (Parte 1). **História e-História**, Campinas, 12 mar. 2009a. Artigos. Disponível em:

<<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=87>>. Acesso em: 5 out. 2012.

MONTARROYOS, Heraldo Elias. História da Ecologia Cultural na Amazônia: uma reconstrução epistemológica (Parte 2). **História e-História**, Campinas, 12 mar. 2009b. Artigos. Disponível em:

<<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=86>>. Acesso em: 5 out. 2012.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios kaingang no Paraná (1769 – 1924)**. Maringá: EDUEM, 1994.

NASCIMENTO, Silvia Helena Lovato do. **Aspectos morfológicos e sintáticos e marcação de caso da língua Kaingáng**. 1995. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Texto e Linguagem).

NIMUENDAJÚ, Curt. **Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

NOELLI, Francisco S. La distribución geográfica de las evidências arqueológicas Guaraní (Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay). **Revista Tellus**, Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPI, Campo Grande, a. 4, n. 7, p. 15-36, 2004.

PARANÁ. Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná – COPEL. **Relatório Ambiental**. Licença de Operação de Usinas Hidrelétricas Anteriores Resolução CONAMA 001/86 e atendimento Resolução CONAMA 006/87. set. 1999. Disponível em: <[http://www.copel.com/hpcopel/root/pagcopel2.nsf/arquivos/relambientalapc/\\$FILE/RelAmbientalAPC.pdf](http://www.copel.com/hpcopel/root/pagcopel2.nsf/arquivos/relambientalapc/$FILE/RelAmbientalAPC.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2012.

PAYNE, Thomas E. **Describing morphosyntax: A guide for field linguists**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 165-218.

PORTAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/estaticas/alunos/php>>. Acesso em: 21 set. 2012.

ROBINS, Robert Henry. **Linguística geral**. Rio de Janeiro: Globo, 1977.

RODRIGUES, Ayron Dall’Igna. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

RODRIGUES, Ayron Dall’Igna. Classificação social dos animais em Kaingáng. In: SANTOS, Ludoviko C. dos; PONTES, Ismael (Orgs.). **Línguas Jê: estudos vários**. Londrina: Editora UEL, 2002a. p. 115-124.

RODRIGUES, Ayrton Dall'Igna. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas brasileiras**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002b.

ROOSEVELT, Anna. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento indígena da Amazônia. In: NEVES, Walter Alves (Org.). **Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia**. Belém: MPEG; CNPq; SCT/PR, 1991. p. 103-141.

ROSCH, Eleonor. On the internal structure of perceptual and semantic categories. In: MOORE, Timothy E. (Ed.). **Cognitive development and acquisition of language**. New York: Academic Press, 1973. p.111-144.

SANTOS, Ludoviko C. dos. Elementos de pesquisa: a descrição de línguas indígenas. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS DO PARANÁ – CELLIP, 7., 1994, Paranavaí. **Anais...** Paranavaí: FAFIPA, 1994. p. 555-558.

SANTOS, Ludoviko C. dos. **Descrição de aspectos morfossintáticos da língua Suyá Família Jê**. 1997. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, Ludoviko C. dos. Concordância de número em Kaingáng: um sistema parcialmente ergativo e parcialmente nominativo. In: RODRIGUES, Ayrton D.; CABRAL, Ana Suely A. C. (Orgs.). **Línguas e culturas Macro-Jê**. Brasília: Editora UnB; Finatec, 2007. p. 145-152.

SANTOS, Ludoviko C. dos. Apontamentos sobre um diagnóstico lingüístico das línguas kaingang e guarani no Paraná. In: TELLES, Stella; PAULO, Aldir Santos de. **Topicalizando Macro-jê**. Recife: NECTAR, 2008. p. 75-86.

SAPIR, Edward. **A linguagem: introdução ao estudo da fala**. Tradução Joaquim Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Academia, 1971.

SILVA, Célia Ribeiro. **História crítica da construção da escrita do Kaingang**. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

SILVA, Maria Sueli Ribeiro da. **A língua Kaingáng da aldeia paulista Icatu: uma descrição funcional**. 2011. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

SILVA, Moana de Lima e. **Português Indígena Kaingang: uma questão de concordância**. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, Talita Rodrigues da. **Descrição e análise morfossintática do nome e do verbo em Pykobjê-Gavião (Timbira)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

TABOSA, Luciana Pereira. **Construções causativas da língua kaingang**. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

TEIXEIRA, José Baltazar. **Contribuição para a fonologia do dialeto Kaingáng de Nonoai**. 1988. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

THOMPSON, Sandra A. A discourse approach to the cross-linguistic category “adjective”. In: HAWKINS, John A. **Explaining language universals**. Oxford; New York: Blackwell, 1988. p. 167-185.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng da Bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

TOMMASINO, Kimiye; FERNANDES, Carlos Cid. **Povos indígenas no Brasil**. [s.d.]. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>>. Acesso em: 10 out. 2012.

VEIGA, Juracilda. **Organização social e cosmovisão Kaingang**: uma introdução ao parentesco e nomenclatura em uma sociedade Jê Meridional. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

WIESEMANN, Ursula. Time distinctions in Kaingáng. **Zeitschrift für Ethnologie**, v. 99, p. 120-130, 1974.

WIESEMANN, Ursula. Os dialetos da língua Kaingáng e o Xokleng. **Arquivos de Anatomia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 199-217, 1978.

WIESEMANN, Ursula. **Kaingang–Português Dicionário Bilingüe**. Curitiba: Evangélica Esperança, 2002.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical investigations**. Oxford: Basil Blackwell, 1953.